



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES- PPGOA
MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES

DANIELE DE SOUZA FARIAS

**A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL
PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE
APRENDIZAGENS:** Uma análise de práticas educativas inclusivas em
escolas do Município de Santa Rita-PB.

JOÃO PESSOA – PB
2025

DANIELE DE SOUZA FARIAS

**A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL
PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE
APRENDIZAGENS:** Uma análise de práticas educativas inclusivas em
escolas do Município de Santa Rita-PB.



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, da Universidade Federal da Paraíba- UFPB como requisito para a obtenção do título de Mestra Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes.

Linha de Pesquisa: Aprendizagem em Organizações.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Claudialyne da Silva Araujo

JOÃO PESSOA – PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F224e Farias, Daniele de Souza.

A escola enquanto organização educacional para inclusão social e construção de aprendizagens : uma análise de práticas educativas inclusivas em escolas do município de Santa Rita-PB / Daniele de Souza Farias. - João Pessoa, 2025.

191 f. : il.

Orientação: Claudialyne da Silva Araujo.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Organização educacional - Inclusão social. 2. Educação inclusiva. 3. Práticas educativas. 4. Aprendizagem. I. Araujo, Claudialyne da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37.091.2(043)



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO TRABALHO FINAL DO (A) MESTRANDO(A) **DANIELE DE SOUZA FARIAS** ALUNO (A) DO CURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES/CE- CCSA/UFPB

Ao 31 dia do mês de julho do ano de 2025, às 10:30 h, na modalidade presencial, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho Final do (a) mestrando (a) **DANIELE DE SOUZA FARIAS**, matrícula **20231001341**, intitulada: "**A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS: Uma análise de práticas educativas inclusivas em escolas do Município de Santa Rita-PB**", Estavam presentes os Professores Doutores: Claudialyne da Silva Araújo – UFPB – Presidente/orientador(a), Julianne Teixeira e Silva – UFPB – Examinador(a) interno(a), Jivago Correia Barbosa - IFPB – Examinador(a) externo(a). A Professor (a) Claudialyne da Silva Araújo - na qualidade de Orientador (a), declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente. Em seguida, passou a palavra ao (a) Mestrando(a), para que, no prazo de 30 minutos, apresentasse seu Trabalho Final. Após exposição oral, o (a) Presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora, para que procedessem a arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o (a) Mestrando (a) respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. A sessão foi suspensa pelo (a) Orientador (a), que se reuniu secretamente com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer:

A Banca Examinadora considerou o Trabalho Final:

(x)Aprovado ()Insuficiente ()Reprovado

com as seguintes observações:

A pesquisa desenvolvida apresenta contribuições importantes para as metodologias aplicadas em sala de aula direcionadas a inclusão social e práticas de aprendizagem no ensino básico. Os Examinadores solicitaram algumas adequações ao texto, bem como correções quanto a norma culta e a ABNT.



PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES



Retomando-se a sessão, o (a) Professor (a) Claudialyne da Silva Araújo apresentou o parecer da Banca Examinadora o (a) Mestrando (a), bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora e deu por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Junielle Menezes França, na qualidade de Técnica Administrativa do Programa Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé.

Documento assinado digitalmente
gov.br CLAUDIALYNE DA SILVA ARAÚJO
Data: 06/08/2025 10:02:30-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Claudialyne da Silva Araújo
Orientador(a)

Julianne Teixeira e Silva
Membro(a) interno(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANNE TEIXEIRA E SILVA
Data: 06/08/2025 11:41:22-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

João Pessoa, 31 de julho de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br JIVAGO CORREIA BARBOSA
Data: 06/08/2025 20:02:51-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Jivago Correia Barbosa
Membro externo(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIELE DE SOUZA FARIAS
Data: 06/08/2025 22:46:59-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Daniele de Souza Farias
Mestrando(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br JUNIELLE MENEZES FRANÇA
Data: 07/08/2025 10:56:33-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Junielle Menezes França
Técnico Administrativo do Curso

*Dedico esta pesquisa para as pessoas
que pensam e lutam por uma educação
inclusiva e de qualidade para todos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu forças, equilíbrio e me permitiu trilhar os caminhos de luta pela educação inclusiva. Fazer um Mestrado era um sonho que se tornou parte da minha realidade, me permitindo construir conhecimentos que são importantes para minha carreira acadêmica, mas também que são contributivos para a sociedade.

Refletindo sobre o processo de construção desta pesquisa são muitos os agradecimentos, assim como na vida não caminhamos sozinhos, uma pesquisa que envolve a realidade necessita da colaboração do outro, seja com orientações, motivações, incentivos, participações diversas que culminam para o êxito do objeto de estudo, produção de dissertação e experiências enriquecedoras para a vida e atuação profissional.

Agradeço a minha família, base de sustentação dos meus valores, da minha motivação para os estudos, que me incentiva para que eu concretize os meus sonhos, como a realização do Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes, da Universidade Federal da Paraíba.

A todos os professores que vêm colaborando com a minha formação ao longo da minha história. A todos os Professores do (MPGOA), que trago muito admiração pelos conhecimentos compartilhados.

Com muita gratidão, carinho e respeito, agradeço a Professora Dr^a Claudialyne da Silva Araujo que me acolheu como sua orientanda e com palavras de incentivo, acreditou que seria possível trilhar os caminhos, pensando em uma educação inclusiva.

Aos Professores que aceitaram participar da Banca: Prof (a) Dr^a Julianne Teixeira e Silva e Prof. Dr. Jivago Correia Barbosa, profissionais excelentes, com muita experiência e riqueza de conhecimentos que generosamente contribuíram para engrandecer essa Dissertação de mestrado.

A turma de mestrandos do MPGOA, aos amigos que fiz no curso do Mestrado, em especial as Professoras do Município de Santa Rita, que desde o início do curso deram as mãos umas às outras para que todas conseguissem realizar o mestrado com êxito, compartilharam conhecimentos, vivências, colaborando com o enriquecimento da minha formação humana e intelectual.

Aos amigos que torcem pelo meu sucesso, fazendo parte da minha história. A minha amiga Maristela, uma pessoa muito especial na minha vida, que me dá forças para a concretização

dos meus sonhos, a minha irmã Jacileide, um ser humano que é inspiração de luta pela inclusão nos mais variados espaços sociais.

Agradeço também a todas as profissionais da educação que aceitaram participar dessa pesquisa de mestrado e que foram imprescindíveis para que esse trabalho se concretizasse.

Minha gratidão!

A todos que contribuíram com a construção deste estudo. Muito obrigada!

Para viver a inclusão, temos que sair de nós e nos colocar no lugar do outro. Assim aprendemos a conviver no mundo.

Maria Célia Becattini

FARIAS, Daniele de Souza. **A escola enquanto organização educacional para inclusão social e construção de aprendizagens**: uma análise de práticas educativas inclusivas em escolas do Município de Santa Rita-PB. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão em Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

RESUMO

As organizações educacionais têm uma responsabilidade com a inclusão social para atendimento da diversidade e rompimento de exclusões de pessoas que tiveram o direito a educação negado ao longo da história. Uma educação inclusiva acolhe as diferenças e pensa um modelo de sociedade que seja justo para todos, garantindo o direito à construção de aprendizagens. Isto implica em reflexões importantes sobre o papel político, social da educação e da compreensão da necessidade de práticas educacionais inclusivas que valorize as habilidades, as potencialidades, que perceba os educandos enquanto capazes de construir, de atuar no mundo. A presente dissertação tem como problema de pesquisa saber como vem ocorrendo as práticas educativas em escolas do município de Santa Rita-PB para inclusão e desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência? Como objetivo geral, analisar práticas educativas em organizações educacionais do município de Santa Rita-Paraíba para inclusão social e desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência sob a luz de teorias, políticas que norteiam a prática da inclusão. Alguns materiais científicos, políticas, documentos que foram utilizados na sustentação teórica da pesquisa: Constituição Federal de 1988, Políticas Nacionais de Educação Inclusiva; Mantoan (2003), Diniz (2012), entre outros, considerando a importância de uma educação de qualidade para todos. Quanto aos procedimentos metodológicos, esta dissertação tem uma abordagem qualitativa e quantitativa, com sustentação nas pesquisas descritiva e pesquisa de campo. Para construção e análise de dados foram realizadas pesquisa de campo para levantamento de vivências, percepções de professoras, supervisoras, gestoras e práticas educativas para inclusão e construção de aprendizagens através de questionário. Os sujeitos da pesquisa consistiram em amostras de 14 participantes, sendo 2 gestoras, 2 supervisoras e 10 Professoras da Educação Básica I, que atuam com turmas de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, com experiências com educandos com deficiência. A participação dos sujeitos da pesquisa foi relevante para o fornecimento de informações de práticas inclusivas em escolas do município de Santa Rita-Paraíba. Os resultados possibilitaram a construção de um produto educacional: Cartilha Interativa Práticas Inclusivas Significativas: Um abraço a diversidade, voltada para disseminação de práticas, atividades inclusivas vivenciadas com educandos com deficiência no Ensino Fundamental. Conclui-se que vem sendo realizadas práticas educativas inclusivas em organizações educacionais do Município de Santa Rita, com atividades significativas, que vêm contribuindo para a aprendizagem, para a inclusão dos estudantes com deficiência que frequentam o Ensino Fundamental, entretanto, verificou-se, a partir das colocações dos sujeitos da pesquisa, a necessidade de mais formações que tratem da temática inclusão, como também de suporte de material pedagógico e um ambiente escolar cada vez mais propício para atendimento dos alunos.

Palavras-chave: Organização educacional; Inclusão social; Práticas educativas; Aprendizagens.

FARIAS, Daniele de Souza. **The school as an educational organization for social inclusion and construction of learning**: an analysis of inclusive educational practices in schools in the municipality of Santa Rita-PB. Dissertation (Professional Master's Degree in Management in Learning Organizations) - Federal University of Paraíba, João Pessoa, 2025.

ABSTRACT

Educational organizations have a responsibility to promote social inclusion in order to meet the needs of diversity and eliminate the exclusion of people who have been denied the right to education throughout history. Inclusive education embraces differences and creates a model of society that is fair to all, guaranteeing the right to construct learning. This implies important reflections on the political and social role of education and the understanding of the need for inclusive educational practices that value skills and potential, and that perceive students as capable of constructing and acting in the world. This dissertation addresses the research question of how educational practices are being implemented in schools in the municipality of Santa Rita, Paraíba, for the inclusion and development of learning among students with disabilities. The overall objective is to analyze educational practices in educational organizations in the municipality of Santa Rita, Paraíba, for the social inclusion and development of learning among students with disabilities, based on theories and policies that guide inclusion practices. Some scientific materials, policies, and documents that were used in the theoretical support of the research: Federal Constitution of 1988, National Policies for Inclusive Education; Mantoan (2003), Diniz (2012), among others, considering the importance of quality education for all. Regarding the methodological procedures, this dissertation has a qualitative and quantitative approach, supported by descriptive research and field research. For data construction and analysis, field research was carried out to survey experiences, perceptions of teachers, supervisors, managers and educational practices for inclusion and construction of learning through a questionnaire. The research subjects consisted of samples of 14 participants, being 2 managers, 2 supervisors and 10 Basic Education I Teachers, who work with classes from first to fifth grade, with experience with students with disabilities. The participation of the research subjects was relevant to provide information on inclusive practices in schools in the city of Santa Rita-Paraíba. The results allowed the construction of an educational product: Interactive Booklet Significant Inclusive Practices: An Embrace of Diversity, aimed at disseminating practices, inclusive activities experienced with students with disabilities in Elementary School. It was concluded that inclusive educational practices have been carried out in educational organizations in the Municipality of Santa Rita, with significant activities that have contributed to learning and the inclusion of students with disabilities who attend elementary school. However, based on the research subjects' comments, it was found that there is a need for more training that addresses the issue of inclusion, as well as support with teaching materials and a school environment that is increasingly conducive to serving students.

Keywords: Educational organization; Social inclusion; Educational practices; Learning.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA1- Formato piramidal de organização das escolas.....	24
FIGURA2- Estudante com deficiência tendo acesso à educação escolar.....	33
FIGURA 3- Pessoa com deficiência trabalhando em Posto de gasolina.....	45
FIGURA 4- Localização do município de Santa Rita- Paraíba.....	50
FIGURA 5- Município de Santa Rita- Paraíba.....	50
FIGURA 6- Escola Municipal de Ensino Fundamenta e EJA Aníbal Limeira.....	57
FIGURA 7- Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca.....	58
FIGURA 8 - Ludicidade no espaço da sala de aula.....	70
FIGURA 9 - Cantinho da leitura.....	71
FIGURA 10- Atividade: Compreensão do Sistema de Numeração (Dezena, centena)	73
FIGURA 11- Atividade: Conhecimento de formas geométricas.....	73
FIGURA 12- Atividade: Reconhecimento de cores	74
FIGURA 13- Atividade: Construção de Palavras	74
FIGURA 14 - Atividade: Reconhecimento dos dias da semana	75
FIGURA 15 - Atividade: Identificação de rimas	75
FIGURA 16 - Atividade: Conhecendo os numerais	76
FIGURA17 – Apresentação da rotina	76
FIGURA 18- Atividade: Projeto Leitura viajante	77
FIGURA 19 - Atividade: Conhecendo novas palavras	77
FIGURA 20- Atividade: Conhecendo as horas.....	78
FIGURA 21 - Atividade: Expressão oral de palavras.....	79
FIGURA 22 - Varal das Artes.....	79
FIGURA23 - Atividade: Leitura de palavras	80
FIGURA 24 - Atividade: Leitura de palavras e imagens	80
FIGURA 25 - Sacola para encaminhamento dos livros para leitura no espaço familiar.....	81
FIGURA 26 – Caixa da Leitura	81
FIGURA 27 - Atividade: Conhecendo o calendário do mês	82
FIGURA – 28 Cartaz- Aniversariantes do mês	82
FIGURA 29 - Atividade: Confeção de flores com nomes	83
FIGURA 30 - Atividade: conhecimento dos meses do ano	83
FIGURA 31 - Livros que estão sendo utilizados em escolas do Ensino Fundamental no Município de Santa Rita.....	85
FIGURA 32 - Atividade: Reflexão sobre histórias lidas- Cantinho da leitura	85
FIGURA 33 – Capa da cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade.....	88
FIGURA 34 – Contracapa da cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade	88
FIGURA 35 – Boas-vindas da cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade	89

FIGURA 36 – Interação com o leitor (a)- cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade	90
FIGURA 37 – Interação com o leitor (a) na cartilha interativa sobre as leis garantidoras do direito a educação para a pessoa com deficiência.	91
FIGURA 38 – Interação com o leitor (a) na cartilha interativa com explicações de como acessar os documentos legais que embasam a educação inclusiva.....	92
FIGURA 39 – Interação com o leitor (a) na cartilha interativa como um chamamento para conhecer as atividades inclusivas que estão sendo realizadas no Ensino Fundamental.....	93
FIGURA 40 – Tópico sobre as atividades significativas na Cartilha interativa.....	94
FIGURA 41 – Tópico sobre os livros que estão sendo trabalhados no Ensino Fundamenal...	94
IGURA 41 – Tópico com sugestões de livros de histórias ilustrados.....	94

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Números de diretores na Educação Básica- 2024.....	26
QUADRO 2- Percentual de Diretores com Curso Superior por Região-2024.....	27
QUADRO 3- Percentual da população com deficiência por Regiões	42
QUADRO 4 - Porcentagem de acesso da Pessoa com Deficiência aos níveis de ensino.....	43
QUADRO 5- Número de matrículas na Educação Especial por etapa de ensino- 2020- 2024.....	44
QUADRO 6- Acesso ao trabalho e renda pela pessoa com deficiência.....	45
QUADRO 7- Informações das escolas pesquisadas	61
QUADRO 8- Especificidades de estudantes com deficiência ou público alvo da educação inclusiva existentes na escola.....	62
QUADRO 9- Quantidade de alunos e Especificidades de estudantes com deficiência.....	67

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 – Percentual da população com deficiência nas Regiões do Brasil.....	42
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAEE	Centro de Atendimento Educacional Especializado
CF	Constituição Federal
CONEP	Comissão Nacional de Ética Em Pesquisa
DCNDI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão
EcD	Estudantes com Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Paraíba
PE	Produto Educacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
PPGOA	Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS E INCLUSÃO.....	28
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA INCLUSÃO SOCIAL.....	29
2.3 PROCESSOS PÓLÍTICOS DE LUTA PELA INCLUSÃO EDUCACIONAL.....	35
2.4 PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	40
2.5 A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS.....	41
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	47
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	47
3.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA.....	49
3.3 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA.....	51
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	52
3.5 PRODUTO EDUCACIONAL (PE): DO PLANEJAMENTO A AÇÃO NO ENSINO.....	54
3.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	55
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	57
4.1 PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS, SUPERVISORAS, GESTORAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL COM VIVÊNCIAS COM EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA.....	59
4.2 PERCEPÇÕES DE GESTORES QUE ATUAM EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA.....	59
4.3 PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE SUPERVISORES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	64
4.4 CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES QUE ATUAM COM EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA.....	66
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	87
5.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO.....	87
5.2 ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL – PE.....	87

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	96
ANEXOS.....	99
ANEXO A- MAPA DAS ESCOLAS DE SANTA RITA- PARAÍBA.....	106
ANEXO B – FOLHA DE ROSTO PARA SUBMISSÃO DE PESQUISA À COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP.....	107
ANEXO C – RELATÓRIO DE EXAME DE QUALIFICAÇÃO.....	109
APÊNDICES.....	110
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE EESCLARECIDO.....	110
APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA RITA-PB	113
APÊNDICE C - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA SUPERVISORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA RITA- PB.....	115
APÊNDICE D - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA GESTORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA RITA- PB.....	117
APÊNDICE E- CARTILHA INTERATIVA: PRÁTICAS INCLUSIVAS SIGNIFICATIVAS: UM ABRAÇO A DIVERSIDADE.....	119

1 INTRODUÇÃO

A inclusão social em organizações educacionais está relacionada à percepção de que todas as pessoas têm o direito à educação de qualidade e são capazes de construir aprendizados com autonomia e significado para a vida em sociedade. Pensar, portanto, em inclusão educacional envolve educar para todos, pensando em práticas educacionais inclusivas voltadas para garantir o direito de educandos com deficiência, que necessitam de um olhar diferenciado, sensível para atendimento das necessidades educativas específicas, de acordo com a realidade, com a especificidade de cada educando.

A inclusão educacional vem sendo discutida no Brasil e no mundo, com reflexões de possibilidades da efetivação das políticas e práticas inclusivas nas instituições educacionais, que abrace as diversidades, que rompa com um ensino excludente, sendo importante a percepção do papel político da educação de contribuir para que os educandos com deficiência tenham acesso, permanência e aprendizado.

Segundo Mantoan (2003), para que a inclusão aconteça é preciso rompimento de modalidades de ensino fechadas em grades curriculares e pensar na base, na estrutura organizacional para que a escola venha a fluir e pensar em educação inclusiva, em educação para todos, para as diversidades, para as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero.

Uma escola inclusiva é aquela que se modifica, conforme Diniz (2012) para que o direito de todos seja garantido, que atenda as individualidades, que respeite os direitos humanos. Nesse sentido, a escola tem um papel político e social importantíssimo de incluir, de perceber que os educandos são capazes, são sujeitos da sua história e contribuir para que – superem as dificuldades, as barreiras que impedem a aprendizagem, respeitando as diferenças, com práticas pedagógicas significativas, que consideram a realidade, o contexto, valorize a cultura, a história e promova aprendizados.

Esse trabalho reflete o interesse de saber como a inclusão vem acontecendo? A prática educativa considera as políticas públicas nacionais que tratam da educação inclusiva? As práticas educativas em organização educacional estão voltadas para inclusão social e desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência?

Diversas são as políticas públicas nacionais que colocam fundamentos, orientações para as práticas educativas em organização educacional para a inclusão social e

desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência, buscando a garantia do direito a educação.

Algumas delas são: a Constituição Federal de 1988, que defende uma educação de qualidade para todos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) que reconhece a importância de uma educação diferenciada voltada para educandos com deficiência nas instituições educacionais de ensino.

Podemos encontrar outras políticas, como o Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001 que busca a eliminação de barreiras discriminatórias contra a pessoa com deficiência; a Política Nacional na perspectiva da educação inclusiva (2008) – PNEE A Política Nacional de Educação na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), que visa assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação nos sistemas de ensino, buscando a garantia do acesso ao ensino regular com participação e desenvolvimento de aprendizagens.

Para sustentação teórica dessa pesquisa, vários autores, como também políticas que tratam da educação inclusiva no Brasil foram utilizadas, como: Mantoan (2003), Bettio (2021), Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência- LBI (2015), Política Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Diniz (2012), entre outros.

É necessário trazer discussões sobre a inclusão social nas organizações educacionais, sobre práticas educativas que estão sendo realizadas com educandos com deficiência no espaço escolar voltadas para construção de aprendizagens, com respeito à história, a cultura, a especificidade, pensando um mundo mais humano, mais justo e inclusivo para todos.

A educação precisa acontecer com qualidade e para todos, conforme coloca a Constituição Federal de 1988, Brasil (2016), em seu Art. 205, devendo ser incentivada por toda a sociedade: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 2016, p.123).

Em 2024, segundo a agência de notícias brasileira, a Agência Brasil, a deficiência significativa “atinge uma em cada seis pessoas no mundo” e a partir de dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) estima-se que exista 1,3 bilhão de pessoas no mundo com algum tipo de deficiência.

Segundo informações do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania- MDHC, Brasil (2023) existem 18,6 milhões de pessoas com deficiência no país, de acordo com pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC. Defronte desses dados, percebe-se a importância de que o direito a educação aconteça para todos, para os educandos com deficiência que ao longo da história foram excluídos, tiveram seus direitos negados e não puderam frequentar organizações educacionais regulares de ensino.

A exclusão escolar na atualidade, conforme dados do Unicef (2020) vêm afetando principalmente crianças e adolescentes pobres, negros, índios, quilombolas, pessoas com deficiência que muitas vezes precisam trabalhar para ajudar a família e até mesmo frequentaram a escola, mas não alcançaram êxito e desistiram de estudar, de aprender. Embora citamos toda essa diversidade de pessoas que vêm sendo excluídas, o foco dessa pesquisa são as pessoas com deficiência, que necessitam de um olhar diferenciado, sensível para acolhimento, permanência e construção de aprendizagens no espaço escolar para que tenha garantido o direito à educação.

Dessa forma, esse estudo viaja pela construção de conhecimento sobre a inclusão nas organizações educacionais, defendendo que todos os educandos tenham acesso, direito a uma educação com qualidade, mais humana, permitindo o desenvolvimento de potencialidades, o convívio com a diversidade, o respeito aos educandos que necessitam de práticas educacionais diferenciadas, inclusivas para construção de aprendizados escolares.

Para construção dessa dissertação foram considerados elementos importantes, como a formação acadêmica e atuação profissional na área de educação que são significativos para compreender o interesse pela temática educação e inclusão em gestão organizacional que foi desenvolvida no Mestrado do em Gestão nas Organizações Aprendentes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O interesse por este estudo surge devido ao trabalho educacional enquanto Professora no Município de Santa Rita- PB, atuando com estudantes com deficiência, que precisam de um olhar diferenciado, de possibilidades diversas de ensino, do atendimento das suas especificidades para que consiga avançar e desenvolver aprendizagens importantes, de impactos reais na vida.

A partir da prática educativa em sala regular e também em Sala de Recursos Multifuncionais com estudantes com deficiência observou-se a necessidade de ampliar os conhecimentos, de compreensão das especificidades, das dificuldades, das potencialidades,

dos estudos teóricos, políticos, da prática educativa inclusiva para buscar possibilitar cada vez mais um ensino com qualidade e inclusão.

Diante do exposto surge o seguinte problema de pesquisa: como vem ocorrendo as práticas educativas em escolas do município de Santa Rita-PB para inclusão e desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência?

Como a inclusão vem acontecendo de fato, a prática educacional considera ou está em consonância com as políticas públicas nacionais que tratam da educação inclusiva?

O objetivo geral da pesquisa é: analisar as práticas educativas em organizações educacionais do município de Santa Rita-PB para inclusão social e desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência. E como objetivos específicos: a) Saber como a inclusão vem acontecendo em Escolas do Município de Santa Rita; b) Identificar vivências de professoras, supervisoras e gestoras de Escolas do Ensino Fundamental com a educação inclusiva; c) Analisar se as práticas educativas consideram as políticas públicas nacionais da educação inclusiva e se estão voltadas para inclusão e construção de aprendizagens de estudantes com deficiência; d) Levantar boas práticas que tenham tido resultados positivos para inclusão e aprendizagem; e) Desenvolver uma cartilha interativa com as boas práticas educativas e atividades inclusivas utilizando o software PowerPoint.

Esta pesquisa tem relevância teórica, pois se pretende construir conhecimentos significativos sobre práticas educativas inclusivas em escolas públicas voltadas para inclusão de estudantes com deficiência. A inclusão educacional de estudantes com deficiência é extremamente relevante, uma forma de possibilitar o rompimento com atrasos históricos de exclusão, de retiradas de direitos destas pessoas, permitindo que os mesmos tenham acesso à escola e possibilidades de construção de aprendizagens.

Além de discussões teóricas, políticas e práticas para que estudantes com deficiências tenham o direito à educação garantido com práticas significativas, este estudo também possibilitou a construção de uma cartilha interativa com atividades consideradas significativas que tenham tido resultados positivos na prática educativa inclusiva.

Assim, este estudo pode ser contributivo para pesquisadores e profissionais que atuam com pessoas com deficiência, que tenham interesse na temática de práticas de educação inclusiva e que busque em suas ações a conquista de direitos humanos para todos.

Este trabalho é relevante para o MPGOA, considerando que o Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, da Universidade Federal da Paraíba

(UFPB) tem como linha de pesquisa Aprendizagem em Organizações, que se relaciona com a temática estudada, pensando a aprendizagem inclusiva em organização escolar.

Desta forma, neste estudo compreende-se a educação enquanto um ato político, transformador e contributivo para construção de uma sociedade mais humana, mais justa, sendo papel das organizações educacionais estarem sempre refletindo e buscando que a aprendizagem aconteça para todos, considerando as diversidades e atuando para que os educandos se percebam enquanto capazes, agentes transformadores na história pessoal e social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A escola enquanto organização é estudada por Vitor Paro (2018) que reflete sobre a qualidade do ensino e sobre o papel político e social da educação escolar. As funções da escola estão relacionadas com as percepções de educação de uma instituição escolar, segundo Vitor Paro (2018), que vai além do compartilhar de informações para atendimento do mercado de trabalho.

A escola é trazida por esse autor, enquanto uma agência educativa que permite o apropriar da cultura, entendendo essa em um sentido mais amplo, considerando o estudante enquanto sujeito que pensa, que atua na sociedade, não apenas como um mero receptor de informações: “ escola fundamental é entendida como agência educativa em seu sentido mais radical, tomada a educação como apropriação da cultura, e entendida esta como o conjunto de conhecimentos, valores, crenças, arte, filosofia, ciência”.(PARO, 2018, p.56)

A compreensão de escola parte, portanto, da ideia de que é um espaço educativo com funções voltadas para o acesso à cultura, as artes, a história da sociedade, aos conhecimentos científicos, aos valores sociais, entre outros saberes construídos ao longo da vida e que são necessários para a aprendizagem humana. A escola por sua vez que possibilite que esse acesso aconteça para todos pode ser percebida como uma escola com prática pedagógica de qualidade.

Paro coloca o afeto dedicado aos estudantes como importante para prática pedagógica, considerando afeto enquanto ato de respeito, no sentido de respeito ao direito do estudante de apropriar-se da cultura social, de expressar seus pensamentos sobre a realidade sem constrangimentos ou discriminações. Ainda destaca que o afeto demonstrado pelo educador revela empatia:

O afeto supõe empatia e compromisso do educador com o educando, com a preocupação de reforçar a condição de sujeito deste, estabelecendo uma relação humana que não seja fria e exterior, ocupada apenas em oferecer conhecimentos para serem apreendidos, mas sim calorosa e cúmplice da própria formação da personalidade do educando. (PARO, 2018, p.57)

O afeto e o respeito do educador revelam o compromisso com o que faz, a empatia pelo outro, pelo educando, considerando a sua fala, a sua expressão enquanto ponte para aprendizagens e todos os alunos enquanto capazes de desenvolver habilidades, potencialidades, de construir conhecimentos sendo respeitada a sua história, as suas vivências.

Para Silvia Marques (2012), pensar a Educação envolve a compreensão das condições sociais dos indivíduos e a percepção das políticas dominantes. A partir de Silvia, percebe-se que compreendendo o contexto social das pessoas é possível pensar em currículos, atividades que tragam vivências, reflexões e permitam construir atividades com significados para os estudantes.

Produzindo conhecimentos com questionamentos, reflexões sobre a realidade, assim como também reconhecendo as políticas educativas existentes na sociedade brasileira. Silvia Marques traz a importância de se refletir, de repensar criticamente o ato educativo e o seu papel na atualidade.

Qual é o papel da educação em um país com tantas desigualdades, com tantos problemas sociais? É preciso pensar a educação como capaz de trazer reflexões sobre a realidade social e como possibilidade de construir os conhecimentos que sejam importantes para a vida, considerando as diversidades de culturas, as especificidades, o respeito aos conhecimentos prévios.

A escola faz parte da vida e como tal precisa considerar os problemas sociais que afetam a realidade escolar, a educação: a fome, a violência, o desemprego, a falta de estrutura das ruas, das moradias, as exclusões sociais, entre muitos outros, que podem influenciar a aprendizagem dos educandos, como por exemplo, um estudante com fome não consegue pensar nos conteúdos que estão sendo ensinados e sim em saciar a sua fome. Já crianças que moram em áreas sem estruturas adequadas ficam prejudicadas em épocas de muita chuva, podendo não ir para o espaço escolar.

O papel do educador deve ser, portanto, de perceber o contexto em que a comunidade escolar está inserida, visando estratégias diversas para o desenvolvimento da aprendizagem.

A educação, conforme Freire (1967) não acontece “fora das sociedades humanas”, sendo assim, defende uma educação em que os educandos possam ser sujeitos de sua história, que possam refletir e agir no mundo, uma educação conscientizadora, que respeite o ser humano, sua história, sua cultura, seu contexto: “uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais”. (FREIRE, 1967 p. 60)

Porém, embora se perceba o potencial, a força da educação na colaboração de sujeitos reflexivos, críticos, conscientes, não se pode deixar de evidenciar, como traz o próprio Freire, que a educação sozinha não é capaz de dar conta de todas as problemáticas sociais.

Pensar, portanto, a educação a partir de Freire é considerar que o ato educativo implica em uma responsabilidade social, política, em que a prática educativa é imbuída de sentidos, o conhecimento não é trabalhado de forma fragmentada, mas contextualizado, o sujeito aprende a partir do diálogo, de forma ativa, compreendendo e interpretando problemas reais, se percebendo enquanto capaz de atuar, de transformar realidades na sociedade. Qual seria o papel da gestão de uma organização educacional para uma prática educativa com responsabilidade política e social?

Mendes et al (2016) trazem concepções de gestão a partir de Libâneo (2008), relacionando com o contexto escolar, a sala de aula, no sentido de pensar a educação a partir da cooperação de todos que fazem a escola, que compõem a parte pedagógica, refletindo sobre uma escola com uma gestão participativa.

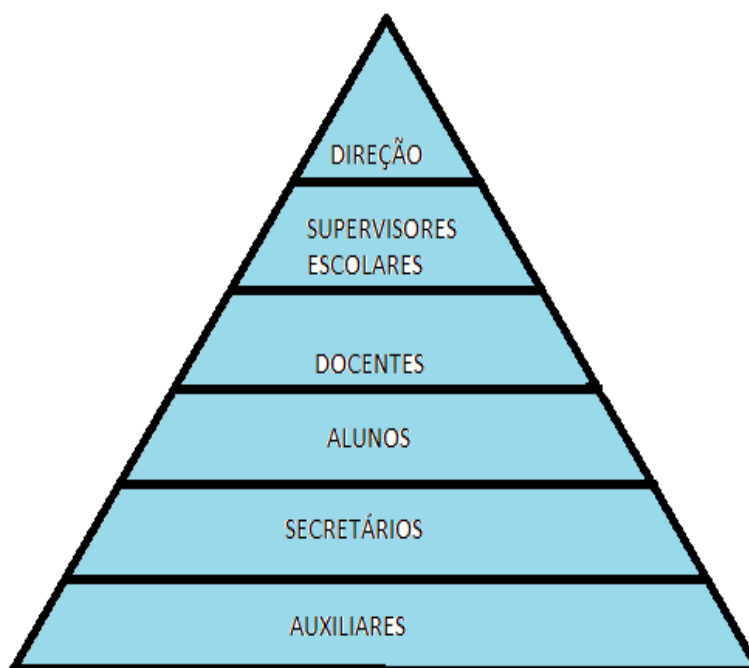
De acordo com Libâneo, uma organização escolar com uma gestão participativa, por sua vez revela uma gestão democrática na escola, que tem a participação como princípio para assegurar que todos os profissionais da educação possam participar do funcionamento, das tomadas de decisões.

Pensar concepções de organização escolar envolve a compreensão do que é organizar envolve a articulação de pessoas para alcance de um objetivo, de uma ação: “O termo organizar significa preparar de forma sistemática, articular todas as partes, dispor de condições para realizar uma tarefa.” (Mendes et al, 2016, p 3)

Dessa forma, uma organização escolar é um espaço sistemático, onde as pessoas se articulam para realizar ações relativas a educação, refletem sobre as atividades que serão desenvolvidas, sobre os seus objetivos essenciais, formas de planejamento, de organização para oferecimento do serviço educacional, cabendo a gestão articular as ações pedagógicas para um bom funcionamento da organização, com uma gestão participativa, onde todos podem colaborar, professores, funcionários, estudantes, em um movimento importante, onde todos participam e contribuem para alcance dos objetivos educacionais.

Uma gestão escolar responsável é necessária para uma organização educacional, para uma escola de qualidade que precisa se organizar para atender os objetivos prioritários da educação. Vitor Paro (2018) afirma que as escolas para atender seus objetivos vêm se organizando historicamente a partir da distribuição de poder e de autoridade no formato piramidal, conforme a pirâmide que segue:

FIGURA1- Formato piramidal de organização das escolas.



Fonte: Construído a partir de Vitor Paro (2018)

as escolas dos vários sistemas de ensino do país se organizam de modo bastante semelhante, no formato piramidal, em que, no topo, fica a direção; logo abaixo, hierarquicamente, os profissionais que prestam assistência e supervisão aos professores (denominados coordenadores pedagógicos, ou assistentes pedagógicos, ou supervisores escolares, etc.); a seguir, encontra-se o corpo docente e, logo abaixo, os alunos. Paralelamente, há os funcionários não docentes, ocupando o nível intermediário (secretário) e os níveis subalternos (auxiliares, vigias, serventes, etc.). (PARO, 2018, p. 91)

Nesse formato de organização educacional, compreende-se que as ideias, os projetos, os objetivos partem de uma hierarquia, de cima para baixo sem considerar a participação da comunidade escolar.

A participação da comunidade escolar é relevante porque permite que todos, professores, alunos, famílias, participem com as suas experiências, com os seus conhecimentos e colaborem com o processo educativo. A partir dessa ideia pode-se perceber

que as organizações que permite a interação, o diálogo com profissionais, ouvindo os conhecimentos diversos permitem que surjam novas possibilidades de atuação, de comunicação, podendo melhorar a prática pedagógica, o uso dos recursos, das tecnologias com sentido e com maior possibilidade de sucesso escolar.

Ouvir o conhecimento das pessoas que atuam nas organizações educacionais podem implicar na prática pedagógica mais significativa, em uma educação de qualidade.

Dessa forma, pensando no papel da gestão das organizações educacionais, essa deve ser capaz de incentivar seus profissionais para que aprendam, desenvolvam conhecimentos e os utilizem nos espaços educacionais para melhorar a qualidade do ensino ofertado, com práticas educativas contextualizadas e significativas.

Vieira e Vidal (2014, p. 49) aprofunda questões que envolvem a gestão e a formação de gestores escolares no Brasil, a partir de instrumentos legais, como a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional. Essas autoras afirmam que no país é alto o índice de educadoras com formação superior em Pedagogia, enquanto os gestores escolares apresentam um quantitativo importante envolvendo modalidades diversas de formação, trazendo a necessidade de políticas públicas de formações voltadas para esses profissionais que podem fazer a diferença em espaços escolares para atendimentos dos objetivos educacionais: “Estudos realizados em contextos distintos e países diversos mostram que a direção é fator que representa uma diferença favorável na pedagogia escolar e facilita o cumprimento, por parte das escolas, das metas estabelecidas.”

A formação da gestão escolar, pode ser, portanto, um fator essencial para uma escola de qualidade, com gestores qualificados para exercer suas atribuições, com propriedade nas suas ações, com diálogo, respeito a equipe de profissionais. Uma gestão que busca o cumprimento de metas educacionais pensadas democraticamente para a escola, refletindo coletivamente com professores, coordenadores, supervisores, sobre o objetivo principal da escola, sobre planos necessários para alcance da aprendizagem dos alunos e quais estratégias podem ser facilitadoras nesse processo.

De acordo com a sétima edição da LDB (2023), em seu artigo 64, a formação apropriada para o exercício da gestão escolar da educação básica refere-se ao curso de graduação em Pedagogia ou curso na área de gestão com nível de pós-graduação:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da

instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (LDB, 2014, p. 48)

Sendo assim, o profissional com graduação em pedagogia tem o requisito para exercer o cargo de gestor escolar, conforme essa lei, que em sua primeira edição foi no ano de 1996. No entanto, ainda na atualidade, conforme destaca Vieira e Vidal (2014) essa ainda não é uma realidade no país, pois nem todos os gestores possuem essa formação para atuar nos sistemas de ensino.

LDB, não há ainda plena sintonia entre suas orientações e a realidade dos sistemas de ensino. Como a análise dos dados permitirá perceber, na prática nem todos o(a)s diretores(a)s são formados em Pedagogia, tendo concluído outros cursos de graduação. A formação em nível de pós-graduação também é diversificada, assim como variadas são as formas de acesso ao cargo. (VIEIRA E VIDAL, 2014, p. 50)

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP-MEC (2024), o Brasil tem um total de 163.987 diretores, sendo maior a quantidade de gestores do sexo feminino, 132.133. No que diz respeito, especificamente aos municípios, o quantitativo total de gestores é 96.145, sendo 80.356 gestores femininos, conforme pode ser observado no Quadro 1- Números de diretores na Educação Básica- INEP- 2024.

QUADRO 1- Números de diretores na Educação Básica- 2024

NÚMERO DE DIRETORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO O SEXO - 2024

Sexo	Dependência administrativa					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	163.987	124.612	675	27.792	96.145	39.375
Masculino	31.854	25.676	498	9.389	15.789	6.178
Feminino	132.133	98.936	177	18.403	80.356	33.197

Fonte: Brasil, Inep (2024)

Embora, Vieira e Vidal (2014) ressaltem que na prática nem todos os gestores dos sistemas de ensino são formados em Pedagogia, segundo orienta a LDB, é possível perceber a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica - INEP-MEC (2024), que uma porcentagem expressiva de gestores realizaram e concluíram algum curso superior, mesmo não estando especificado se o curso superior é Pedagogia ou algum curso na área de gestão em nível de pós-graduação.

O Quadro 2 - Percentual de Diretores com Curso Superior por Região- INEP- 2024 demonstra essa expressividade de gestores com cursos superiores concluídos, sendo um total de 91, 5% no país. Na região Nordeste o percentual é de 85,1%.

QUADRO 2- Percentual de Diretores com Curso Superior por Região-2024

PERCENTUAL DE DIRETORES COM CURSO SUPERIOR POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A REGIÃO - 2024

Região	Dependência administrativa					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	91,5%	93,0%	99,7%	97,8%	91,6%	86,5%
Norte	93,7%	94,0%	100,0%	96,5%	93,2%	91,2%
Nordeste	85,1%	86,6%	100,0%	96,1%	85,1%	78,5%
Sudeste	94,7%	97,0%	99,0%	99,1%	96,3%	89,9%
Sul	95,1%	98,0%	100,0%	97,9%	98,0%	85,6%
Centro-Oeste	96,3%	97,5%	100,0%	97,8%	97,2%	93,1%

Fonte: Brasil, Inep (2024)

Além dos curso de nível superior, as formações continuadas também são uma possibilidade contributiva para atuação desses profissionais, como aponta Vieira e Vidal (2014, p. 52), destacando o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, mais conhecido como Escola de Gestores, uma formação continuada desenvolvida para contribuir com o desafiador processo de atuação do gestor de instituições educacionais, visando a qualificação de gestores para promoção de uma educação pública de qualidade. Nesse Programa são ofertados cursos de nível de pós graduação, como o curso de Especialização em Gestão escolar e outras modalidades de cursos: “A Escola de Gestores desenvolve as seguintes modalidades de cursos: Especialização em Gestão Escolar, Especialização em Coordenação Pedagógica e Aperfeiçoamento em Gestão Escolar”.

Políticas públicas de implementação de programas, como: “Escola de Gestores” podem implicar em práticas de gestão capazes de alcançar os objetivos educacionais, buscando atender as necessidades de aprendizagem de todos, garantindo, por conseguinte o direito a educação. Logo, gestores de organizações educacionais com a formação apropriada, conforme as orientações da LDB podem atuar por uma educação com qualidade e inclusão.

2.1 ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS E INCLUSÃO

Nogueira e Odelius(2015), trazendo a visão de Daft e Weick (1984) colocam a organização enquanto um sistema que deve ser interpretado os seus processos, as suas ações, descrevendo aprendizagens, problemas, soluções para desenvolvimento de novos conhecimentos.

De acordo com Antonello e Godoy(2010), a aprendizagem organizacional pode ser percebida em várias perspectivas: psicológica, comportamental, construção social. Dentre essas, destaca-se nesse estudo a perspectiva social que considera na aprendizagem organizacional os processos cognitivos, a interpretação, o contexto social. Estas autoras destacam que, nesta perspectiva a aprendizagem é percebida em situações concretas, na participação, na interação, nas ações reais de aprendizagem.

Catão em seus escritos sobre a Teoria da Aprendizagem traz reflexões sobre a aprendizagem enquanto uma construção sócio-histórica, pensando o ser humano de uma forma integral, em sua totalidade, como aquele que aprende em sua relação social, sendo necessário que se perceba o sujeito aprendente nos seus aspectos humanos, sociais, físicos, em aspectos externos e internos que o envolve.

A partir dos estudos de Zanella (2004), que traz Vygotsky (2000) destacando a forte relação do sujeito com a sociedade, não sendo possível perceber o educando de forma integral sem considerá-lo em seus contextos sociais. Perceber a aprendizagem como uma construção sócio histórica é, portanto, considerar o educando como parte do processo histórico e que deve ser considerado em seus aspectos biológicos, sociais, culturais.

Nesse sentido, ao longo desse estudo, os diálogos sobre a aprendizagem serão apontados relacionados com a inclusão de pessoas com deficiências a partir da abordagem sócio histórica, onde sustenta-se a ideia de que todas as pessoas são capazes, que podem construir a sua própria história e que a aprendizagem voltada para educandos com deficiência precisa considerar a realidade, a história da pessoa com deficiência, colocando a ideia de que é preciso pensar em várias formas de educar e buscar a construção de aprendizagens com autonomia.

Conforme Zanella (2004), o ser humano deve ser visto a partir de múltiplas relações, considerando o sujeito, o contexto e suas ações. Com as ações do sujeito vão sendo construídos e apropriados significados sobre o mundo. Zanella considerando as ideias de Smolka (2000) coloca que é preciso perceber os significados da ação humana. Desta forma, a aprendizagem precisa ter sentidos e permitir a participação de todos.

Nesse estudo, defende-se a percepção de que somos seres humanos capazes e que é preciso lutar por um mundo mais justo, mais humano, exercendo o papel de cidadão. Desta forma, são feitas reflexões por uma prática educativa para que os estudantes se percebam enquanto cidadãos, sujeitos históricos, sociais, que precisam conhecer e agir sobre o mundo, pelo bem coletivo, sendo capazes de transformar realidades. As organizações educacionais, por sua vez, podem ser contributivas, atuando com práticas educativas participativas e inclusivas.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA INCLUSÃO SOCIAL

De acordo com Kelly Silva e Ricardo Santos (2015), a essência da concepção de inclusão social é a compreensão de que todas as pessoas com deficiência podem ser participativas e capazes e a sociedade precisa se organizar para propiciar condições, oportunidades com respeito e valorização das diferenças.

As organizações educacionais devem, portanto, atuar para inclusão social, com práticas educativas que permitam que educandos com deficiência possam participar das diversas ações da escola, compreendendo que todos são capazes de aprender, de desenvolver habilidades, aprendizagens, com respeito as suas especificidades.

Segundo Ticiania Roriz et al (2005), a inclusão social aborda o respeito as diferenças e a participação dos cidadãos. No caso de crianças com deficiência ou público alvo da educação inclusiva, quando a inclusão abraça a participação em instituições regulares de educação e percebida enquanto inclusão escolar.

O respeito a diversidade, a garantia do direito a participação social é o que revela o quanto é significativa a inclusão social para a sociedade, para as instituições educacionais, para rompimento de discriminações e exclusões, para se buscar um mundo mais justo, mais humano.

De acordo com Ticiania Roriz et al (2005) pensar a inclusão social enquanto distinta da inclusão escolar é uma separação didática, pois não é possível fragmentar, visto que ambas

fazem parte do processo social e destaca que o marco da inclusão escolar é a Conferência Mundial de Necessidades Educacionais e Especiais: acesso e qualidade”, organizada pela ONU, em 1994.

Marco/motor na constituição do discurso da "inclusão escolar" tem sido citado como ocorrido a partir da "Conferência Mundial de Necessidades Educacionais e Especiais: acesso e qualidade", organizada pela ONU, em Salamanca (Espanha), em 1994. O princípio que guia a resultante Declaração é de que escolas regulares devem acomodar a todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais (ONU, 1994 apud Roriz et al, 2005).

Sendo assim, o marco da inclusão escolar é a percepção de que todos os estudantes têm direito ao acesso às escolas regulares independente de sua especificidade, deficiência, condições físicas, intelectuais, entre outras. Acolher a diversidade é papel das instituições educacionais para garantir a inclusão social com respeito as diferenças, possibilitando a participação e aprendizagem de todos os estudantes.

A inclusão escolar pode ser percebida atualmente como um paradigma social, pensado para uma sociedade inclusiva, que respeita a garantia constitucional da educação, o direito de estudantes com deficiência estarem nos sistemas regulares de ensino, a participação de todos, sem discriminações ou exclusões.

A inclusão escolar a partir de Mantoan (2003) parte de um processo de mudança de paradigmas educacionais para que a educação seja retrçada para o olhar que se tem de uma educação de qualidade e isso envolve uma mudança de perspectiva educacional para atendimento de todos os alunos, os que possuem deficiência, os que têm dificuldades de aprendizagem, a educação sendo pensada para que todos alcancem sucesso escolar.

Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele! (MANTOAN, 2003, p. 16)

A inclusão para Mantoan refere-se a uma provocação para que as escolas atuem por uma educação de qualidade, alcançando todos os estudantes, o que implica em transformações de ideias e práticas para um ensino acolhedor, que atenda a diversidades nos mais variados níveis de ensino.

a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula.

o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos, nos diferentes níveis de ensino. (MANTOAN, 2003, p. 17)

Diniz (2007) aponta o modelo social da deficiência que foi construído ao longo da história. Um dos precursores, como traz essa autora foi Paul Hunt, que buscava compreender o fenômeno da deficiência: “Paul Hunt, um sociólogo deficiente físico, foi um dos precursores do modelo social da deficiência no Reino Unido nos anos 1960. “(DINIZ, 2007, p. 7)

Conforme se posiciona Diniz, Hunt escreveu uma carta para o jornal inglês The Guardian, em 20 de setembro de 1972 que teve várias reações da sociedade:

as pessoas com lesões físicas severas encontram-se isoladas em instituições sem as menores condições, onde suas ideias são ignoradas, onde estão sujeitas ao autoritarismo e, comumente, a cruéis regimes. Proponho a formação de um grupo de pessoas que leve ao Parlamento as ideias das pessoas que, hoje, vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las. Paul Hunt (DINIZ, 2007, p. 7)

A carta foi uma forma de sensibilização social para a segregação, exclusão que vinha acontecendo, uma forma de denúncia e de provocação social para luta pelas pessoas com deficiência, para que elas pudessem ter voz, ser ouvidas as suas ideias. E a partir dessa ação de Hunt foi construído um grupo de deficientes e constituída a primeira organização política: a Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias).

A Upias, enquanto primeira organização política sobre deficiência era gerida por deficientes e tinha como objetivo redefinir a percepção de deficiência, que estava atrelada a exclusão social. Diniz (2007), destaca as instituições mais antigas, o Instituto Nacional para Cegos, no Reino Unido e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Brasil.

Instituições antigas, como o Instituto Nacional para Cegos, talvez a mais antiga do mundo, no Reino Unido, ou o Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Brasil, eram entidades para os deficientes, isto é, locais onde se confinavam pessoas com diferentes lesões físicas ou mentais, cuidando delas e lhes oferecendo educação. Em geral o objetivo dessas instituições e centros era o de afastar as pessoas com lesões do convívio social ou o de normalizá-las para devolvê-las à família ou à sociedade. (DINIZ, 2007, p.7)

Essas instituições afastavam as pessoas com deficiência da sociedade, embora o Instituto Nacional para Cegos e o Instituto Nacional de Educação de Surdos atendessem as pessoas com deficiência física, mental, ofertando educação, os educandos eram isolados, não frequentavam a sala de aula regular, não interagiam com outros educandos, eram percebidos como pessoas que não tinha condições de estar participando do convívio social e eram, portanto, excluídas do sistema educacional.

Na realidade ainda existem várias questões que precisam ser consideradas no que diz respeito ao processo de inclusão, como a exclusão histórica de estudantes com deficiência que precisa ser rompida. As práticas de educação inclusiva que necessitam abraçar demandas reais da sociedade, das pessoas que possuem deficiência e que precisam ter seus direitos garantidos, como o direito à aprendizagem.

Para Mansell e Tremblay (2015), educação e aprendizagem são importantes em todos os setores da sociedade. Esses autores trazem que para um desenvolvimento inclusivo é preciso que homens e mulheres tenham acesso a informações e possam construir conhecimentos. “ Isso envolve ensino de qualidade, em ambientes formais ou informais, de maneira a promover a participação plena do aluno.” (MANSELL E TREMBLAY, 2015, p. 7)

O contexto escolar abrange uma diversidade de educandos com diferentes características, habilidades, necessidades, que precisam ser atendidas, como afirma Bettio (2021) para que aconteça de fato uma educação inclusiva.

Ao longo da história percebe-se uma dificuldade na compreensão do que venha a ser de fato uma educação inclusiva, havendo uma preocupação maior com a infraestrutura dos espaços educacionais, com a adaptação nos espaços, construção de rampas, mas conforme traz Bettio(2021), essa preocupação com a adaptação dos espaços educacionais é importante, mas somente isso não é suficiente para que a inclusão aconteça.

existe uma ênfase na adaptação da infraestrutura da instituição (exemplos: rampas, em vez de escadas; e existência de materiais adaptados a alunos que tenham certas dificuldades). A mudança da infraestrutura é algo muito importante sim, mas não basta para que exista um ensino inclusivo, o qual envolve a adoção de práticas inclusivas, que sejam capazes de atender às diferentes crianças da classe (BETTIO, 2021, p 9)

Sendo assim, conforme coloca essa autora, para que a inclusão aconteça nas organizações educacionais são necessárias práticas inclusivas que atendam as diversidades existentes.

O atendimento das diversidades, das necessidades do educando com deficiência pode possibilitar portanto, a garantia do direito a educação para todos, que é dever do Estado, da família e da sociedade, sendo defendido pela Constituição da República Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 205: “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o

trabalho.(BRASIL, 2016, p. 123)

Dessa forma, o acesso à educação de qualidade é direito de todos e deve ser buscada por toda a sociedade, para que todos tenham o direito de se desenvolver enquanto pessoa humana, exercer a sua cidadania, como também construir conhecimentos que possam habilitar para o trabalho. Na Figura 1 é possível visualizar criança com deficiência física tendo acesso à educação escolar.

FIGURA 2- Estudante com deficiência tendo acesso à educação escolar



Fonte: <https://institutoaurora.org/educacao-de-pessoas-com-deficiencia-no-brasil-por-que-e-importante-falamos-a-respeito> (2021) Acesso em: 20 mai, 2024.

Bettio (2021) sustenta esse pensamento sobre a garantida do direito a educação de qualidade para todos, quando coloca que a partir da década de 1990, no Brasil, é garantido o direito ao acesso à Educação Básica de qualidade para todos, adotando-se portanto, uma nova concepção do ensino, que leva a reflexões sobre uma educação inclusiva que institui o dever das escolas de possibilitar o acesso, a permanência, as condições apropriadas para que pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação pudessem ter acesso, participação, construção de aprendizagem em salas regulares.

Esse acontecimento vem romper com exclusões históricas, em que educandos com deficiência não tinham o direito a frequentar a escola regular, ficavam segregados em instituições e passam a ter a oportunidade do acesso à aprendizagem: “Com isso, objetiva-se fornecer oportunidades iguais de ensino e aprendizagem a todos os alunos matriculados em

escolas brasileiras, configurando como inconstitucional qualquer tipo de segregação dentro de instituições” (BETTIO, 2021, p 9)

A Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência- LBI, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) também representa um grande avanço na conquista de direitos. De acordo com o artigo 1º, essa lei tem como objetivo assegurar a inclusão social da pessoa com deficiência, para que tenha condições de igualdade e possa exercer os seus direitos e liberdades fundamentais.

Já em seu artigo 4º reforça a ideia de que toda pessoa com deficiência precisa ter o direito à igualdade de oportunidades, sem que sofra nenhum tipo de discriminação para alcance de seus direitos, compreendendo a discriminação como qualquer tipo de exclusão, seja por ação ou omissão em razão da deficiência, qualquer ato que venha a dificultar, prejudicar o direito e liberdade fundamental da pessoa com deficiência.

No artigo 28 traz a responsabilidade do poder público para garantia de direitos e inclusão da pessoa com deficiência.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (BRASIL, LBI, 2015p. 12 e 13)

Essa lei, ainda recente, têm nove anos de sua instituição, mas representa um marco na história do país para conquista de direitos voltados para inclusão da pessoa com deficiência trazendo a responsabilidade do poder público para o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos nos mais variados níveis de aprendizagem, tendo como foco assegurar que a aprendizagem realmente aconteça para todos, que a pessoa com deficiência, tenha o acesso ao espaço escolar, mas não somente isso, que sejam eliminadas as barreiras impeditivas para a inclusão e aprendizagem, colocando a necessidade de se repensar os processos pedagógicos, que seja ofertado o atendimento educacional especializado, que sejam feitas as adaptações de acordo com a especificidade de cada educando, garantindo o acesso ao currículo e aprendizagens com autonomia.

Sobre o atendimento educacional especializado, a Resolução nº 4 (2009) institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, destacando que é dever das organizações educacionais matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tanto no ensino regular como no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Dessa forma, essa Resolução aponta a responsabilidade dos sistemas de ensino para oferta do AEE enquanto um direito dos estudantes com deficiência que deve acontecer preferencialmente na escola regular, em salas de recursos multifuncionais, mas também pode ser ofertado em Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). Em seu artigo 2º destaca a função do AEE enquanto complementar a formação escolar do estudante a partir da disponibilização de serviços, de recursos que possam romper com barreiras impeditivas e permitam a participação social e a acessibilidade da aprendizagem.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (BRASIL, 2009, p. 1)

O atendimento especializado não substitui o ensino escolar ofertado, mas tem como intuito a complementação do desenvolvimento da educação. Com a Resolução nº 4 (2009), percebe-se que os estudantes com deficiência passam a ter direito de frequentar além das salas de aula do ensino regular o atendimento especializado em salas de recursos multifuncionais, com acesso a recursos, materiais e atendimento diferenciado que considere a realidade de cada educando, as necessidades específicas para construção de atividades e desenvolvimento de aprendizagens.

As organizações educacionais devem, portanto, buscar a acessibilidade seja no currículo, seja no acesso aos variados espaços e o AEE é uma ação que pode ser muito significativa através do uso de materiais, recursos pedagógicos facilitadores para promoção da comunicação, da interação, da aprendizagem de alunos com deficiência.

2.3 PROCESSOS PÓLÍTICOS DE LUTA PELA INCLUSÃO EDUCACIONAL

A implementação de políticas públicas pode ser significativa para uma prática educativa inclusiva, com melhorias da qualidade do ensino. A política pública educacional é compreendida por Oliveira (2010, p.18) apud Rodrigues et al (2018) como “tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação”, entretanto, destaca que as políticas públicas educacionais tem como foco principalmente as questões que envolvem a educação escolar.

Assim, as políticas educacionais compreendem as políticas que têm como ênfase a educação, a inclusão no espaço escolar.

De acordo com Santos, Dutra e Cunha (2015), a Convenção para os Direitos das pessoas com deficiência da Organização das Nações Unidas ocorrida em 2006 foi o documento que possibilitou as discussões no mundo para as políticas públicas de inclusão social.

Segundo estes autores, este documento altera com o conceito de deficiência que tinha como base um modelo clínico que considerava as deficiências como obstáculos para integração social e que os estudantes com deficiência eram quem deveriam se adaptar as condições sociais. (SANTOS, DUTRA E CUNHA, 2015).

A compreensão aceita na atualidade é de que o ensino é que necessita ser adaptado para que as pessoas com deficiências consigam superar as suas dificuldades e desenvolver aprendizagens. De acordo com Jordan (2007), o ensino precisa ser adaptado para atendimento dos estudantes, acrescentando que a adaptação do ensino é uma política educativa que é necessária para que todos tenham o direito à aprendizagem.

De acordo com a Lei n. 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu artigo 2º, pessoa com deficiência é aquela que possui impedimento de longo prazo, seja de natureza física, mental, sensorial ou intelectual que dificulta a sua participação na sociedade. (BRASIL, 2015, p.8)

Esta concepção de pessoa com deficiência permite que se percebam as pessoas com deficiência como parte da sociedade e que precisam que sejam eliminadas as barreiras para que possam ter seus direitos garantidos.

Essa Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência determina que sejam garantidos direitos fundamentais, como o direito a educação nas instituições educacionais, com práticas educativas que busquem o desenvolvimentos de habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais. Assim, essa política funciona enquanto um norte para uma prática educativa inclusiva na escola regular e também nas salas de atendimento especializado, tendo

como fundamento o aprendizado para todos, com respeito a especificidade, aos contextos, a valorização da diversidade.

Segundo a Política Nacional na perspectiva da Educação Inclusiva- PNEE (BRASIL, 2008, p. 5), o movimento que vem acontecendo mundialmente pela inclusão é uma ação política, social, que tem como objetivo a defesa para que todos tenham o direito de aprender sem que haja discriminações.

A educação inclusiva, conforme a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, Brasil (2008, p.5) é um modelo de educação que reconhece o histórico de exclusão das pessoas com deficiência e tem como fundamento os direitos humanos.

A Política Nacional de Educação, na perspectiva da Educação Inclusiva- PNEE (2008) destaca a necessidade de superar práticas de discriminações e compreende a educação inclusiva enquanto possibilidade de superação de exclusões, rompimento com discriminações, sendo importante repensar a organização, a estrutura, a cultura dos sistemas educacionais para o respeito às especificidades dos educandos.

Essa Política Nacional inclusiva (2008) visa assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação nas instituições educacionais, para que esse público específico tenha garantido o acesso, a participação e desenvolvimento de aprendizagens.

Já em 2020, surge o Decreto Nº 10.502, de 30 de Setembro, que representa um ataque as políticas que vinham sendo construídas voltadas para educação inclusiva. Embora se coloque enquanto Política Nacional de Educação Especial voltada para uma educação equitativa, inclusiva e com aprendizado para a vida, fica claro ao longo do texto um retrocesso, pois o referido Decreto autoriza no artigo 2º em seu inciso VII, a defesa de que exista classes especializadas, classes organizadas em escolas regulares inclusivas.

Dessa forma, pretende autorizar a segregação nas escolas em classes regulares e classes especiais, permite a discriminação, a exclusão de direitos e rompe com o paradigma pensado atualmente na sociedade de uma educação inclusiva.

De acordo com o ministro Dias Toffoli (2020): “esse decreto contraria o modelo de educação inclusiva, ao deixar de dar absoluta prioridade à matrícula desses educandos na rede regular de ensino.” (STF, 2020, p. 1)

Atualmente, essa política foi suspensa pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, que destacou a inconstitucionalidade da lei, sendo uma conquista, uma luta da sociedade por direitos, que apresenta um contraponto para essa política, um paradigma de inclusão em que todos têm direito aos espaços educacionais, os educandos com deficiência têm o direito já conquistado por lei da matrícula, do acesso, da busca pela permanência e construção de aprendizados nas salas regulares.

O Município de Santa Rita, local de estudo dessa pesquisa, tem sua política pública, o Plano Municipal de Educação que traz metas específicas para a inclusão de alunos público alvo da educação inclusiva.

O Plano Municipal de Educação da Cidade de Santa Rita, Lei nº 1.666 de 19 de junho de 2015, em sua Meta 4 – Educação Inclusiva estabelece universalizar para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica na escola regular e também o direito ao atendimento educacional especializado em salas de recursos nas escolas.

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (PME- Meta 4, SANTA RITA, 2015).

O Município de Santa Rita tem como meta buscar a redução do número de alunos em turmas que estão matriculados alunos com deficiência por turma nas diversas modalidades de ensino: Garantir a redução do número de alunos nas turmas em que estão matriculados alunos com deficiência, em todos os níveis e modalidades de Ensino, regulamentado pelas diretrizes educacionais enviadas as escolas anualmente; (PME- SANTA RITA, Meta 4.3, 2015).

O Município de Santa Rita tem, portanto, como meta a garantia do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais das escolas, com a oferta de serviços especializados nas instituições educacionais públicas de educação básica enquanto um complemento do ensino regular para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para atendimento das necessidades diferenciadas do aluno.

O Plano municipal também traz como meta a busca para ampliação de programas que venham a promover a acessibilidades nas instituições públicas visando o acesso e a permanência de estudantes com deficiência, almejando adequar a parte arquitetônica das escolas, o fornecimento de transporte e materiais de tecnologia assistiva, o que pode fortalecer o acesso à educação.

Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação; (PME- SANTA RITA, Meta 4.7, 2015).

Dessa forma, a Política pública do Município de Santa Rita, o Plano Municipal de Educação, de 2015, que foi pensado para dez anos e vai até esse ano de 2025, tem algumas metas que estão sendo implementadas, como a oferta do atendimento educacional especializado na escola regular, com profissionais com formação superior na área de inclusão para atendimento de alunos público alvo da educação inclusiva, como os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades; a oficialização desse atendimento e sua importância nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas regulares do município.

Outras metas inseridas nesse Plano Municipal ainda estão sendo buscadas, como a adaptação de prédios escolares para ampliar a acessibilidade nas instituições educacionais; realizar parcerias com as universidades ou instituições de ensino superior para a oferta de cursos na área de inclusão, como Letras/Libras ou cursos de Pós graduação em inclusão para Professores especialistas que atuam na área de inclusão, em Salas de Recursos Multifuncionais.

Embora a busca pela oferta de cursos esteja no Plano Municipal de forma exclusiva para Professores, Especialistas que atuam na área de inclusão no Município de Santa Rita, a oferta de cursos especializados para educação inclusiva é importante para todos os Professores, tanto os que realizam atendimento especializado, como os Professores da sala regular que desejam capacitar-se para realizar um melhor trabalho educativo com os alunos com deficiência, com práticas educativas inclusivas.

2.4 PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva, segundo Érika Lourenço (2010), refere-se a um modelo educacional para o acolhimento de todos. Para o Unicef (2013), a educação inclusiva é percebida como aquela que oportuniza a aprendizagem de todos com significado na escola regular, possibilitando que estudantes com deficiência tenham acesso ao espaço escolar e também ao atendimento educacional especializado.

Com a LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL- LDB, Lei 9.394/96 em seu artigo 58, percebe-se a mudança de percepção sobre a educação para pessoas com deficiência. Assim, a modalidade de educação especial possibilita a oferta de ensino para estas pessoas na rede regular. (BRASIL, LDB, 2017, p.39) Essa lei reconhece a necessidade de uma educação diferenciada para educandos com deficiência nas instituições educacionais de ensino.

De acordo com o Decreto 7.611/2011, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação são consideradas público alvo da educação especial e precisam ser acolhidas, ter acesso ao ensino escolar para desenvolvimento de aprendizagens. A educação precisa acontecer de forma inclusiva.

Deste modo, a educação inclusiva é aquela que acolhe todas as diversidades e possibilita a construção de aprendizagens significativas. Já Peterson e Hittie (2010) entendem a educação inclusiva enquanto parte de um movimento social de luta por inclusão nos mais variados espaços da sociedade.

A inclusão, segundo Clark et al(1995) pode ser compreendida como um movimento para ampliação da diversidade de crianças em escolas “comuns”. Já, de acordo com a perspectiva de Oliveira et al(2019, p.6), a educação inclusiva envolve um processo amplo para transformações dos sistemas e serviços para um ensino inclusivo, sendo as políticas públicas um norte para teorias e propostas pedagógicas que considerem a diversidade dos estudantes.

Segundo Saviani(1992), a prática pedagógica tem uma importância política e social a partir da ação de socialização do conhecimento.

Uma prática educativa inclusiva precisa ser refletida, planejada, contextualizada a realidade dos estudantes com deficiência. Neste sentido, Figueroa (2014) coloca a importância da adaptação do ensino a realidade dos estudantes, considerando experiências, necessidades, especificidades para uma educação inclusiva.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão - DCNDI, Brasil (2013), as práticas inclusivas referem-se ao: “processo de inclusão social, que garanta o acesso à educação e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos”. (BRASIL, 2013, p.16).

Compreender a educação enquanto contextualizada a realidade do estudante, as suas capacidades e potencialidades é ter, conforme destaca Paulo Freire(1994, p.11) uma educação de esperança de que os sujeitos são capazes de superar os seus limites e construir aprendizagens.

A prática educativa nas escolas numa perspectiva inclusiva é portanto, uma ação política de sujeitos que tem consciência da realidade histórica que se almeja construir, buscando o rompimento de exclusões, de barreiras que impedem o acesso, a permanência e o atendimento das necessidades dos estudantes com deficiência, superando limites, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento de aprendizagens.

2.5 A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS.

Segundo Oliveira et al(2019, p. 10), a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 divulgou dados que estimam a existência de 500 milhões de pessoas no mundo com deficiências, estando 80% desta quantidade em países com menor desenvolvimento. No Brasil, estes autores colocam a estimativa a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE(2000), de que 14,5% da população possui algum tipo de deficiência (OLIVEIRA et al 2019, p10).

A agência de notícias brasileira, a Agência Brasil(2024), afirmam que uma em cada seis pessoas no mundo tem algum tipo de deficiência, apresentando a estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), que existe 1,3 bilhão de pessoas no mundo com algum tipo de deficiência.

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania- MDHC, Brasil (2023), o Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, conforme pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC. Essa pesquisa foi feita com pessoas com 2 anos ou mais e revelou dados importantes sobre a condição de vida de pessoas com deficiência no Brasil.

Esse apontamento fez parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD, IBGE (2022), onde são colocadas características gerais das pessoas com deficiência no país,

enfatizando o acesso à educação, ao trabalho e à renda.

Os dados foram destacados como possibilidade de maior compreensão dessa população para conhecimento e busca de promoção de direitos, sendo fonte importante como ressaltou a Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Anna Paula Feminella(2023) para que sejam percebidas a diversidade, os desafios , as políticas que precisam ser concretizadas para mudança e promoção de direitos a população com deficiência. “Compreender as nuances do nosso povo, a sua diversidade, vivências e desafios, nos permite tomar decisões políticas embasadas em evidências, e é por isso que podemos afirmar que hoje estamos dando um passo importante em direção a mudança”(BRASIL, 2023, p. 1).

Quanto aos indicadores, essa pesquisa mostrou que dos 18,6 milhões de pessoas com deficiência, mais da metade, 10,7 milhões são mulheres. Citando essa população por regiões, o Nordeste tem o maior percentual, com 5,8 milhões.

Das 18,6 milhões de pessoas com deficiência, mais da metade são mulheres, com 10,7 milhões, o que representa 10% da população feminina com deficiência no País. O Nordeste foi a região com o maior percentual de população com deficiência registrada na pesquisa, com 5,8 milhões, o equivalente a 10,3% do total. Na região Sul, o percentual foi de 8,8%. No Centro-Oeste, 8,6% e, no Norte, 8,4%. A região Sudeste foi a que teve o menor percentual, com 8,2%. (BRASIL, 2023, p. 1).

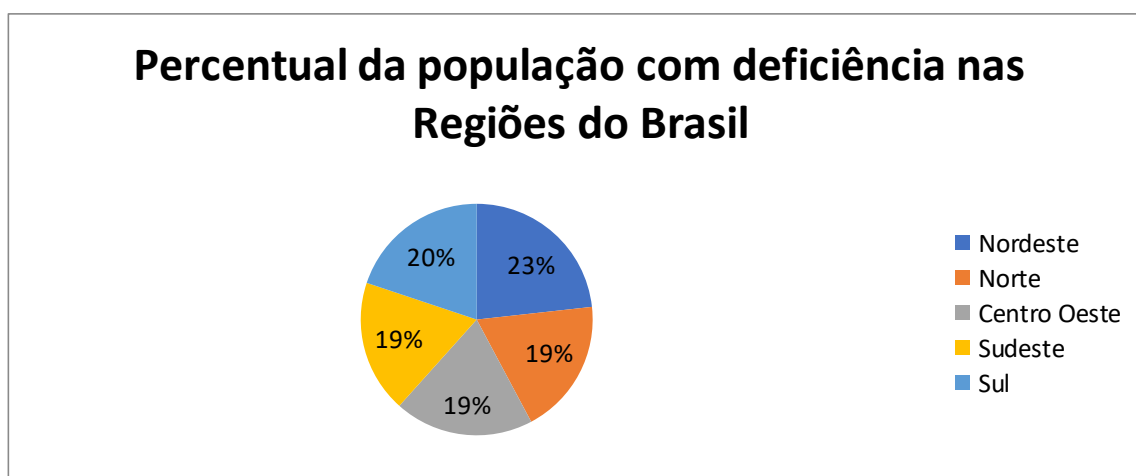
Esses dados podem ser melhor visualizados no quadro e gráfico abaixo:

QUADRO 3- Percentual da população com deficiência por Regiões

NORDESTE	NORTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL
10,3%	8,4%	8,6%	8,2%	8,8%

Fonte: Construído a partir dos dados de Brasil (2023)

GRÁFICO1- Percentual da população com deficiência nas Regiões do Brasil



Fonte: Construído a partir dos dados de Brasil (2023)

A partir desses dados pode se perceber que a Região Nordeste concentra o maior quantitativo de pessoas com deficiência, perfazendo um total de 5,8 milhões de pessoas que precisam ter seus direitos garantidos. Em um país com 18,6 milhões de pessoas com deficiência é urgente que sejam pensadas políticas e ações para garantia do direito à educação. Dessa forma, as organizações educacionais devem ser percebidas enquanto instrumentos para acesso ao direito à educação escolar, inclusão social e construção de aprendizagens.

Os dados da PNAD (2022) apontam as desigualdades, as exclusões, as pessoas com deficiência têm menos acesso à escola, ao trabalho e renda, 63,3% das pessoas com mais de 25 anos não conseguiram concluir o ensino fundamental, etapa essencial da educação básica.

No Quadro 4: Porcentagem de acesso da Pessoa com Deficiência aos níveis de ensino que segue percebe-se claramente a desigualdade no acesso a educação, as pessoas com deficiência têm menos acesso, êxito nos diversos níveis de ensino e por sua vez exclusão do direito a educação, que é garantido por lei.

QUADRO 4 - Porcentagem de acesso da Pessoa com Deficiência aos níveis de ensino.

	ANALFABETISMO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	19,5%	63,3%	11,1%	25,6%	7,0%
PESSOAS SEM DEFICIÊNCIA	4,1%	29,9%	12,8	57,3%	20,9%

Fonte: Construído a partir dos dados de Brasil (2023)

Na atualidade, a partir de dados do Censo Escolar da Educação Básica, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP-MEC (2024) pode se observar o quantitativo de matrículas de estudantes com deficiência por nível de ensino no Quadro 3- Número de matrículas na Educação Especial por etapa de ensino nos anos de 2020 a 2024.

QUADRO 5- Número de matrículas na Educação Especial por etapa de ensino- 2020-2024

NÚMERO DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL POR ETAPA DE ENSINO, SEGUNDO O ANO - 2020-2024

Ano	Etapa de ensino					
	Total	Educ. Inf.	Ens. Fund.	Ens. méd.	Prof. con/sub	EJA
2020	1.308.900	110.738	911.506	148.513	6.206	131.937
2021	1.350.921	114.758	928.359	173.935	6.019	127.850
2022	1.527.794	183.510	1.001.139	204.233	8.830	130.082
2023	1.771.430	284.847	1.114.230	223.258	13.859	135.236
2024	2.076.825	376.383	1.285.775	262.243	18.446	133.978

Fonte: Brasil, Inep (2024)

O quantitativo de matrículas de estudantes com deficiência por nível de ensino vem aumentando ao longo dos anos. Do ano de 2020 até 2024 a quantidade de matrículas praticamente dobrou no país. De 1.308. 900 matrículas de estudantes para 2.076.825. Um aumento de 767. 925 estudantes em cinco anos. No nível específico desse estudo, o Ensino Fundamental, em 2020, o número de matrículas era de 911.506 e aumentou para 1. 285. 775 em 2024, perfazendo um aumento nesse nível de ensino de 374.269 matrículas durante o período de cinco anos.

É urgente e necessário que as organizações educacionais percebam a importância do seu papel político para inclusão social e atuação para rompimento das desigualdades enfrentadas pela pessoa com deficiência, permitindo o acesso, o acolhimento, o refletir sobre currículo, atividades, objetivos, atividades significativas com conteúdos que tenham sentido, considerando as especificidades, a construção de conhecimentos com autonomia e, portanto, a garantia do direito a educação nos mais variados níveis de ensino.

No que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho, conforme se pode constatar no Quadro 6- Acesso ao trabalho e renda pela pessoa com deficiência, de acordo com a pesquisa do IBGE, enquanto 26,6% das pessoas com deficiência conseguem espaço no mercado de trabalho, o restante da população alcança 60,7%. Já com relação ao salário, enquanto a renda média da pessoa com deficiência é R\$ 1.860, 00, as pessoas sem deficiência alcança uma média de R\$ 2.690,00.

QUADRO 6- Acesso ao trabalho e renda pela pessoa com deficiência

		ESPAÇO NO MERCADO DE TRABALHO	RENDA MÉDIA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA	COM	26,6%	R\$ 1.860, 00
PESSOA SEM DEFICIÊNCIA	SEM	60,7%	R\$ 2.690,00

Fonte: Construído a partir dos dados de Brasil (2023)

A quantidade significativa de pessoas com deficiência, a desigualdade social no acesso a educação, ao trabalho, a renda demonstram a importância de discussões, de práticas pedagógicas que acolham estas pessoas nas organizações educacionais, permitindo o acesso, a permanência, a construção de aprendizagens que tenham sentido para a vida, a formação qualificada para o trabalho.

FIGURA3- Pessoa com deficiência trabalhando em Posto de gasolina.

Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias> (2023) Acesso em: 14 jun/2024

A prática educativa inclusiva é compreendida como um processo garantidor da educação, do respeito à diversidade, aos aspectos humanos, históricos, sociais, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão - DCNDI, Brasil (2013): “um processo de inclusão social, que garanta o acesso à educação e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos”. (BRASIL, 2013, p.16).

Segundo Silva (2016, p. 10), a educação é um serviço fundamental, que precisa

acontecer com qualidade para que todos consigam desenvolver suas habilidades e atinjam o seu máximo na sociedade enquanto ser humano capaz e parte da sociedade e deve ser garantida de forma pública e gratuita em todos os níveis de ensino pelos governantes.

Sendo assim, é importante que a escola promova práticas de educação inclusiva com respeito aos educandos com deficiência, a sua história, a sua especificidade e busque o rompimento de modelos de educação excludentes que não abraçaram nem promoveram o sucesso escolar de alunos com deficiência, uma reforma como defende Mittler (2003) para garantia da educação para todos.

Uma educação inclusiva é necessária, com aprendizagens significativas que possa caminhar em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, Brasil (2017), para o desenvolvimento dos educandos, atuação cidadã, ofertando condições para prática sociais, como o exercício do trabalho e ampliação de saberes ao longo da vida: “**Art. 22.** A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, LDB, 2017, p. 17).

As organizações educacionais têm, portanto, uma responsabilidade com a inclusão social para atendimento da diversidade e rompimento de exclusões de pessoas que tiveram o direito a educação negado ao longo da história, pessoas pobres, negros, índios, quilombolas, povos do campo e pessoas com deficiência, foco desse estudo que necessitam de práticas educativas diferenciadas, respeito as suas especificidades para que sejam incluídas de fato nas instituições educativas, tendo o acesso garantido como também o direito a aprendizagem.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesse tópico serão apresentados os caminhos, o percurso metodológico que foi desenvolvido ao longo da dissertação, como caracterização, descrição da metodologia da pesquisa, trazendo a classificação, abordagem, tipo e concepções teóricas utilizadas.

Quanto à classificação, a natureza da pesquisa trata-se de pesquisa aplicada, que de acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 35) tem como foco a construção de conhecimentos que possam contribuir para resolução prática de problemas sociais reais de uma determinada localidade: “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Essa pesquisa teve como objetivo geral: analisar as práticas educativas em escolas do município de Santa Rita-PB para inclusão social e desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência e como objetivos específicos: Saber como a inclusão vem acontecendo em Escolas do Município de Santa Rita; Identificar vivências de professoras, supervisoras e gestoras de Escolas do Ensino Fundamental com a educação inclusiva; Analisar se as práticas educativas consideram as políticas públicas nacionais da educação inclusiva e se estão voltadas para inclusão e construção de aprendizagens de estudantes com deficiência; Levantar boas práticas que tenham tido resultados positivos para inclusão e aprendizagem; Desenvolver uma cartilha interativa com as boas práticas educativas e atividades inclusivas utilizando o software PowerPoint.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Como procedimento metodológico para dissertação, esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando-se das pesquisas bibliográfica, descritiva e pesquisa de campo. A pesquisa qualitativa compreende, segundo Minayo et al(1994) as ações, os valores, os significados, percepções, intenções, motivações existentes nas relações humanas.

A partir de Silveira e Córdova (2009, p.31), a pesquisa qualitativa não se preocupa com dados quantitativos, mas com a compreensão de conhecimentos de certos grupos, de organização, de certo contexto da sociedade de forma a vir aprofundar o fenômeno que está sendo pesquisado: “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”

Esses autores reforçam que a pesquisa qualitativa se preocupa com problemas da realidade, tendo como ênfase a percepção, a compreensão, a explicação das relações sociais, das questões que envolvem a sociedade: “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p.32).

No caso dessa pesquisa, embora se considerou dados quantitativos, como o quantitativo de educandos com deficiência por turma de uma organização educacional, o foco é a ampliação de conhecimentos sobre inclusão desses alunos nas organizações educacionais.

Quanto ao tipo de pesquisa e objetivos, esta pesquisa é exploratória e descritiva. A pesquisa descritiva compreende, de acordo com Gil (2008 p. 28), a descrição de características de grupo, populações, fenômenos e suas relações. “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Gil (2008 p. 28) também destaca que a pesquisa descritiva tem como objetivos descrever o que foi levantado na pesquisa, as opiniões, os valores, as crenças do grupo ou população que está sendo estudado: “São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis”.

Nessa pesquisa foi realizada a descrição de informações levantadas, concepções de gestão organizacional, organização educacional, educação inclusiva, percepções, vivências, ações de professoras, supervisoras e gestoras escolares, práticas que vem acontecendo em organizações educacionais no município de Santa Rita- PB, realizando análises para desenvolvimento de conhecimentos de educação inclusiva voltados para a aprendizagem significativa de educandos com deficiência.

Com relação ao procedimento, foi realizado um estudo bibliográfico sobre concepções de educação inclusiva, práticas pedagógicas, entre outros conceitos que contribuíram para sustentação teórica da pesquisa.

Para Severino (2013), a pesquisa bibliográfica é aquela que é realizada, tendo como norte os diversos registros teóricos já existentes e disponíveis na sociedade que serão contributivos para o embasamento da pesquisa, fortalecendo a construção de conhecimentos do tema em estudo. Alguns desses registros podem ser: documentos impressos, livros, artigos, revistas, teses, que serão fontes para desenvolvimento do tema da pesquisa e para análise.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2013, p. 107).

De acordo com Gil(2002), a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento de estudos já elaborados, como os livros, artigos, entre outros materiais científicos. Alguns autores e legislações que foram utilizados para fundamentação foram: Jordan(2010); Oliveira et al (2019); Santos(2015); Rodrigues et al (2018); Decreto Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011; LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Nº 13. 146 de 6 de Julho de 2015; Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, entre outros autores e documentos pensados enquanto importantes para construção teórica e embasamento da pesquisa.

Para realizar a pesquisa de campo, que tem como foco, na visão de Gil(2002) uma comunidade, uma área geográfica para estudo, onde ocorrem práticas humanas e podem ser realizadas observações, entrevistas, levantamentos de informações e documentos para análise.

Como produto de pesquisa foi construída uma cartilha interativa com atividades que tem sido realizadas com resultados positivos para inclusão e construção de aprendizagens.

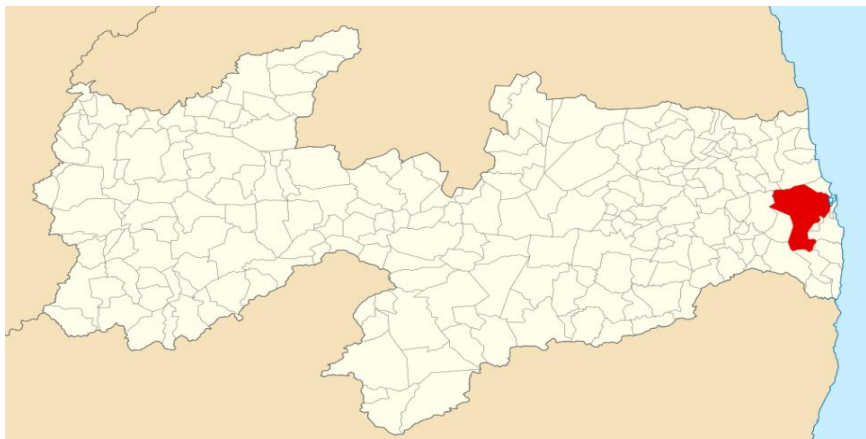
3.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

A pesquisa de campo, segundo Severino (2013) revela onde o objeto, a fonte de estudo acontece no ambiente, fazendo a coleta, o levantamento de dados do fenômeno sem intervenções, a partir da observação, da forma como acontece no contexto, em sua realidade: “Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”. (Severino, 2013, p. 107).

Essa pesquisa investigou práticas educativas em organizações educacionais do município de Santa Rita-PB para inclusão social e desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência, levantando e analisando percepções, significados de práticas de

educação inclusiva junto a professoras, supervisoras e gestoras, considerando teorias e políticas voltadas para educação inclusiva.

FIGURA 4- Localização do município de Santa Rita- Paraíba



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rita Acesso em: 5 mai, 2024.

A pesquisa foi realizada nas escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Aníbal Limeira e Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca no Município de Santa Rita.

Santa Rita é um Município do Brasil que se localiza no Estado da Paraíba e tem uma população aproximada de 159.121 habitantes.

FIGURA 5- Município de Santa Rita- Paraíba



Fonte: <https://espacopb.com.br> (2024)

Assim, a pesquisa de campo foi realizada nas escolas municipais de Santa Rita: Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Aníbal Limeira e Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca, com professores que têm estudantes com deficiências em suas salas de aula. Estes professores que trabalham com estes educandos

foram, portanto, os sujeitos desta pesquisa, juntamente com supervisores e gestores, visto que possuem informações importantes e contributivas sobre a temática estudada. Para construção de dados foram realizados questionários, registro e análises, com reflexões de concepções, práticas educativas e suas relações com as teorias educacionais inclusivas.

3.3 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA

De acordo com Gil (2008), o universo da pesquisa pode ser percebido como os elementos, as características que representam a totalidade de uma determinada população. É o lugar de onde se é selecionado uma amostra importante, significativa do objeto de estudo, do que será investigado, de onde serão levantados os conhecimentos para desenvolvimento da pesquisa.

O universo ou população da pesquisa, conforme Marconi; Lakatos (2010) é o conjunto de seres que engloba pessoas, seres animados ou inanimados que serão pesquisados com características em comum, conjunto de seres delimitados para levantamento de conhecimentos da pesquisa.

[...] universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum [...]. A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc. (Marconi; Lakatos, 2010, p. 206).

Para esses autores, a delimitação do universo da pesquisa é importante porque deixa claro as pessoas, coisas ou fenômenos que serão investigados, apontando características em comum, como o lugar onde vive, organização que faz parte, entre outras. Dessa forma, é necessário que aconteçam reflexões para que seja escolhido, definido um universo com amostra que seja representativa da população estudada.

Segundo Gil (2008), as pesquisas sociais envolvem um universo imenso, muito grande de elementos, o que dificulta a percepção de sua totalidade, por isso necessitam de um trabalho com amostras que possibilitem a compreensão, o estudo de partes dos elementos que compõem o universo da pesquisa.

A amostra é definida por Gil (2008) como um subconjunto que permite estabelecer as características do universo, da população estudada: “Amostra. Subconjunto do universo ou da

população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população” (Gil, 2008, p. 90).

A pesquisa foi realizada nas escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Aníbal Limeira e Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca no Município de Santa Rita para levantamento de vivências na educação básica com educandos com deficiência, concepções de educação inclusiva, de práticas, atividades educativas inclusivas que foram vivenciadas e tiveram resultados positivos com educandos com deficiência para o desenvolvimento de aprendizagens.

Os levantamentos dos conhecimentos da pesquisa foram feitos ao longo da pesquisa de campo visando aprofundar as questões, o objeto de estudo. O universo dessa pesquisa consiste em professores, supervisores e gestores escolares de Ensino Fundamental, do Município de Santa Rita- Paraíba.

Sendo assim, a pesquisa consistiu em amostras de 14 participantes, sendo 2 gestoras, 2 supervisoras e 10 Professoras da Educação Básica I, que atuam com turmas de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, com experiências com educandos com deficiência.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Considerando a abordagem qualitativa, a partir de Minayo (2002) que percebe essa enquanto capaz de identificar significados e alcançar de forma mais profunda os processos e fenômenos da realidade, os valores, os motivos, as crenças e ações : “corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (Minayo, 2002, p.24).

Dessa forma, pensando nos instrumentos para coleta de dados, para compreensão dos processos, das relações, para o desenvolvimento, ampliação dos conhecimentos e análise dos dados da pesquisa, essa pesquisa foi realizada através de questionário com pessoas que têm experiências sobre a problemática pesquisada, com profissionais que atuam na educação do Município de Santa Rita, com docentes, supervisores e gestores que atuam com estudantes com deficiências matriculados no Ensino Fundamental do referido município, fazendo o levantamento de vivências, práticas educativas, necessidades e concepções apontadas por estes sujeitos da pesquisa.

Foi colocada a opção de os sujeitos da pesquisa responderem à um questionário impresso ou através do Google Forms para levantamento de informações, pensando em atender à realidade de cada sujeito da pesquisa.

Para cada público-alvo da pesquisa (educadores, gestores, supervisores) do Ensino Fundamental foi construído um roteiro de questões para o levantamento de informações específicas importantes para a pesquisa, tendo como base as práticas de inclusão social e desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência que vem acontecendo em escolas do município de Santa Rita-PB.

O questionário foi elaborado de forma clara, de fácil compreensão para a participação dos sujeitos da pesquisa, buscando construir dados relevantes, úteis para análise e para a dissertação, como os conhecimentos, as experiências de profissionais da educação citados que atuam com educandos com deficiência em turmas de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental.

Para a interpretação e a análise dos dados, utilizou-se o emprego da abordagem qualitativa, conforme Silveira e Córdova (2009) e análise de conteúdo, segundo Claudinei Campos (2024).

Toda a pesquisa aconteceu com respeito aos procedimentos éticos. Para a construção e a análise de dados, foram realizados levantamentos de informações através de questionário. Para a interpretação e a análise dos dados, utilizou-se o emprego da abordagem qualitativa por meio da estratégia da análise de conteúdo, visando alcançar os objetivos da pesquisa.

A inferência para a análise de conteúdo é muito importante, segundo Claudinei Campos (2024) e envolve três fases para a concretização da análise: Fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes; A seleção das unidades de análise (ou unidades de significados) e o processo de categorização.

Na primeira fase: I) Fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes deve-se proceder as leituras, observando aspectos importantes para análise de dados da pesquisa: “Selecionado o corpus a ser analisado procede-se às leituras flutuantes de todo o material, com o intuito de apreender e organizar de forma não estruturada aspectos importantes para as próximas fases da análise” (CLAUDINEI CAMPOS, 2024, p.3)

Na segunda fase: II) A seleção das unidades de análise (ou unidades de significados), devem ser feitas escolhas, considerando os objetivos da pesquisa, o material teórico estudado:

O tema pode ser compreendido como uma escolha própria do pesquisador, vislumbrada através dos objetivos de sua pesquisa e indícios levantados do seu

contato com o material estudado e teorias embasadoras, classificada antes de tudo por uma sequência de ordem psicológica, tendo comprimento variável e podendo abranger ou aludir a vários outros temas. (CLAUDINEI CAMPOS, 2024, p.3)

E a terceira fase: III) O processo de categorização, que envolve a categorização por enunciados, considerando os objetivos de estudo, proximidades com o tema estudado e que possam ser analisados, observados significados para construção de novos conhecimentos.

“podemos caracterizar as categorias como grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimirem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo e criem novos conhecimentos, proporcionando uma visão diferenciada sobre os temas propostos.” (CLAUDINEI CAMPOS, 2024, p.3)

Dessa forma, conforme Claudinei Campos (2024), foi realizada a análise de conteúdo enquanto técnica de pesquisa para análise de dados, realizando leitura, selecionando as informações para análise, categorizando enunciados em consonância com os objetivos da pesquisa, com proximidades com o tema estudado, buscando sentidos, significados, realizando inferências, a partir das informações levantadas, fazendo relações, associações com o material teórico estudado, construindo, portanto, novos conhecimentos.

Assim, foram realizadas inferências, tendo como base os pressupostos teóricos que envolvem as concepções, compreensões da temática estudada e as situações reais que envolvem o contexto das organizações educacionais. As boas práticas educativas e atividades inclusivas levantadas foram utilizadas para construção de um produto educacional, uma cartilha interativa que será melhor descrita no tópico que segue.

3.5 PRODUTO EDUCACIONAL (PE): DO PLANEJAMENTO A AÇÃO NO ENSINO

Considerando o intuito de atingir os objetivos da pesquisa, foi pensado em um produto educacional que apresentasse práticas educativas inclusivas, pensando em conhecimentos significativos para construção de aprendizagens em educandos com deficiência.

Nesse sentido, o produto educacional escolhido foi uma cartilha com atividades inclusivas que poderá contribuir com a educação do município de Santa Rita-PB, trazendo um recurso que pode funcionar enquanto um instrumento de socialização de práticas exitosas

inclusivas com educandos com deficiência, disseminando práticas para desenvolvimento de conhecimentos significativos.

Considerando o ensino-aprendizagem, o produto educacional dessa pesquisa, cartilha intitulada: “Práticas inclusivas significativas: Um abraço a diversidade” pode ser utilizado como um norte para ações de professores de diversas organizações educacionais que têm educandos com deficiência, tanto no município de Santa Rita-Paraíba quanto em outras cidades, poderá ser trabalhado em cursos de Formações de educadores com discussões para inclusão social. Também pode contribuir com pessoas diversas da área de educação que pensam e buscam o desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência, que desejam atuar por um mundo inclusivo.

3.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Para desenvolvimento de toda a pesquisa, foram adotados procedimentos éticos, com respeito à identidade dos sujeitos. Assim, foram realizados convites junto à gestão, supervisão e professores de escolas municipais para participarem da pesquisa enquanto voluntário.

Nesse momento foram apresentadas informações do projeto tanto oralmente como de forma escrita para que se tivessem conhecimentos dos elementos principais da pesquisa, como o título; objetivos; possíveis riscos existentes na participação da pesquisa, como o de se emocionar diante de reflexões sobre alguma questão, trazendo a importância da colaboração das pessoas pesquisadas para a construção de conhecimentos importantes sobre a inclusão no Município de Santa Rita, como também destacando a possibilidade dos participantes da pesquisa contribuírem com vivências, conhecimentos, práticas, atividades educativas inclusivas. Que os dados levantados poderão ser utilizados para publicação científica, mas com respeito e zelo, sem revelar nenhuma informação que possa vir a identificar dados pessoais, a identidade do participante.

Objetivando o levantamento de informações dos sujeitos da pesquisa com procedimentos éticos também foi informado para o participante que o mesmo tem o direito de participar, de recusar a participar, de não responder alguma pergunta, caso sinta-se desconfortável, podendo inclusive retirar durante qualquer momento da pesquisa o Consentimento Livre Esclarecido sem que tenha nenhum prejuízo quanto à confidencialidade das informações que foram prestadas.

Outros benefícios que foram apontados para os participantes da pesquisa e que poderão ser alcançados com essa pesquisa são: conhecimento de como a inclusão vem acontecendo no município de Santa Rita-Paraíba, colaborando com a ampliação de conhecimentos sobre a temática, disseminação de práticas inclusivas, construção de produto educacional voltado para educação inclusiva.

Assim, os participantes tiveram conhecimentos dos aspectos que envolvem a pesquisa, objetivos, formas como os dados serão levantados, importância para a sociedade, garantia de confidencialidade.

Todas essas informações foram descritas no documento que foi entregue para o participante, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido– TCLE, instrumento que comprova a aceitação de participação da pesquisa, o ciente dos objetivos da pesquisa e de como será realizada o levantamento de conhecimentos junto aos sujeitos, público alvo do estudo e a informação da pesquisa enquanto ato voluntário.

Nesse Termo também contém a solicitação de autorização para uso de imagens, caso fosse necessário, sempre respeitando à identidade dos participantes. Foi esclarecido para o participante que não terá nenhum custo ao aceitar a partir da pesquisa, que qualquer despesa que venha a ocorrer será por conta e responsabilidade da pesquisadora.

Toda a pesquisa está em acordo com a Resolução 510/2016, que trata da questão ética em pesquisa que envolve seres humanos e será submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba.

As informações que foram levantadas foram descritas, analisadas, respeitando os procedimentos éticos. Os participantes terão direito ao acesso ao resultados, em conformidade com a Resolução 510/2016 que poderão ser divulgados de forma impressa, digitalizado. A comunidade acadêmica e a sociedade terão acesso com a publicação da pesquisa na biblioteca, em repositórios institucionais, entre outros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse capítulo, serão apresentados os resultados e discussões da pesquisa, das informações levantadas e análises. A pesquisa foi realizada nas escolas municipais de Santa Rita: Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Aníbal Limeira e Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca.

FIGURA 6- Escola Municipal de Ensino Fundamenta e EJA Aníbal Limeira



Fonte: Google(2025) Acesso em: 15 jun, 2025

A Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Aníbal Limeira tem 21 Professores, 225 alunos matriculados nos anos iniciais (Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I) e 30 estudantes público alvo da educação inclusiva. A escola Aníbal localiza-se em área urbana, funcionando nos turnos manhã, tarde e noite, entretanto, o Ensino Fundamental, foco desse estudo é realizado apenas durante o dia. Possui quadra de esportes coberta, sete salas de aula, cozinha, anfiteatro, que é um espaço para eventos, exposições, festas, culminâncias de projetos e atividades realizadas na escola, espaço escolar com rampas, banheiros adaptados para alunos com deficiência, banheiros para estudantes e funcionários, secretaria, sala da gestão, sala de professores e está sendo aberta nesse ano de 2025 uma Sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Um espaço escolar apropriado é contributivo para acessibilidade e vem sendo buscado enquanto meta pelo Município de Santa Rita- Paraíba, conforme o Plano Municipal de Educação de Santa Rita (2015).

No momento, a sala do AEE da Escola Aníbal Limeira está sendo toda organizada para início dos atendimentos, é uma sala climatizada, que já conta com jogos pedagógicos, recursos didáticos diversos e atenderá o público alvo da educação inclusiva, que são, de acordo com o Decreto 7.611/2011, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação que necessitam de um acolhimento, do acesso diferenciado ao ensino para ampliação de aprendizagens.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca é localizada em área urbana do município de Santa Rita, tem 259 alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental I(Do 1º ao 5º ano) e conta atualmente com 18 professores. A escola Francisco Marques oferece o ensino fundamental de forma presencial e diurna, mas também atua com o Ensino Fundamental nos anos finais e o programa EJA – Educação para Jovens e Adultos.

FIGURA 7- Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Marques da Fonseca.



Fonte: Dados da pesquisa(2025)

Essa escola possui espaços com acessibilidade, com instalações adequadas para passagem de estudantes com dificuldade de locomoção, que utiliza cadeiras de rodas, entre outros, com rampas e sinalização visual. Quanto ao espaço físico da escola possui biblioteca, pátio coberto, quadra de esportes, banheiros para funcionários, estudantes, banheiro acessível, adequado para o uso de estudantes com deficiência, cozinha, sala da diretoria, salas de aula, sala de professores, secretaria, conta com um espaço climatizado com materiais didáticos diversificados, com jogos educativos e instrumentos musicais, a Sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Nessas escolas foram levantadas as percepções de professoras, supervisoras, gestoras de escolas do ensino fundamental com vivências com educandos com deficiência no município de Santa Rita-Paraíba, que foram analisadas nos tópicos que seguem.

4.1 PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS, SUPERVISORAS, GESTORAS DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL COM VIVÊNCIAS COM EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA

A pesquisa foi realizada com respeito aos procedimentos éticos, as professoras, supervisoras e gestoras demonstraram interesse pela temática inclusão, aceitando participar da pesquisa e foram muito contributivas para construção de dados que foram analisados, interpretados em uma abordagem qualitativa, conforme Silveira e Córdova (2009), com análise de conteúdo enquanto técnica de pesquisa para análise de dados, segundo Claudinei Campos (2024).

Os dados foram levantados através de questionário com questões abertas, de livre respostas para conhecimento da opinião dos sujeitos da pesquisa sobre a temática inclusão, que foram registrados, em seguida foram feitas leituras, selecionadas as informações para análise, categorizando enunciados em consonância com os objetivos da pesquisa e realizada a análise, fazendo interpretações, inferências, buscando significados, relacionando com o material teórico estudado, o que permitiu a construção de conhecimentos que serão melhor detalhados nos tópicos que seguem.

4.2 PERCEPÇÕES DE GESTORES QUE ATUAM EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA

As percepções de gestoras de escolas do ensino fundamental com vivências com educandos com deficiência no município de Santa Rita-Paraíba foram levantadas e analisadas. Ao longo do texto, para preservar a identidade das gestoras, elas são identificadas como G1 (Gestora 1) e G2 (Gestora2).

Das gestoras das escolas pesquisadas, uma têm formação em Pedagogia, com Pós graduação em Psicopedagogia e outra em Licenciatura em Educação Física. Com essa informação, confirma-se o que expressa Vieira e Vidal (2014, p. 49) quando afirmam a

existência no país de um quantitativo importante de gestores escolares com formação diversa do que orienta a LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional.

Conforme destaca Vieira e Vidal (2014), na realidade dos sistemas de ensino do país, nem todos os gestores que estão atuando nos espaços escolares possuem a formação adequada para atuar nos sistemas de ensino, concluindo cursos de graduação diversos. A LDB (2023), em sua sétima edição orienta que a formação de profissionais da educação básica para o exercício da gestão na educação deve acontecer em cursos de graduação em Pedagogia ou cursos na área de gestão com nível de pós-graduação.

A formação do profissional gestor escolar é muito importante, sendo necessárias políticas públicas de formações para esses profissionais. Nesse sentido é relevante destacar a parceria inovadora que teve início em 2023, da Universidade Federal da Paraíba com o município de Santa Rita através da Secretaria Municipal de Educação e da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (PPGOA) da UFPB. Com essa parceria torna-se possível a formação de profissionais da educação do município de Santa Rita, sendo uma oportunidade para a participação de processo seletivo para ingresso no PPGOA e de cursar o Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes em uma das seguintes linhas de pesquisa: Linha 1 - Inovação em Gestão Organizacional; Linha 2 – Gestão de Projetos e Tecnologias Emergentes e Linha 3- Aprendizagem nas Organizações.

A oferta de vagas acontece para professores, coordenadores, supervisores, orientadores e gestores vinculados a Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita. Essa parceria demonstra a preocupação do município de Santa Rita com a qualificação dos profissionais que atuam na rede municipal de Santa Rita. Esses profissionais, tem, no entanto, a oportunidade em caso de aprovação de fazer um mestrado gratuito e de qualidade em uma das universidades de ensino público federal brasileira, a UFPB.

Assim sendo, o profissional gestor escolar do município de Santa Rita, que deseja atualizar seus conhecimentos, melhorar sua qualificação profissional tem essa rica oportunidade, mas precisa desafiar-se a estudar e trabalhar concomitantemente, o que não é tarefa fácil. Sendo interessante refletir sobre a possibilidade de dispensa dos profissionais participantes desse convênio nos meses de construção da pesquisa para que sejam cada vez mais desenvolvidas pesquisas de excelência.

Essa parceria da UFPB com o município de Santa Rita-Paraíba possibilita a formação para gestores, critério que qualifica a atuação do gestor, conforme a LDB- Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Básica Nacional (2023), requisito importante trazido no artigo 64 dessa lei, enquanto critério para atuação em organizações educacionais como gestor, a formação em nível de pós graduação.

A formação de gestores escolares em nível de pós graduação pode contribuir significativamente nas organizações educacionais, sendo um diferencial para escolas de qualidade e pode vir a significar práticas de gestão diferenciada, democrática, para alcance dos objetivos educacionais, considerando o respeito aos direitos humanos, como o direito a educação, a aprendizagem para todos, buscando o fortalecimento da escola para participação e inclusão educacional de estudantes com deficiência.

A partir das informações levantadas referentes ao quantitativo de estudantes matriculados nas escolas, foi possível construir os quadros a seguir: QUADRO 7- Informações das escolas pesquisadas e o QUADRO 8- Especificidades de estudantes com deficiência ou público alvo da educação inclusiva existentes na escola.

QUADRO 7- Informações das escolas pesquisadas

Escolas	Quantidade total de alunos matriculados na escola	Quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental	Quantidade de alunos público alvo da educação inclusiva	Quantidade de professores	Possibilidades de acessibilidade/ espaços de inclusão na escola
Escola Municipal Aníbal Limeira	275	225	36	21	Rampas Banheiro acessível, adequado para o uso de estudantes com deficiência Sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE).
Escola Municipal Francisco Marques da Fonseca.	365	259	30	18	Rampas Sinalização visual Banheiro acessível, adequado para o uso de estudantes com deficiência Sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Fonte: Dados da pesquisa-(2025)

A Escola Municipal Aníbal Limeira tem um quantitativo total de 275 alunos matriculados, sendo 225 matrículas no ensino fundamental I, que vai do primeiro ao quinto ano e 36 alunos público alvo da educação inclusiva. A Escola Municipal Francisco Marques da Fonseca tem um quantitativo total de 365 alunos matriculados, sendo 259 matriculados no ensino fundamental I e 30 alunos público alvo da educação inclusiva. Ambas as escolas têm um quantitativo bem significativo de educandos com deficiência e que precisam de um olhar sensível, acolhedor de todos os profissionais da escola para acolhimento, participação escolar e desenvolvimento de aprendizagens.

Os prédios dessas escolas contam com alguns recursos de acessibilidade, como rampas, banheiro acessível, adequado para o uso de estudantes com deficiência e Sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O atendimento educacional especializado é instituído pela Resolução nº 4 (2009) que coloca as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica e aponta o dever das organizações educacionais de realizar a matrícula dos estudantes público alvo da educação inclusiva no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Quanto aos tipos de deficiências existentes na escola, o Quadro 8 elenca as especificidades identificadas nas escolas estudadas.

QUADRO 8- Especificidades de estudantes com deficiência ou público alvo da educação inclusiva existentes na escola

Escolas	Especificidades de estudantes com deficiência ou público alvo da educação inclusiva existentes na escola
Escola Municipal Aníbal Limeira	Deficiência múltipla, Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade- TDAH, Transtorno desafiador de oposição- TOD Transtorno do Espectro Autista- TEA
Escola Municipal Francisco Marques da Fonseca.	Deficiência intelectual- DI, Deficiência física- DF, entre outros, TEA, TOD

--	--

Fonte: Dados da pesquisa-(2025)

Sendo assim, as especificidades de estudantes com deficiência ou público alvo da educação inclusiva existentes nas escolas são: Transtorno do Espectro do Autismo- TEA, Deficiência Múltipla, Deficiência Intelectual- DI, Deficiência Física, Transtorno Opositivo Desafiador- TOD.

Sobre como tem sido atuar na educação básica em escola com estudantes com deficiência, as gestoras relatam que tem sido desafiador e destacam as dificuldades vividas para que a inclusão aconteça em virtude da falta de formação continuada para toda a equipe pedagógica na área específica de inclusão e também relatam a necessidade de um ambiente escolar mais adaptado para atender as diversas realidades dos alunos com deficiência: “Um verdadeiro desafio diário. Bastante desafiador por falta de formação continuada a toda a equipe pedagógica e ambiente escolar adaptado.” G2

Sobre o que é uma educação inclusiva, as gestoras colocaram as percepções de que se refere a uma educação voltada para incluir os educandos para serem assistidos adequadamente de acordo com seus direitos e deveres e que envolve profissionais capacitados, materiais adaptados e uma escola acolhedora com ambientes adaptados.

A fala das gestoras vai ao encontro das ideias de Jordan (2007), que coloca que a adaptação do ensino é uma política educativa necessária, que o ensino precisa ser adaptado para atendimento dos estudantes.

Dessa forma, percebe-se a importância da adaptação curricular, de estratégias metodológicas, de atividades para garantia que todos venham a ter o direito à aprendizagem.

No que diz respeito as ações que vem acontecendo na escola com práticas educativas de inclusão voltadas para os estudantes com deficiência, uma das gestoras relata a implantação da Sala do Atendimento Educacional Especializado- AEE, destacando a necessidade de mais cuidadores para atuação no espaço escolar e a outra coloca que tem sido uma luta contra o preconceito, mas não destaca ações que tenham sido realizadas voltada para amenizar as situações de preconceito vividas na escola com educandos com deficiência. “Estamos no momento em processo de implantação. Acabamos de receber uma sala de A.E.E. Mas ainda precisamos de muito recursos, principalmente humano como a falta de cuidadores.” G1

Em casos de situação de preconceito, violência contra os estudantes com deficiência é importante a atuação de toda a comunidade escolar para sensibilização com planos estruturados, objetivos definidos, estratégias diversas, como palestras, filmes, panfletos, fala de estudante com deficiência de como se sente. Também é importante chamar a família dos alunos envolvidos para diálogos e ações necessárias com intuito de rompimento de discriminações e preconceitos.

As principais necessidades dos alunos para participação e inclusão no ambiente escolar é percebida como a aceitação e a falta de cuidadores. Quanto as atividades inclusivas que foram realizadas pela escola e que tiveram resultados positivos com educandos com deficiência foram relatadas com as que envolveram momentos de atividades adaptadas, atividades extraclasse que tiveram apresentações nos eventos escolares, atividades multissensoriais realizadas pela professora da sala de recurso.

Vitor Paro (2018) afirma que as escolas para atender seus objetivos necessita de gestores responsáveis para atendimentos dos objetivos da educação. Assim, compete as gestoras de organizações educacionais atuarem para uma escola de qualidade para todos.

Para melhorar a inclusão na escola o destaque das gestoras é pelo acolhimento, pela capacitação continuada para todo corpo docente, adaptação das estruturas escolares, necessidade de mais cuidadores, mais recursos que possam ser utilizados para desenvolver atividades na escola e para atender aos alunos com deficiência.

4.3 PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE SUPERVISORES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL

As supervisoras pesquisadas, uma é Doutora em Educação e a outra é Especialista em Supervisão Docência na Educação Infantil. Ao longo do texto, para preservar a identidade das supervisoras, elas são identificadas, como S1 (Supervisora 1) e S2 (Supervisora2).

As respostas ao quantitativo total de alunos na escola, de estudantes com deficiência e tipos de deficiência existentes se assemelham as respostas das gestoras que foram descritas no tópico anterior: Deficiência múltipla, Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade- TDAH, Transtorno desafiador de oposição- TOD, Transtorno do Espectro Autista- TEA.

Atuar na educação básica em escola com estudantes com deficiência tem sido para as supervisoras pesquisadas ao mesmo tempo que desafiador, uma oportunidade enorme de aprendizagem e experiências: “Um desafio, porém, com um campo vasto de aprendizado e experiências exitosas.” S2

Quanto a concepção de educação inclusiva, as supervisoras compreendem enquanto uma modalidade desafiadora de ensino que tem como intuito a busca da garantia da qualidade da educação, com respeito a individualidade, uma educação com acolhimento e com respeito as especificidades de deficiência.

“É uma modalidade desafiadora com modelo de ensino que visa garantir a qualidade nas suas individualidades” S1; “É a Educação que acolhe, que inclui de fato e de direito os alunos com deficiência. Não é só matricular e sim incluí-los respeitando suas deficiências.” S2.

Pensar a educação inclusiva enquanto acolhedora é sustentada por Mantoan que faz uma provocação para as escolas para que pensem a educação com um ensino acolhedor, com qualidade para todos, destacando que não é tarefa fácil, pois necessita de mudanças de pensamento, de práticas para acolhimento das diversidades nos mais variados níveis de ensino.

As práticas educativas para atendimento das diversidades de estudantes são defendidas por Bettio(2021) como necessária para que a inclusão aconteça nas organizações educacionais. A consideração da diversidade também é trazida pela Constituição Federal de 1988 enquanto importante par garantida do direito a educação para todos.

As práticas educativas de inclusão voltadas para os estudantes com deficiência vêm acontecendo na escola, conforme citam as supervisoras com acolhimento as individualidades, as necessidades, partindo do Plano de trabalho individualizado, com os alunos sendo avaliados de forma individual, e a partir dessa avaliação são planejadas atividades adaptadas ao nível de aprendizagem e de maturidade de cada estudante, buscando garantir a inclusão.

O atendimento da diversidade, das necessidades individuais do educando com deficiência pode possibilitar, portanto, que a inclusão aconteça, que sejam respeitadas as individualidades, planejadas atividades que considerem a especificade, os contextos sociais, históricos, familiares para promoção de uma educação significativa, inclusiva, de qualidade para todos.

A educação para todos, deve ser buscada pelas família e por toda a sociedade, segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988. Assim, as organizações educativas devem promover o desenvolvimento dos estudantes através da educação que deve acontecer de forma acolhedora, com participação, construção de aprendizagens com significados. Uma educação de qualidade para todos, uma educação inclusiva.

Segundo as gestoras, as principais necessidades dos alunos para participação e inclusão no ambiente escolar têm sido a aceitação das professoras para adaptação curricular, para atendimento das necessidades dos alunos com deficiência e a necessidade de interação dos alunos com seus pares, colegas e professores.

Para que a inclusão escolar aconteça, a partir de Mantoan (2003) são necessárias mudanças de paradigmas educacionais, para que a educação seja vista enquanto uma mudança na perspectiva de a aprendizagem acontecer para todos os alunos, com ou sem deficiência, para que todos obtenham o sucesso escolar.

As atividades inclusivas que foram realizadas pela escola e que tiveram ao olhar das supervisoras resultados positivos com educandos com deficiência foram aulas de campo, trabalhos em grupo, palestras inclusivas e interativas, culminâncias e atividades coletivas entre outras participações em projetos interdisciplinares.

Para melhorar a inclusão na escola, as supervisoras trazem a necessidade de materiais que sejam adequados, diálogos com professores e alunos sobre a importância de incluir os alunos com deficiência para que eles participem das atividades tanto individuais quanto coletivas. Também ressaltam a importância da sala do AEE para atender os alunos com materiais adequados e de forma especializada.

4.4 CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES QUE ATUAM COM EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA

A pesquisa foi realizada com dez professoras, todas têm formação em nível superior, com curso de pedagogia. As professoras são de turmas de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental, sendo três professoras de primeiro ano, duas de segundo ano, uma de terceiro ano, duas de quarto ano e duas de quinto ano, conforme é possível visualizar no Quadro 9- Quantidade de alunos e Especificidades de estudantes com deficiência

QUADRO 9- Quantidade de alunos e Especificidades de estudantes com deficiência

Turma	Quantidade de alunos total da turma	Quantidade de alunos com deficiência ou público alvo da educação inclusiva	Especificidades de estudantes com deficiência ou público alvo da educação inclusiva existentes na escola
1ºano do Ensino Fundamental I	25	5	TEA TDAH DI
1º ano do Ensino Fundamental I	16	4	TEA TDAH
1º ano do Ensino Fundamental I	17	3	TEA
2º ano do Ensino Fundamental I	20	2	Autismo
2º ano do Ensino Fundamental I	28	4	Deficiência intelectual Autismo
3º ano do Ensino Fundamental I	20	2	TEA
4º ano do Ensino Fundamental I	23	2	Deficiência intelectual Autismo
4º ano do Ensino Fundamental I	32	5	TEA TDAH DI
5º ano do Ensino Fundamental I	44	2	TEA TDAH
5º ano do Ensino Fundamental I	38	6	TEA TDAH DI

			DEFICIÊNCIA FÍSICA
--	--	--	--------------------

Fonte: Dados da Pesquisa- (2025)

É possível observar que as turmas possuem um quantitativo grande de estudantes por turma, principalmente a turma de quinto ano. A quantidade de alunos com deficiência ou público alvo da educação inclusiva também é significativa, atendendo um total de 35 estudantes no Ensino Fundamental nas turmas pesquisadas.

Os educandos das Professoras pesquisadas têm diagnósticos diversos, sendo encontrados estudantes com Transtorno do Espectro Autista- TEA, Deficiência Intelectual- DI, Deficiência Física- DF, Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade- TDAH.

Em todas as turmas foram levantados estudantes com autismo. Sendo assim, considerando os alunos público alvo da educação inclusiva, em primeiro lugar, com o maior número de casos são os alunos com TEA. Em segundo lugar aparecem os alunos com TDAH e Deficiência intelectual. E por último, os alunos com Deficiência Física, sendo apenas um único caso. Não foram levantados nas turmas pesquisadas alunos com Deficiência visual ou Deficiência auditiva.

Com relação a experiência na educação básica com estudantes com deficiência as professoras ressaltam que tem sido muito desafiadora, que as turmas são numerosas, que aprende muito no dia a dia da sala de aula, com as próprias crianças. Acrescentam, que sentem dificuldade de atender na individualidade, que os estudantes com deficiência requerem mais do professor, que precisa de mais atenção, de uma sensibilidade maior para identificar suas necessidades, mas que a afetividade é o primeiro passo para contribuir com o desenvolvimento das crianças com deficiência ou algum transtorno, sendo importante ir buscar conhecimentos para uma melhor relação interpessoal e prática pedagógica. Também salientam que o trabalho educativo aliado com a atuação dos cuidadores é mais próspero, mas que necessitam de mais suporte para o trabalho de inclusão educacional dos alunos com deficiência.

Sobre a percepção do que é Educação Inclusiva, as professoras ressaltam que é uma educação que procura promover um ensino diferenciado, buscando estratégias e atividades que ajudem o aluno com deficiência a se desenvolver, uma forma de ensino onde visa garantir que todos os alunos tenham direito e acesso à educação independente de suas deficiências, que acolhe, permite a socialização e o desenvolvimento integral, uma educação que inclui os alunos com deficiência de forma efetiva dentro da sala de aula. Uma educação que receba

todas as pessoas com atenção, carinho, entendendo que as pessoas são diferentes e que aprendem também com diferentes formas de ensino. Uma educação com respeito e empatia. “Muitas vezes os alunos estão em sala de aula, mas não fazem parte dela, então, não basta só estar, tem que fazer parte.” P1

O direito de todos a uma educação de qualidade é defendido desde a Constituição Federal de 1988, Brasil (2016), em seu Art. 205 que ressalta que a educação precisa acontecer com qualidade para todos, devendo ser buscado esse direito por toda a sociedade. Assim, embora seja de responsabilidade do Estado e da família, a sociedade deve buscar que esse direito seja alcançado, para que ocorra o desenvolvimento pessoal, intelectual, humano, de forma que se tenha condições de participação social, de atuação cidadã.

A educação é um serviço que não pode ser negado, que deve ser garantido pelos governantes em todas as etapas ou níveis de ensino, é fundamental e precisa acontecer para todos, conforme escreve Silva (2016, p. 10), pois através da educação é possível o desenvolvimento de habilidades, de potencialidades, para que o educando alcance o seu melhor na sociedade, se desenvolva enquanto ser humano.

E quando o desenvolvimento humano, social, intelectual acontece para todos os educandos, estamos tratando de uma educação inclusiva. A educação inclusiva é defendida, orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão - DCNDI, Brasil (2013) e envolve práticas de inclusão social na educação, o respeito a diversidade humana, cultural, histórica das pessoas com deficiência que viveram historicamente processos de discriminações e exclusões.

Dessa forma, a sociedade tem o dever de buscar o rompimento de discriminações, exclusões, realizar ações de combate ao preconceito, de sensibilização, oportunizar possibilidades de participação social, rompendo com modelos arcaicos de ensino excludente, que não se sustenta e não deve mais ser encontrado em uso. A educação que faz sentido atualmente em uma perspectiva inclusiva é uma educação acolhedora, diversa, humana, integral, que perceba os educandos, seus contextos, sua realidade social, sua especificidade enquanto ponte para construção de saberes, garantindo não apenas o acesso a escola, mas a interação social com os demais estudantes, professores, funcionários, a participação nas diversas oportunidades, eventos, projetos, atividades, passeios, em tudo que for possível a escola ofertar para seus estudantes.

De acordo com as Professoras, as práticas educativas de inclusão voltadas para estudantes com deficiência vêm acontecendo, procurando trazer aulas mais dinâmicas, lúdicas, o que vem ajudando muito na participação dos alunos com deficiência. Também estão buscando fazer atividades que ajudam no desenvolvimento de acordo com o nível do estudante para contribuir com o processo de aprendizagem e sempre que possível utilizando materiais concretos. A FIGURA 8 - Ludicidade no espaço da sala de aula mostra pintura em sala de aula de personagens de Maurício de Sousa com ações que acontecem no espaço escolar, como estudar, brincar, se alimentar.

FIGURA 8 - Ludicidade no espaço da sala de aula



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

As Professoras destacam enquanto importantes para inclusões práticas que vem utilizando trabalhando a socialização, a oralidade, a leitura, a escrita, a partir de brincadeiras e a atuação de cuidadoras no acompanhamento dos alunos, fazendo atividades colaborativas com todos os alunos da turma.

A FIGURA 9 - Cantinho da leitura mostra pintura em sala de aula de personagens de Maurício de Sousa com práticas de leitura prazerosa, como um cantinho muito aconchegante, com estante de livros diversos de histórias e puffs para leitura deleite que acontece no espaço escolar.

FIGURA 9 - Cantinho da leitura

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Quanto as principais necessidades dos alunos para acompanhamento das aulas, dos conhecimentos, das atividades, as professoras citam a necessidade de cuidadores para os estudantes com deficiência que não tem cuidadores, relatam a necessidade de cuidadores, a importância da sala de recursos com Professora de atendimento especializado para apoiar o desenvolvimento das crianças, ajuda na produção de atividades específicas. Outra questão trazida pelas professoras é a falta de material didático, jogos voltados para atendimento das especificidades dos alunos. Também destacam a importância de uma rede de apoio, envolvendo multiprofissionais, família para que todos pensem e atuem pela inclusão dos alunos.

A abertura da Sala de Atendimento Educacional Especializado nas escolas é um ação muito importante para a inclusão de alunos com deficiência na organização educacional, para a elaboração de materiais, atividades pedagógicas que considerem a individualidade, a especificidade de cada estudante atendido, consonante com a função do AEE, a partir da Resolução nº 4 (2009), em seu Art. 2º, de complementação da formação escolar do estudante com a disponibilização de serviços, recursos e estratégias que eliminem as barreiras para participação social e enriquecimento da aprendizagem.

As escolas pesquisadas tem cuidadoras, mas existem alguns alunos sem acompanhamento por cuidadores, conforme relato das professoras que trazem a dificuldade para saber lidar com vários tipos de deficiência em sala de aula, mas vem reforçando

principalmente práticas constantes de leitura, oralidade e também de escrita, com materiais lúdicos, imagens, materiais concretos, uso de músicas, jogos, cartazes para participação dos alunos.

Algumas atividades educativas inclusivas vêm sendo vivenciadas em turmas de Ensino Fundamental das escolas estudadas e que foram percebidas pelas professoras enquanto positivas para o desenvolvimento de aprendizagem de educandos com deficiência.

As atividades estão sendo feitas tanto com os alunos com deficiência de forma individual como também com toda a turma, sendo buscadas aulas dinâmicas, com a participação de todos os alunos: jogos educativos para compreensão de sistema de numeração (Unidade, dezena, centena), canções e brincadeiras, trabalho com formação de palavras, leitura de frases, textos, utilizado o alfabeto móvel, imagens e palavras para pareamento, quebra-cabeça, atividades sensoriais, cartazes com cores, práticas lúdicas que vem acontecendo também no anfiteatro da escola onde os alunos interagem bem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasil (2013) fundamentam uma educação de qualidade para o desenvolvimento humano e a necessidade do respeito e a valorização das diferenças. A Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência para que sejam garantidos direitos e liberdades fundamentais, como o direito a educação em instituições educacionais inclusivas, com possibilidades de desenvolvimentos de habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais. Essas políticas norteiam, fundamentam como deve acontecer uma prática educativa inclusiva, com atividades voltadas para o aprendizado de todos os alunos na escola regular, com respeito e valorização da diversidade.

A FIGURA 10- Atividade: Compreensão do Sistema de Numeração (Dezena, centena) mostra uma possibilidade concreta do estudante trabalhar quantidades, compreender o Sistema de Numeração Decimal (Unidade, dezena, centena) e dependendo do nível de aprendizagem do estudante trabalhar também com unidade de milhar.

FIGURA 10- Atividade: Compreensão do Sistema de Numeração (Dezena, centena)



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A **FIGURA 11-** Atividade: Conhecimento de formas geométricas mostra uma possibilidade de consolidar as atividades realizadas em sala de aula para conhecimento das formas geométricas de uma forma lúdica.

FIGURA 11- Atividade: Conhecimento de formas geométricas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A **FIGURA 12-** Atividade: Reconhecimento de cores mostra uma atividade para conhecimento de cores, com possibilidade de desenvolvimento da leitura e escrita dos nomes das cores.

FIGURA 12- Atividade: Reconhecimento de cores



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

FIGURA 13-Atividade: Construção de Palavras



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Com a FIGURA 13-Atividade: Construção de Palavras, é possível visualizar uma atividade que permite com o uso de imagens coloridas desenvolver a reflexão sobre a escrita, construir e ler palavras iniciadas com a letra pedida pela Professora da sala regular.

FIGURA 14 - Atividade: Reconhecimento dos dias da semana



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FIGURA 14 - Atividade: Reconhecimento dos dias da semana, mostra cartaz para leitura e compreensão dos dias da semana. E a FIGURA 15 - Atividade: Identificação de rimas apresenta um material com imagens que rimam que permite que os estudantes reflitam sobre os sons dos nomes das imagens e percebam as sílabas que rimam.

FIGURA 15 - Atividade: Identificação de rimas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A FIGURA 16 - Atividade: Conhecendo os numerais apresenta um painel com numerais de um a cem, onde os alunos tem a possibilidade de visualizar os números, ler. Também pode ser pedida a escrita dos numerais até onde o estudante alcançar.

FIGURA 16 - Atividade: Conhecendo os numerais



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Já a FIGURA17 – Apresentação da rotina, mostra um quadro decorado com muita dedicação e carinho, onde se vê escrita a rotina diária da sala de aula regular, o que é muito importante para os estudantes saberem o que será trabalhado no dia, principalmente com alunos com deficiência para ajudá-los a compreender como serão os momentos vividos no espaço escolar.

FIGURA17 – Apresentação da rotina



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

FIGURA 18- Atividade: Projeto Leitura viajante

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FIGURA 18- Atividade: Projeto Leitura viajante, apresenta o cartaz do Projeto: Leitura viajante que vem sendo desenvolvido em turma do Ensino Fundamental I para instigar o acesso a livros de histórias, o prazer pela leitura, como também a formação de leitores. Já a FIGURA 19 - Atividade: Conhecendo novas palavras, apresenta o quadro da palavra do dia, onde dialogando com a turma, todos os dias são escritas palavras novas, o que permite o estudante desenvolver habilidades de leitura e escrita, como também a ampliação do vocabulário.

FIGURA 19 - Atividade: Conhecendo novas palavras

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A FIGURA 20- Atividade: Conhecendo as horas, mostra relógio confeccionado com emborrachado fixado em parede de sala de aula para o trabalho diário sobre as horas das ações realizadas na sala de aula, como horário de chegada, hora de realizar a leitura de leitura, hora de realizar as atividades do dia, hora do lanche, hora da atividade de casa, hora de ir para casa, entre outros momentos que forem considerados como pertinentes em sala de aula, como também horários instigados pela curiosidade dos alunos.

FIGURA 20- Atividade: Conhecendo as horas.



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A FIGURA 21 - Atividade: Expressão oral de palavras, mostra cartaz com letras do alfabeto e imagens cujos nomes iniciam com cada letra do alfabeto. Cartaz com letras do alfabeto e imagens pode ser visualizado em todas as turmas do Ensino Fundamental nas escolas e pode proporcionar momentos ricos de aprendizagem se levar o estudante a observação da expressão oral das palavras e reflexões sobre a leitura e escrita. Também pode ser pedido para que os alunos construam palavras com cada letra do alfabeto.

FIGURA 21 - Atividade: Expressão oral de palavras

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

FIGURA 22 - Varal das Artes

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

As FIGURA 22 - Varal das Artes apresenta um varal para conhecimento dos alunos de obras diversas, permitindo que aconteçam, diálogos, interpretações de obras, como: O Farol de Anita Malfatti, a partir da leitura feita pelos alunos. Também podem ser inseridos no varal, a releitura das obras feita pelos próprios alunos. Já a figura FIGURA23 - Atividade: Leitura de palavras, apresenta um vasto número de palavras para o desenvolvimento da leitura e ampliação do vocabulário dos estudantes. Também pode ser feito o registro escrito feito pelo estudante.

FIGURA 25 - Sacola para encaminhamento dos livros para leitura no espaço familiar.



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

FIGURA 26 – Caixa da Leitura



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A FIGURA 26 – Caixa da Leitura, mostra caixa para realização de leitura deleite, confeccionada com caixa de papelão, tnt e emborrachado. Na FIGURA 27 -Atividade: Conhecendo o calendário do mês é possível observar painel com o calendário do mês, onde os alunos podem desenvolver diversas aprendizagens, como se contextualizar quanto ao mês vivido, quantidade de dias do mês, ano atual, também podem ser destacadas datas importantes, como eventos na escola, culminância de projetos, aniversariantes do mês, entre outras aprendizagens.

FIGURA 27 -Atividade: Conhecendo o calendário do mês



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A **FIGURA – 28** cartazes- Aniversariantes do mês, mostra um banner para destaque dos aniversariantes do mês. O cartaz do aniversariante do mês também pode ser produzido com outros materiais, como emborrachado, tnt, cartolina guache ou até mesmo cartolina comum, com os materiais que a escola tiver disponível. Mas é importante porque os alunos se sentem parte do espaço escolar, lembrados na sala de aula.

Com esse cartaz é possível aprender o nome pessoal, o nome dos colegas, se contextualizar quanto ao mês que está vivendo, entre outras aprendizagens.

FIGURA – 28 cartaz- Aniversariantes do mês



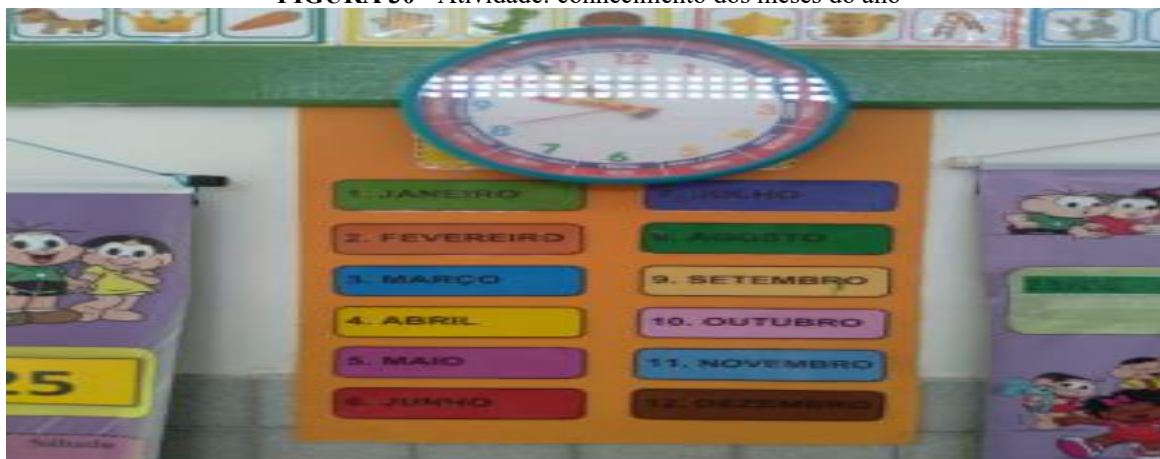
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

FIGURA 29 - Atividade: Confeção de flores com nomes

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A FIGURA 29 - Atividade: Confeção de flores com nomes revela uma atividade que foi realizada a partir do poema: “Meu nome”, trabalhando a leitura do poema, colocando a proposta para os estudantes de escreverem o nome completo em cada pétala para confeccionar as flores com os nomes de cada aluno da turma. Essa atividade permite o desenvolvimento da oralidade, da leitura, da escrita.

Na FIGURA 30 - Atividade: conhecimento dos meses do ano, é possível visualizar banner com os meses do ano, uma atividade que pode ser realizada diversas vezes em sala de aula para que os alunos saibam identificar os meses do ano, o mês que está vivendo, também permite o desenvolvimento da leitura, da expressão oral.

FIGURA 30 - Atividade: conhecimento dos meses do ano

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A FIGURA 31 - apresenta o acervo de livros que estão sendo utilizados em escolas do Ensino Fundamental, no Município de Santa Rita, que possibilitam momentos de leitura deleite importantes para formação do estudante leitor.

FIGURA 31 - Livros que estão sendo utilizados em escolas do Ensino Fundamental no Município de Santa Rita



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

FIGURA 32 - Atividade: Reflexão sobre histórias lidas- Cantinho da leitura



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A FIGURA 32 - Atividade: Reflexão sobre histórias lidas- Cantinho da leitura, apresenta esse cantinho especial como possibilidade também de leituras e reflexões dos textos lidos, permitindo o desenvolvimento da leitura, da expressão oral, da interpretação textual, da interação entre os alunos, entre outras aprendizagens.

Mesmo diante das atividades ricas para aprendizagem que vêm sendo feitas, muito ainda precisa ser realizado para melhorar a inclusão nas instituições educacionais. As professoras trazem a necessidade de menor quantidade de alunos para que consiga dar mais atenção para cada aluno com deficiência, também trazem a necessidade de mais formações específicas na área de inclusão que tragam teorias, mas que sejam momentos de compartilhar práticas, atividades inclusivas.

A fala das professoras sobre a necessidade de redução da quantidade de alunos mostra que a meta do Plano Municipal de Educação de Santa Rita (2015), ainda está sendo buscada.

As professoras reforçam que para melhorar a inclusão nas escolas é necessário que mudanças aconteçam, como a percepção do olhar positivo para todos os alunos, a empatia e o acreditar que todos são capazes de construir aprendizados. Trazem a necessidade de disponibilização de espaços lúdicos, formação continuada para os professores com temáticas voltadas para inclusão, também relatam a importância de mais suporte no que diz respeito a

material pedagógico, capacitação para cuidadores, maior investimento para ofertar cada vez mais aulas lúdicas, interativas, ricas de possibilidades de aprendizagem.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

A cartilha produzida é um Produto Educacional oriundo da dissertação intitulada “A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS: Uma análise de práticas educativas inclusivas em escolas do Município de Santa Rita-PB”, do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes- PPGOA, da Universidade Federal da Paraíba- UFPB que tem como proposta disseminar atividades significativas que tenham tido resultados positivos na prática educativa inclusiva, a partir do olhar de Professoras do Ensino Fundamental, do Município de Santa Rita- PB.

5.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

A Cartilha Interativa Práticas Inclusivas Significativas: Um abraço a diversidade tem como proposta a disseminação de atividades para contribuir enquanto sugestões para construir aprendizagens, para realizar um trabalho inclusivo, buscando a garantia do direito a educação de qualidade em organizações educacionais.

A prática educativa inclusiva precisa acontecer com respeito e valorização da diversidade, desde a acolhida na escola, envolvendo a participação de todos para que o estudante com deficiência interaja, socialize, participe das diversas ações e construa aprendizagens com autonomia.

A educação de qualidade para todos deve ser buscada por toda a sociedade, sem discriminações, preconceitos, rompendo com barreiras impeditivas que possam impedir que a inclusão aconteça.

Com esta cartilha, pretende-se colocar um material alternativo para que Professores tenham acesso a atividades que têm sido vivenciadas com educandos com deficiência no Ensino Fundamental. As Figuras de 33 a Figura 41 mostram ilustrações das páginas da cartilha interativa produzida.

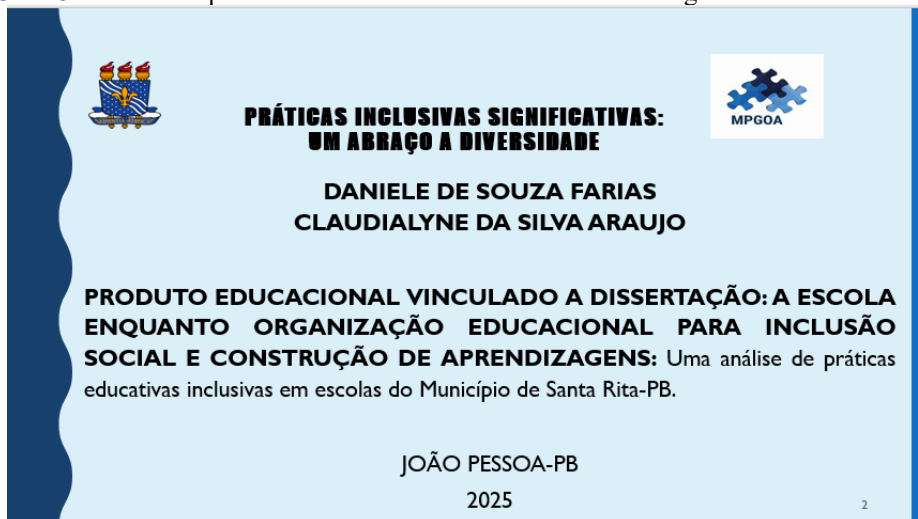
FIGURA 33 – Capa da cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FIGURA 33 – Capa da cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade. A capa, assim como todo a cartilha foi produzida utilizando power point e imagens do site: [www. freepik.com](http://www.freepik.com). A imagem escolhida busca representar a importância de toda a sociedade atuar e buscar uma educação de qualidade e inclusão para todos.

FIGURA 34 – Contracapa da cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A FIGURA 34 – Contracapa da cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade mostra a relação da cartilha construída com a dissertação: “A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS: Uma análise de práticas educativas inclusivas em escolas do Município de Santa Rita-PB”.

5.2 ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL – PE

A cartilha interativa práticas inclusivas significativas: um abraço a diversidade inicia dando as boas-vindas para o leitor conhecer algumas atividades que têm sido feitas com educandos com deficiência para desenvolvimento de habilidades, aprendizagens, pensando uma educação de qualidade para todos.

FIGURA 35 – Boas-vindas da cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade

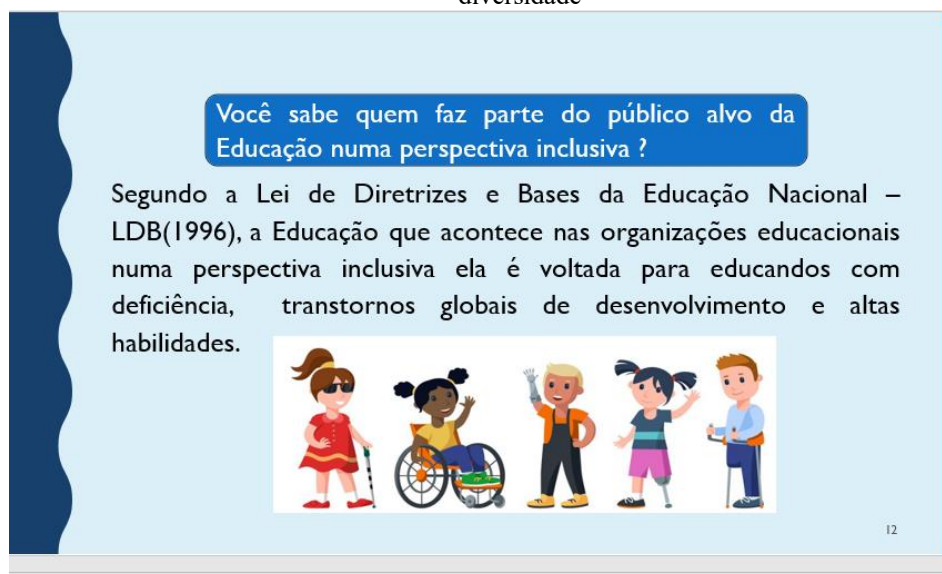


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A FIGURA 35 – Boas-vindas da cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade inicia um diálogo com o(a) leitor(a) desejando boas-vindas, provocando o interesse para conhecer algumas atividades que têm sido feitas com educandos com deficiência para desenvolvimento de habilidades, aprendizagens, pensando uma educação de qualidade para todos.

Ao longo do texto da cartilha vai-se tecendo um diálogo com o(a) leitor(a), colocando alguns questionamentos, como: “quem faz parte do público alvo da Educação numa perspectiva inclusiva”? Esse questionamento leva a reflexões para conhecimento dos alunos que fazem parte de fato do público alvo da educação inclusiva, segundo a documentação legal, conforme pode ser visualizado na FIGURA 36 – Interação com o(a) leitor(a) - cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade.

FIGURA 36 – Interação com o(a) leitor(a) - cartilha interativa: Prática inclusivas significativas: Um abraço a diversidade



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), a Educação que acontece nas organizações educacionais numa perspectiva inclusiva ela é voltada para educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

As organizações educacionais que atuam em uma perspectiva inclusiva precisam pensar no desenvolvimento de todos os educandos, considerando a especificidade, a realidade histórica e social da pessoa com deficiência.

A cartilha apresenta materiais e atividades que estão sendo trabalhadas, adequando-se a educandos com deficiência e também com a turma em sala de aula de Ensino Fundamental, pensando no respeito às diferenças e na atuação educativa inclusiva.

O segundo tópico destacado de forma bem sucinta são as leis garantidoras do direito a educação para a pessoa com deficiência: Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB(1996); Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001; Política Nacional na perspectiva da educação inclusiva (2008) – PNEE; Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasil (2013); Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

FIGURA 37 – Interação com o leitor (a) na cartilha interativa sobre as leis garantidoras do direito a educação para a pessoa com deficiência.

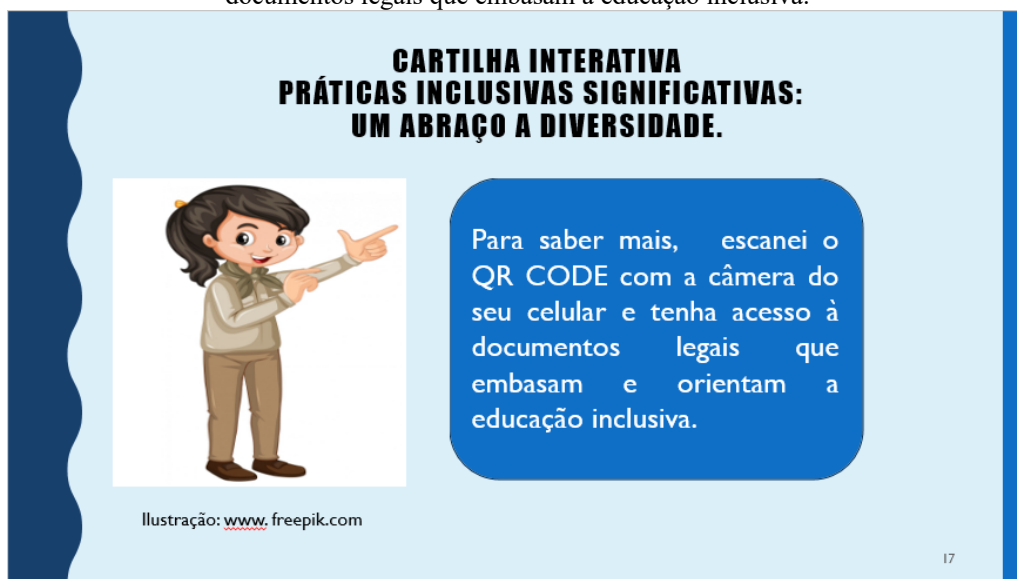


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na FIGURA 37 – Interação com o(a) leitor(a), na cartilha interativa sobre as leis garantidoras do direito a educação para a pessoa com deficiência, é feita uma provocação, um chamamento para conhecimento das leis garantidoras do acesso à educação para a pessoa com deficiência.

Para interação com o(a) leitor(a) e também possibilitar um conhecimento mais aprofundado sobre as leis que tratam da educação inclusiva a cartilha oferece a oportunidade de acesso direto as leis através de QR CODE, onde é possível com a câmera do celular ter acesso à documentos legais que embasam e orientam a educação inclusiva, conforme pode se observar na FIGURA 38 – Interação com o(a) leitor(a) na cartilha interativa com explicações de como acessar os documentos legais que embasam a educação inclusiva.

FIGURA 38 – Interação com o(a) leitor(a) na cartilha interativa com explicações de como acessar os documentos legais que embasam a educação inclusiva.

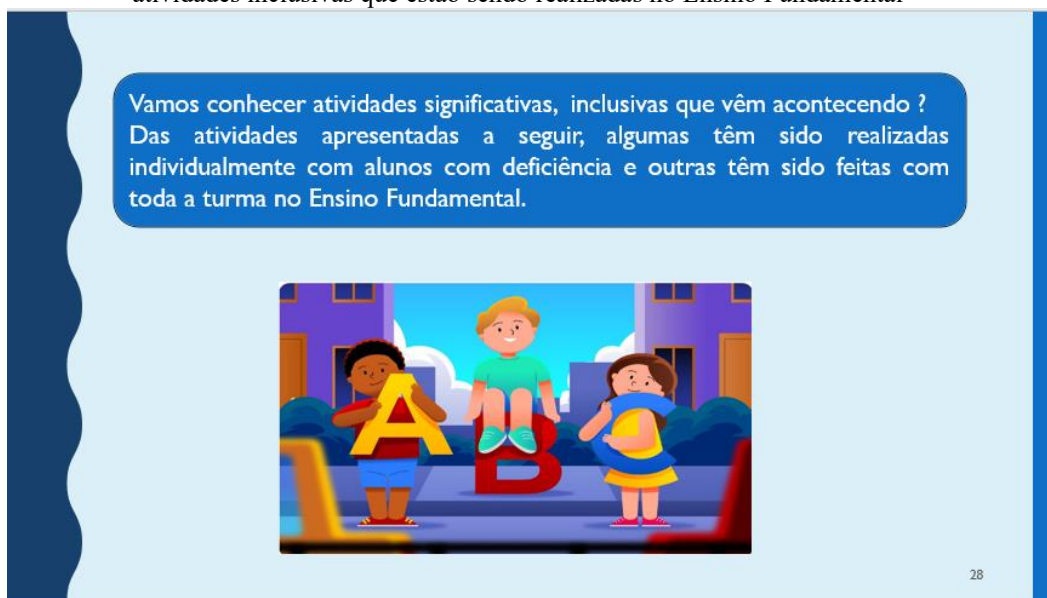


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O terceiro tópico apresenta atividades significativas, inclusivas que vêm sendo desenvolvidas no ensino fundamental-Município de Santa Rita- PB, tais como: leitura, construção de palavras, conhecimento e confecção de formas geométricas, atividades para desenvolvimento da leitura, da imaginação, da interpretação textual, como a leitura de histórias, atividades para escrita do nome pessoal, conhecimento de sistema de numeração decimal, reconhecimento de unidade, dezena, centena, conhecimento de cores, dos dias da semana, dos meses do ano, atividades para identificação de rimas, para conhecimento dos numerais, das horas, atividades para desenvolvimento da expressão oral, pareamento de imagens e palavras, construção de listas diversas, como lista de frutas, animais, criação de histórias, montagem e leitura de texto lacunado, utilizando também jogos didáticos fáceis de ser confeccionados.

O chamamento para conhecer as atividades significativas pode ser visto na FIGURA 39 – Interação com o (a) leitor (a) na cartilha interativa como um chamamento para conhecer as atividades inclusivas que estão sendo realizadas no Ensino Fundamental.

FIGURA 39 – Interação com o (a) leitor (a) na cartilha interativa como um chamamento para conhecer as atividades inclusivas que estão sendo realizadas no Ensino Fundamental



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

FIGURA 40 – Tópico sobre as atividades significativas na Cartilha interativa



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O quarto tópico mostra os livros de histórias que estão sendo trabalhados em turmas de Ensino Fundamental no Município de Santa Rita. Os livros estão disponíveis através da visualização das capas e QR CODE, onde é possível com a câmera do celular ter acesso aos livros em formato PDF para leitura e conhecimento das histórias. A chamada para essa

aventura pode ser visualizada na FIGURA 41 – Tópico sobre os livros que estão sendo trabalhados no Ensino Fundamental.

FIGURA 41 – Tópico sobre os livros que estão sendo trabalhados no Ensino Fundamental



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O quinto tópico traz um material complementar com sugestões de sites com livros de histórias ilustrados e para finalizar as referências que embasaram a cartilha. A indicação de material complementar pode ser vista na FIGURA 41 – Tópico com sugestões de livros de histórias ilustrados.

FIGURA 41 – Tópico com sugestões de livros de histórias ilustrados



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Espera-se que este produto educativo possibilite o acesso de atividades que possam vir a garantir o direito a educação para educandos com deficiência, provocando ideias, sensibilizações, reflexões, que venham a contribuir para práticas educativas inclusivas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições educacionais pesquisadas no município de Santa Rita-PB vem desenvolvendo ações educativas inclusivas, voltadas para os alunos com deficiência e para todos os estudantes das turmas. As salas de aulas são lúdicas, com cantinhos da leitura e as atividades visam alcançar o desenvolvimento de aprendizagens e a inclusão social.

As professoras, gestoras e supervisoras afirmaram que os estudantes com deficiência participam das diversas ações escolares, passeios, projetos, atividades em sala de aula, vários estudantes já são acompanhados por cuidadores, tem acessibilidade nos espaços, com rampas, as portas permitem o acesso de estudantes que usam cadeiras de roda, os banheiros dos estudantes também são adaptados. As escolas possuem Salas de Recursos Multifuncionais, com Profissionais capacitados para o Atendimento Educacional Especializado. Dessa forma, a inclusão nas escolas do município de Santa Rita vem acontecendo aos poucos, com práticas e atividades significativas.

Boas práticas foram relatadas pelos sujeitos da pesquisa, com resultados positivos para inclusão e aprendizagem, em consonância com as políticas públicas nacionais de educação inclusiva. Atividades inclusivas estão sendo vivenciadas em turmas de Ensino Fundamental das escolas pesquisadas, sendo realizadas tanto individualmente como coletivamente para o desenvolvimento de aprendizagem de educandos com deficiência. As aulas estão acontecendo de forma dinâmica, voltadas para a participação de todos os alunos, sendo utilizados jogos educativos, canções, brincadeiras, gêneros textuais diversos, alfabeto móvel, imagens, práticas que envolvem a interação, a ludicidade e a construção de saberes com significado.

Embora se percebam avanços no que diz respeito a inclusão, os sujeitos da pesquisa relatam algumas necessidades que precisam ser alcançadas, como a demanda pela redução da quantidade de alunos por turma, por mais cuidadores, por formações voltadas para inclusão de alunos com deficiência, por mais acessibilidade, demanda por mais jogos e materiais adaptados para o desenvolvimento de atividades diferenciadas.

Conforme o estudo da Política Municipal de Educação de Santa Rita, o município tem metas específicas para melhorias na inclusão educacional, como a redução do número de alunos em turmas que estão matriculados alunos com deficiência, a garantia do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais das escolas das instituições

educacionais públicas de educação básica para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. O Plano municipal também traz como meta a busca para ampliação de programas que venham a promover a acessibilidades nas instituições públicas.

O Plano Municipal de Educação, de 2015, foi pensado para dez anos e vai até esse ano de 2025, tem algumas metas que já estão sendo implementadas, como a oferta do atendimento educacional especializado na escola regular, com profissionais com formação superior na área de inclusão para atendimento de alunos público alvo da educação inclusiva e outras estão sendo buscadas, como a ampliação da acessibilidades nos prédios das instituições educacionais, parcerias com universidades para oferta de cursos específicos na área de inclusão, sendo importante que a oferta de cursos especializados para educação inclusiva seja para todos os Professores, tanto os que realizam atendimento especializado, como os Professores da sala regular.

A partir das vivências relatadas de professoras, supervisoras e gestoras de Escolas do Ensino Fundamental uma educação inclusiva vem sendo buscada nas escolas com ações educativas para que todos os estudantes consigam superar dificuldades, tendo acesso ao espaço escolar com participação e aprendizagem. O que está em concordância com as políticas públicas nacionais da educação, na perspectiva da educação inclusiva como também de alguns teóricos, como Mantoan que trazem a necessidade de as práticas educativas acontecerem para a inclusão, para que todos tenham o direito de aprender sem que haja discriminações.

A partir das atividades inclusivas que vem sendo realizadas nas escolas pesquisadas do município de Santa Rita foi construída uma cartilha interativa utilizando o software PowerPoint para produção. A cartilha é lúdica, construída com ilustrações, com diálogos com o leitor, sendo apresentada a sua proposta de disseminar atividades significativas que tenham tido resultados positivos na prática educativa inclusiva, a partir do olhar de Professoras do Ensino Fundamental.

A cartilha é apresentada para os leitores enquanto um Produto Educacional oriundo da dissertação “A Escola enquanto organização educacional para inclusão social e construção de aprendizagens: Uma análise de práticas educativas inclusivas em escolas do Município de Santa Rita-Pb”, do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes-PPGOA, da Universidade Federal da Paraíba- UFPB.

Espera-se que a cartilha alcance seu propósito e que educadoras do município tenham as atividades que estão sendo realizadas enquanto um norte para desenvolvimento de aprendizagens e inclusão de educandos com deficiência. Almeja-se, portanto, que a construção de conhecimentos desse estudo seja contributiva para a sociedade, para profissionais que pensam e atuam por uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, Cláudia Simone; GODOY, Arilda Schmidt. **A Encruzilhada da Aprendizagem Organizacional: uma Visão Multiparadigmática**. Revista de Administração Contemporânea, 14(2), 2010, pp. 310-332. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rac/a/6cNY9xWxdXPV6bZxWM5WZTK/abstract/?lang=pt> Acesso em: 17 out 2022.

BRASIL. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc> Acesso em: 09 jul, 2024.

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica**. Notas estatísticas. Diretoria de Estatística Educacionais. DEED. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP-Ministério da Educação- MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> Acesso em: 04 jun, 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 01 jul, 2024.

BRASIL. [Estatuto da pessoa com deficiência (2015)]. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) /

Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

Disponível em:

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf

Acesso em: 01 jul, 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011.** Presidência da República.Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

Acesso em 16.jan. 2020 às 15horas e 15 min.

BRASIL. **Decreto Nº 10.502, de 30 de Setembro de 2020.** Presidência da República. Secretaria -Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm Acesso em: 23 jul, 2024.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão** / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

BRASIL. **LDB** : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Acesso em 16.jan. 2020 às 15horas e 14 min.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 7. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf Acesso em 02 jun, 2025.

BRASIL. **Lei Nº 13. 146 de 6 de Julho de 2015.** Presidência da República, Secretaria Geral- Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília - Janeiro de 2008.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 27 mai, 2025.

BETTIO, Claudia Daiane Batista. **Desenho universal para a aprendizagem e ensino inclusivo na educação infantil**/ Claudia Daiane Batista Bettio, Ana Carolina Arruda Miranda, Andréia Schmidt. –1. ed. –Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2021. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/646/575/2169> Acesso em: 01 jul, 2024.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. **Método de análise de conteúdo**: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 nov, 2024.

CLARK C; DYSON, A; Millward, A. **Towards Inclusive Schools?** (Special Education Series) , editors. Published in the United States by Teachers College Press, New York, 1995.

THOMAS, Cornell. **Inclusive Teachin**: Presence in the classroom, Number 140, Winter, Jossey- Bass, San Francisco, Winter 2014. In: FIGUEROA, I. The Value of connectedness in Inclusive Teaching.

DESLANDES, S.F; NETO,O. C; GOMES, R; MINAYO, M.C.S.(Organizadora). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. _ Petrópolis, RJ:Vozes, 1994.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**, 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9696110-Debora-diniz-o-que-e-deficiencia.html> Acesso em: 23 jul, 2024.

DINIZ, M. **Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios** / Margareth Diniz. -Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD**. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Editoria: Estatísticas Sociais, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda> Acesso em: 04 jun. 2024

JORDAN, Anne. **Introduction to Inclusive Education**. Ontario Institute for Studies in Education of the University of Toronto- John Wiley e Sons Canada, Ltd, 2007.

LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva** / Érika Lourenço. --Belo Horizonte : Autêntica Editora ; Ouro Preto, MG : UFOP, 2010.

MANSELL, Robin, TREMBLAY Gaëtan. **Renovando a visão das sociedades do conhecimento para a paz e o desenvolvimento sustentável** [livro eletrônico] / Robin Mansell, Gaëtan Tremblay ; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO ; [tradução Melissa Nicolosi e Gustavo Pugliesi Sachs]. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/renovando-a-visao-das-sociedades-doconhecimento-para-a-paz-e-o-desenvolvimento-sustentavel.pdf> Acesso em 17 out 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003.

MENDES, Francisca Julia De; SILVA Elane Sousa da; RIBEIRO Glênio Rodrigues; ALMEIDA, Wesley Hericles. **III CONEDU - Congresso Nacional de Educação**, 2016. Disponível Em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad103.pdf> Acesso em: 15 fev, 2025.

NOGUEIRA, R. A.; ODELIUS, C. C. **Desafios da Pesquisa em Aprendizagem Organizacional**. Cad.EBAPE.BR, v. 13, nº 1, artigo 5, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/rTtgMxtVFhbS9v34fGCtkzQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 17 out 2022.

OLIVEIRA, Elinalva Alves; SANTOS, Geandra Claudia Silva; MATOS, Izabeli Sales; RIBEIRO, Renata Rosa Russo Pinheiro Costa. **Educação especial**. 1º Edição, Fortaleza, UAB/UECE 2019.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo; SILVA, Edison Aurélio. **Gestão organizacional**: descobrindo uma chave de sucesso para os negócios. – São Paulo: Saraiva, 2006.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1967.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. 2ª edição. São Paulo. Editora: Intermeios. São Paulo, 2018. Acesso em: 05 jun. 2025.

PETERSON, J. M; HITTIE, M. M. **Inclusive teaching: the journey towards effective schools for all learners**. – 2nd ed, 2010.

RODRIGUES, N.R. S; OLIVEIRA, F.P; SOUZA, A.P. V; ARAÚJO, Z. T.S.

Planejamento Escolar e Políticas públicas de Alfabetização e Letramento no Ensino Fundamental no Nordeste Paraense. Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia, 13 N° 1: 1-24, 2018.

RORIZ, Ticiane Melo de Sá; AMORIM, Katia de Souza; FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti-. **Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais:** múltiplas perspectivas e controversas práticas discursivas. Universidade de São Paulo- USP, Set 2005.

SANTA RITA. **LEI Nº 1.666 de 19 de junho de 2015. Plano Municipal de Educação – PME.** Diário oficial eletrônico. Município de Santa Rita – Paraíba, 2015. Disponível em: <https://www.santarita.pb.leg.br/> Acesso em: 16 set, 2024.

SANTOS, Martinha Clarete DUTRA ; SILVA, Rosana Cipriano Jacinto; CUNHA Patrícia . **Redes e articulações intersetoriais**, 2015.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** - 26.ed, - Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1992.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941- . **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. -- 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013. Disponível: https://www.ufrb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf Acesso em: 15 out, 2024.

SILVA, J. A.C. **Qualidade na educação** [recurso eletrônico] / Janaina Almeida da Costa Silva. – São Paulo, SP: Cengage, 2016.

SILVA, Kelly Lourenço Trindade da; SANTOS, Ricardo dos. **Inclusão social na escola e na sociedade.** -Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino –EaD - UAB. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2015. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20551/2/MD_EDUMTE_II_2014_82.pdf Acesso em: 01 set, 2024.

STF. **Suspensão de eficácia de decreto que instituiu a política nacional de educação especial.**

Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1> Acesso em: 23 jul, 2024.

UNICEF- **Fundo das Nações Unidas para a Infância**, 2020. Disponível em:

<http://www.selounicef.org.br/noticias/quase-2-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-correm-o-risco-de-nao-voltar-aulas-em-2020>. Acesso em 05. Fev. 2023, às 09: 07 horas.

UNICEF. The State of the World's Children, 2013: **Children with Disabilities**. United Nations Children's Fund-, May, 2013.

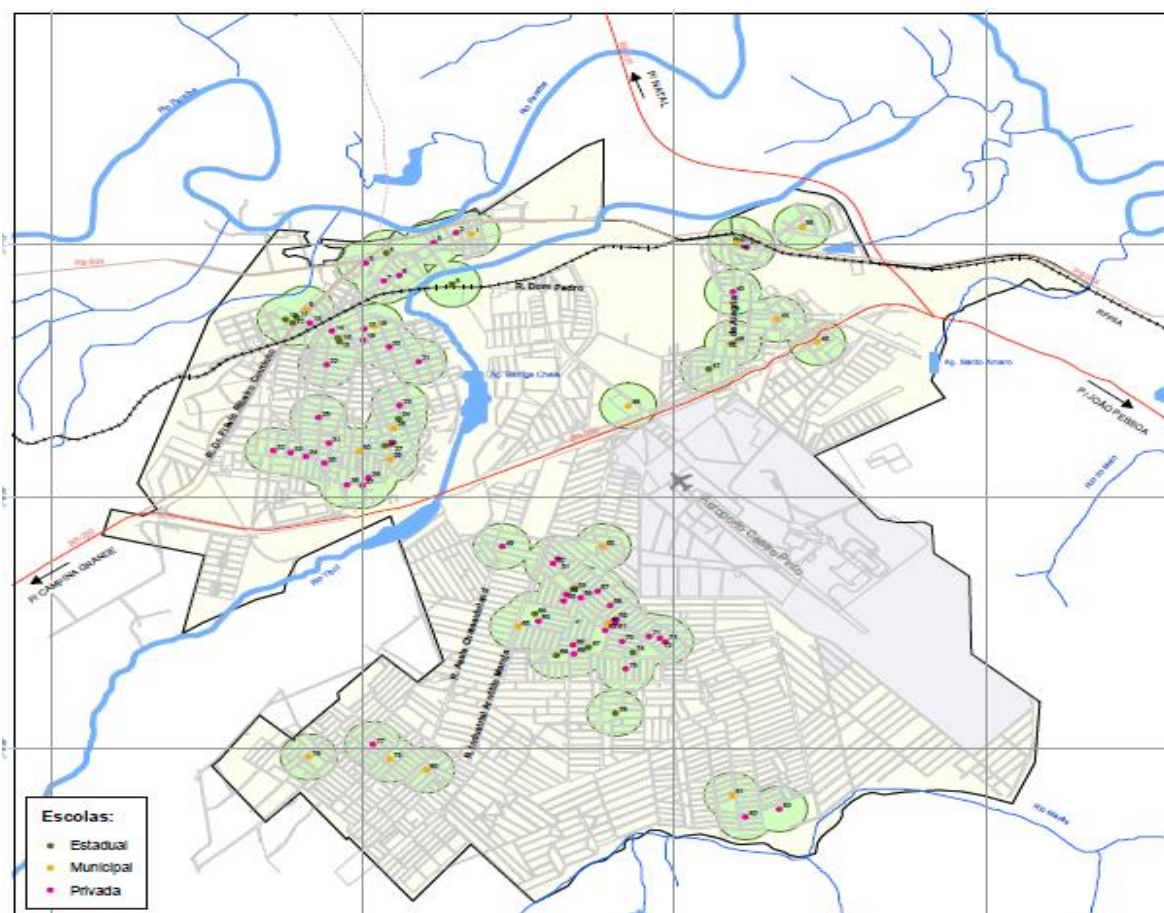
VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloísa Maia. **Perfil e Formação de Gestores Escolares no Brasil**. Dialogia, São Paulo, n. 19, jan. 2014.

Sites pesquisados:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-12/deficiencia-significativa-atinge-uma-em-cada-seis-pessoas-no-mundo>

ANEXOS:

ANEXO A - MAPA DAS ESCOLAS DE SANTA RITA-PARAÍBA



Número	Nome da Escola	Número	Nome da Escola	Número	Nome da Escola	Número	Nome da Escola
1	E.M.E.F. Monsenhor Rafael de Farias	21	Educ. Santa Cecília	42	Inst. Sta Rosa Mística	63	IEPAPS
2	Escola Dom Bosco LTDA	22	Risque e Rabisque	43	Centro Ed. Casinha Feliz	64	E.E.E.F. F. Machado de Assis
3	Centro Ed. Alzira Leal	23	Esc. de Ens. Inf. e Fund. Sta Rita de Cássia	44	E.M.E.F. Carlos Amâncio Dipace	65	E.E.M.F. Odilon R. Coutinho
4	E.E.E.F. Jório Ursulo	24	E.E.E.F.M. Maria Honorina Santiago	45	E.M.E.F. Estevão José C. da Cunha	66	Inst. Ed. Dom Pedro II
5	CEST	25	Escola Novo Amanhecer	46	E.M.E.F. Severino Bezerra Cabral	67	e.e.e.f. Carlos Chagas
6	E. E. Integrada Lápis na Mão	26	E.M.E.F. Dep. José Mariz	47	E.E.E.F.E.M. Fco Leocádio R. Coutinho	68	E.E.E.F. e M. Luiz de Azevedo Soares
7	Central do Saber	27	Inst. Evag. Emanuel	48	E.M.E.F. Tiradentes	69	Exatus Sistema de Ensino
8	E.E.E.F. Normal e M. Anísio Pereira Borges	28	E.E.E.F. André Vidal de Negreiros	49	Educ. Gente Mi-da	70	Inst. Ed. Kelly
9	E.M.E.F. Gov. Flávio Ribeiro	29	E.M.E.F. Jaime Lacet	50	E. M. E. F. Aníbal Limeira	71	Escola União
10	Projeto Logos II e NAES	30	E. M. E. F. A. F. Nunes	51	Centro Ed. Verbitinho	72	Escola Ed. São José
11	E.E.E.I. e F. de Santa Rita (Integrada)	31	Educ. Santa Lúcia	52	Escola de Ed. Infantil	73	Centro Ed. Criança Inteligente
12	E.E.E.F. e M. Enes Carvalho	32	Escola Bom Jesus	53	E.E.E.F. e M. Maria de Lurdes Araújo	74	E.E.E.F. José Mariano
13	Educ. José Américo de Almeida	33	Escolinha Nosso Recanto	54	Educ. Jesus de Nazaré	75	Centro Ed. Nossa Senhora de Fátima
14	Educ. Nossa Senhora do Carmo	34	Inst. Verdes Mares	55	Inst. Educ. Livro Sagrado	76	E.E.E.F.E.M. Luiz Limeira
15	E.E.E.F. Aline Silva Madruga	35	Inst. Santa Rita de Cássia	56	Centro Ed. Social Getsenam	77	Inst. Ed. Recanto do Aprender
16	E.E.E.F. José Vaz	36	Centro Ed. Novo Viver	57	Inst. Rosa de Sazon	78	E.M.E.F. Paulo Freire
17	Escola Elaine Cristina	37	APAE	58	Centro Educ. Paraíso	79	E.M.E.F. Antônio Pereira de Almeida
18	E.M.E.F. Pe. Anchieta	38	Inst. Nossa Senhora de Fátima	59	Centro de Ed. Carrossel	80	E.M.E.F. Paulo Maroja
19	COFRAG	39	E.M.E.F. Fco Marques da Fonseca	60	E.M.E.F. Flávio Maroja Filho	81	E.M.E.F. Manuel Faustino de Mendonça
20	Centro Ed. Pequeno Gênio	40	E.E.E.F. de Várzea Nova	61	CNEC	82	Educandário Jardim do Eden
		41	E.M.E.F. Inst. São Marcos	62	CNEC Jr.	83	Escolinha Fonte do Jardim

19 - ANÁLISE

Escolas Urbanas - Abrangência do Atendimento



Responsável Técnico

Eng. Civil Roberta Nóbrega Torreão de Melo - Msc
CREA: 7466 - D 16ª Região

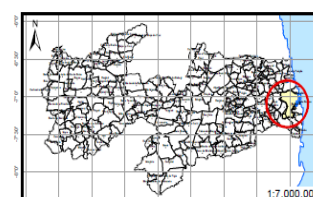
Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SAD 69
Meridiano Central: -36.00

Fontes: IBGE (Modificado), PMSR, AESA, Fotogeo e DER
Criado no ArcGIS 8 usando ArcMap

Setembro 2006 Escala: 1:30.000

1.000 500 0 1.000 Metros

- ~ Linha Ferrea
- ~ Arterial Federal
- ~ Arterial Estadual
- ~ Caminhos
- ~ Drenagem
- Acudes
- Quadras
- Aeroporto
- Mancha Urbana
- Abrangência - 200m



ANEXO B – FOLHA DE ROSTO PARA SUBMISSÃO DE PESQUISA À COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP

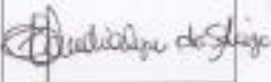



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS: Uma análise de práticas educativas inclusivas em escola do município de Santa Rita-PB.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 20			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 8. Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR			
5. Nome: DANIELE DE SOUZA FARIAS			
6. CPF: 011.293.014-31		7. Endereço (Rua, n.º): PEDRO JUSSELYNO DE AQUINO, Nº 290 JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA Apt 401 JOÃO PESSOA PARÁIBA 58052370	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 83988686594	10. Outro Telefone:	11. Email: fariasdaniele1@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>30</u> / <u>09</u> / <u>2024</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal da Paraíba		13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
15. Telefone: 83332167200		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Adriana Valéria Santos Diniz</u>		CPF: <u>552.493.964-53</u>	
Cargo/Função: <u>Diretora do Centro de Educação</u>		 Adriana Valéria Santos Diniz Diretora do CE UFPB 5702-396 Assinatura	
Data: <u>02</u> / <u>10</u> / <u>2024</u>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO C – RELATÓRIO DE EXAME DE QUALIFICAÇÃO

 <div style="display: inline-block; text-align: center;"> UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA CENTRO DE EDUCAÇÃO / CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES </div> 		
Relatório de Exame de Qualificação n.º 16/2024		
Mestrando (a): DANIELE DE SOUZA FARIAS Matrícula: 20231001341 Linha de Pesquisa: APRENDIZAGEM NAS ORGANIZAÇÕES Título: A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS: UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS EM ESCOLA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA-PB. Data do exame: 29/07/2024 Horário: 15h 30min Local: Laboratório de Práticas integradas dos Programas de Pós-graduação com a Graduação - LPI		
Banca Examinadora		
NOME	IES	ASSINATURA
Prof. Dr. CLAUDIALYNE DA SILVA ARAUJO - Orientador(a)	MPGOA/UFPB	
Prof(a). Dr(a). JULIANNE TEIXEIRA E SILVA- Membro Interno	MPGOA/UFPB	
Prof(a). Dr(a). JIVAGO CORREIA BARBOSA - Membro Externo	IFPB	
<p>A Banca do Exame de Qualificação, após análise de aspectos atinentes ao andamento do Trabalho Final, e procedida a arguição pertinente, considerou o(a) mestrando(a)</p> <p style="text-align: center;"> <input checked="" type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> REPROVADO </p> <p>para o prosseguimento de suas atividades referentes ao Trabalho Final, com as seguintes sugestões (quando houver):</p>		



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO / CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS PROGRAMA I
POS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES



Relatório de Exame de Qualificação n.º16/2024

Mestrando (a): DANIELE DE SOUZA FARIAS

Continuação.

João Pessoa, 29 de Julho de 2024.


Prof.ª Dr.ª CLAUDIALYNE DA SILVA ARAUJO
Orientador(a)

HOMOLOGAÇÃO:

O presente Relatório de Exame de Qualificação foi homologado pelo Colegiado
do PPGOA na _____, realizada no dia ____ de
_____ de _____.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CONVIDAMOS o(a) senhor(a), para participar como voluntário(a) da Pesquisa intitulada “A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS: Uma análise de práticas educativas inclusivas em escola do município de Santa Rita-PB”, sob responsabilidade de Daniele de Souza Farias e orientação da Professora Dr^a Claudialyne da Silva Araujo, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e segue as orientações da Resolução 510/2016, do Ministério da Saúde que trata da ética da pesquisa voltada para as áreas de Ciências Humanas e Sociais.

A inclusão é um movimento que vem acontecendo mundialmente, uma ação política, social, que tem como objetivo a defesa para que todos tenham o direito a educação, conforme coloca a Política Nacional, na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Esta pesquisa será realizada com professoras, supervisoras e gestoras que atuam com estudantes com deficiência matriculados no Ensino Fundamental I do Município de Santa Rita-Paraíba. A sua colaboração consiste em participar, através de questionário dessa pesquisa que tem como objetivo: Analisar as práticas educativas em organização educacional no município de Santa Rita-PB para inclusão social e desenvolvimento de aprendizagens de estudantes com deficiência.

O TCLE será entregue assinado pela responsável pela pesquisa e o participante receberá uma via. Para isso iremos entregar este TCLE presencialmente juntamente com o roteiro de questões que farão parte do questionário de pesquisa, respeitando os procedimentos éticos. A pesquisa também poderá ser realizada através do Google Meet e o TCLE será enviado através do Google Forms, onde poderá clicar no botar “aceitar”, confirmando e aceitando participar deste estudo.

Considerando a possibilidade de ocorrência de riscos mínimos, como: gasto de tempo, ansiedade, qualquer desconforto para responder alguma pergunta, qualquer sentimento ou reação física, emocional que seja despertado pelo tema abordado na pesquisa, os participantes terão acesso às informações de contato da pesquisadora para fornecimento da ajuda necessária para minimizar os riscos, como a condução do (a) participante para um posto de saúde.

Essa ajuda se dará durante o período da coleta de dados, que ocorrerá nos últimos meses do corrente ano, período em que acontecerá a pesquisa. Mesmo tendo esse apoio, poderá deixar de responder alguma pergunta, desistir da participação a qualquer momento da pesquisa sem nenhum prejuízo, assim como poderá entrar em contato com a pesquisadora para tirar dúvidas da pesquisa através dos contatos que lhe serão fornecidos. Não haverá nenhum custo de sua parte, de modo que, se for necessário imprimir, escanear, enviar por uber, correios, qualquer documento, será tudo custeado pela pesquisadora responsável.

Poderão ser feitos registros com fotos do local e das ações executadas, como o momento de resposta do questionário. As imagens, portanto, não registrarão o rosto do participante para proteção e garantia do sigilo de toda informação de identificação do

participante da pesquisa, de acordo com a Resolução 510/2016, ainda assim, necessitamos de seu consentimento para estes registros.

Todos os dados coletados serão utilizados apenas para o alcance dos objetivos desta pesquisa, podendo ser divulgados em eventos científicos, ou publicação de artigos, sendo utilizados apenas em situações acadêmicas. Esclarecemos ainda que sua identidade será mantida em sigilo, sob a responsabilidade da pesquisadora, mantendo garantida a sua privacidade.

Os benefícios desse estudo dizem respeito à construção de conhecimentos significativos para a sociedade, em especial, poderá ser contributivo para todas as pessoas, profissionais que pensam, desejam e atuam por uma educação inclusiva.

Sua participação irá colaborar para uma melhor compreensão referente às reflexões sobre a inclusão em Escolas Municipais de Santa Rita-PB, podendo contribuir com novas pesquisas, como a construção de produtos educacionais inclusivos e com a inclusão de pessoas com deficiência.

Ao final da pesquisa, será organizada uma reunião presencial ou remota para divulgar os resultados deste estudo para os participantes.

Esta pesquisa acontecerá após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa poderá entrar em contato com a pesquisadora.

Seguem os contatos da pesquisa:

Daniele de Souza Farias- (Pesquisadora)

e-mail: fariasdaniele1@gmail.com

Prof. Dr^a. Claudialyne da Silva Araujo - (Orientadora)

e-mail: claudialynearaujo@gmail.com

O(a) Senhor (a) também poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo projeto, pelos seguintes meios: Pesquisadora Responsável: Daniele de Souza Farias, com endereço na Rua Pedro Juscelino de Aquino, nº 290, apt 401, Cep: 58052-370, Bairro: Jardim Cidade Universitária, João Pessoa-PB.

Telefone para contato (Inclusive ligação a cobrar): 83 988886594 email: fariasdaniele1@gmail.com

Santa Rita, 12 de setembro de 2024.

DANIELE DE SOUZA FARIAS
Assinatura do Pesquisador

Aceito o convite acima expresso e autorizo o uso de imagens capturadas relativas à minha participação neste estudo, dando ciência de que fui informado(a) de todos os aspectos a este pertinentes e de que receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado pela pesquisadora responsável.

Santa Rita, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) Participante

APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA RITA-PB

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO - PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nome da Pesquisa: A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS: Uma análise de práticas educativas inclusivas em escola do município de Santa Rita-PB.

Pesquisadora responsável: Daniele de Souza Farias

1) DADOS DA ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Formação:

Turma que leciona:

Quantidade total de alunos na sala:

Quantidade de estudantes com deficiência:

Diagnóstico dos educandos com deficiência:

2) EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA COM EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA

Como você descreve sua experiência na educação básica com estudantes com deficiência?

3) EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para você, o que é uma educação inclusiva?

4) PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS

Como vem acontecendo na sua turma as práticas educativas de inclusão voltadas para os estudantes com deficiência?

Quais têm sido as principais necessidades dos alunos para acompanhamento das aulas, dos conhecimentos, das atividades?

Cite algumas atividades educativas inclusivas que tenham sido vivenciadas e tenham tido resultados positivos com educandos com deficiência para o desenvolvimento de aprendizagens.

O que você pensa que pode ser feito para melhorar a inclusão?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA SUPERVISORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA RITA-PB

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO - SUPERVISORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nome da Pesquisa: **A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS:** Uma análise de práticas educativas inclusivas em escola do município de Santa Rita-PB.

Pesquisadora responsável: Daniele de Souza Farias

1) DADOS DA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Formação:

Escola que leciona:

Quantidade total de alunos na escola:

Quantidade de estudantes com deficiência:

Diagnóstico dos educandos com deficiência:

2) EXPERIÊNCIA NA SUPERVISÃO EM ESCOLA COM EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA

Como tem sido atuar na educação básica em escola com estudantes com deficiência?

3) EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para você, o que é uma educação inclusiva?

4) PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS

Como vem acontecendo na escola as práticas educativas de inclusão voltadas para os estudantes com deficiência?

Quais têm sido as principais necessidades dos alunos para participação e inclusão no ambiente escolar?

Cite atividades inclusivas que foram realizadas pela escola e que tenham tido resultados positivos com educandos com deficiência.

O que você pensa que pode ser feito para melhorar a inclusão na escola?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA GESTORES DO ENSINO FUNDAMENTAL - SANTA RITA-PB

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO - GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nome da Pesquisa: **A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS:** Uma análise de práticas educativas inclusivas em escola do município de Santa Rita-PB.

Pesquisadora responsável: Daniele de Souza Farias

1) DADOS DA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Formação:

Escola que leciona:

Quantidade total de alunos na escola:

Quantidade de estudantes com deficiência:

Diagnóstico dos educandos com deficiência:

2) EXPERIÊNCIA NA GESTÃO EM ESCOLA COM EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA

Como tem sido atuar na educação básica em escola com estudantes com deficiência?

3) EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para você, o que é uma educação inclusiva?

4) PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS

Como vem acontecendo na escola as práticas educativas de inclusão voltadas para os estudantes com deficiência?

Quais têm sido as principais necessidades dos alunos para participação e inclusão no ambiente

escolar?

Cite atividades inclusivas que foram realizadas pela escola e que tenham tido resultados positivos com educandos com deficiência.

O que você pensa que pode ser feito para melhorar a inclusão na escola?

**APÊNDICE E- CARTILHA INTERATIVA: PRÁTICAS INCLUSIVAS
SIGNIFICATIVAS: UM ABRAÇO A DIVERSIDADE**

**DANIELE DE SOUZA FARIAS
CLAUDIALYNE DA SILVA ARAUJO**

**CARTILHA INTERATIVA
PRÁTICAS INCLUSIVAS SIGNIFICATIVAS:
UM ABRAÇO A DIVERSIDADE.**



Ilustração: www.freepik.com



**PRÁTICAS INCLUSIVAS SIGNIFICATIVAS:
UM ABRAÇO A DIVERSIDADE**



**DANIELE DE SOUZA FARIAS
CLAUDIALYNE DA SILVA ARAUJO**

**PRODUTO EDUCACIONAL VINCULADO A DISSERTAÇÃO: A ESCOLA
ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO
SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS:** Uma análise de práticas
educativas inclusivas em escolas do Município de Santa Rita-PB.

JOÃO PESSOA-PB
2025

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL

TEXTO: Daniele de Souza Farias

ORIENTAÇÃO: Prof^ª. Dr^ª. Claudialyne da Silva Araujo

ARTE VISUAL

PROJETO GRÁFICO: Daniele de Souza Farias

PRODUÇÃO DE CÓDIGO QR: Daniele de Souza Farias

IMAGENS: Freepik.com

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO- CIP BIBLIOTECA UFPB _ JOÃO PESSOA

Farias, Daniele de Souza.

Práticas inclusivas significativas:

Um abraço a diversidade/ Daniele de Souza Farias._2025.

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes) _ Universidade Federal da Paraíba- UFPB / Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes _ PPGOA.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudialyne da Silva Araujo.

1.Organização educacional. 2. Inclusão social 3.Práticas educativas.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=I5upaMnwMqE>

“Para viver a inclusão, temos que sair de nós e nos colocar no lugar do outro. Assim aprendemos a conviver no mundo.”

Maria Célia Becattini

CARTILHA INTERATIVA PRÁTICAS INCLUSIVAS SIGNIFICATIVAS: UM ABRAÇO A DIVERSIDADE

**SEJA BEM VINDO A CARTILHA:
PRÁTICAS INCLUSIVAS
SIGNIFICATIVAS:
UM ABRAÇO A DIVERSIDADE!**

Aqui você pode conhecer algumas atividades que tem sido feitas com educandos com deficiência para desenvolvimento de habilidades, aprendizagens, pensando uma educação de qualidade para todos.



Fonte: www.freepik.com (2025)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
I. LEIS GARANTIDORAS DO DIREITO A EDUCAÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	16
I.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	18
I.2 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB(1996).....	19
I.3 DECRETO Nº 3956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001.....	20
I.4 POLÍTICA NACIONAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (2008) – PNEE.....	21
I.5 RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009.	23

1.6 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, BRASIL (2013).....	24
1.7 LEI Nº 13.146 (2015), LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	26
2. ATIVIDADES SIGNIFICATIVAS, INCLUSIVAS QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS NO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA- PB.....	29
3. LIVROS QUE ESTÃO SENDO TRABALHADOS EM TURMAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA.....	60
4. MATERIAL COMPLEMENTAR: SUGESTÕES DE SITES COM LIVROS DE HISTÓRIAS ILUSTRADOS.....	67
REFERÊNCIAS.....	69

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha , intitulada “Práticas Inclusivas Significativas: Um abraço a diversidade”, é um Produto Educacional oriundo da dissertação intitulada **“A ESCOLA ENQUANTO ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGENS:** Uma análise de práticas educativas inclusivas em escolas do Município de Santa Rita-PB”, do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes- PPGOA, da Universidade Federal da Paraíba- UFPB.

A cartilha tem como proposta disseminar atividades significativas que tenham tido resultados positivos na prática educativa inclusiva, a partir do olhar de Professoras do Ensino Fundamental, do Município de Santa Rita- PB.

Embora não existam receitas prontas para o trabalho com educandos com deficiência ou público alvo da Educação Inclusiva, trazer possibilidades de atividades pode contribuir enquanto sugestões para construir aprendizagens, para realizar um trabalho inclusivo, garantindo, portanto, o direito a educação de qualidade em organizações educacionais.

A prática educativa inclusiva precisa acontecer com respeito e valorização da diversidade, desde a acolhida na escola, envolvendo a participação de todos para que o estudante com deficiência interaja, socialize, participe das diversas ações e construa aprendizagens com autonomia.

A educação de qualidade para todos deve ser buscada por toda a sociedade, sem discriminações, preconceitos, rompendo com barreiras impeditivas que possam impedir que a inclusão aconteça.

Com esta cartilha, pretende-se colocar um material alternativo para que Professores tenham acesso a atividades que têm sido vivenciadas com educandos com deficiência no Ensino Fundamental.

Você sabe quem faz parte do público alvo da Educação numa perspectiva inclusiva ?

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB(1996), a Educação que acontece nas organizações educacionais numa perspectiva inclusiva ela é voltada para educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.



Fonte: www.freepik.com (2025)

As organizações educacionais que atuam em uma perspectiva inclusiva precisam pensar no desenvolvimento de todos os educandos, considerando a especificidade, a realidade histórica e social da pessoa com deficiência.



Fonte: www.freepik.com (2025)

Assim, esta cartilha apresenta materiais e atividades que estão sendo trabalhadas, adequando-se a educandos com deficiência e também com a turma em sala de aula de Ensino Fundamental, pensando no respeito às diferenças e na atuação educativa inclusiva.

Espera-se que este produto educativo possibilite o acesso de atividades que possam vir a garantir o direito a educação para educandos com deficiência, provocando ideias, sensibilizações, reflexões, que venham a contribuir para práticas educativas inclusivas.

João Pessoa, Paraíba, 2025

As autoras

Você conhece as leis garantidoras do direito a educação para a pessoa com deficiência ?



Fonte: www.freepik.com (2025)

1. LEIS GARANTIDORAS DO DIREITO A EDUCAÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Constituição Federal de 1988

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB(1996)

Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001

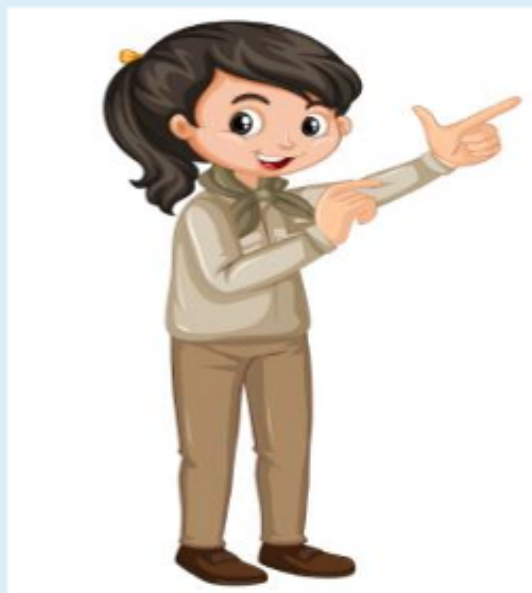
Política Nacional na perspectiva da educação inclusiva (2008) – PNEE

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasil (2013)

Lei nº 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

CARTILHA INTERATIVA PRÁTICAS INCLUSIVAS SIGNIFICATIVAS: UM ABRAÇO A DIVERSIDADE.



Fonte: www.freepik.com (2025)

Para saber mais, escaneie o QR CODE com a câmera do seu celular e tenha acesso à documentos legais que embasam e orientam a educação inclusiva.

1.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988



Busca a garantia de uma educação de qualidade e aprendizagem para todos para que toda a pessoa humana tenha a oportunidade de estudar, se desenvolver e atuar na sociedade. Defende o atendimento educacional especializado para o educando com deficiência.

Constituição Federal de 1988



Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (2025)

1.2 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB(1996)



Reconhece a importância de uma educação diferenciada voltada para educandos com deficiência nas instituições educacionais de ensino. Dessa forma, o estudante público alvo da educação inclusiva tem direito ao ensino regular e também ao atendimento educacional especializado.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
– LDB



Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm (2025)

1.3 DECRETO Nº 3956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001



Busca a eliminação de barreiras discriminatórias contra a pessoa com deficiência, que deve ter seus direitos respeitados, sem que haja nenhum tipo de discriminação, de exclusão que impeça o acesso, a permanência e êxito escolar.

Decreto nº 3956, de 8 de outubro de 2001



Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm (2025)

1.4 POLÍTICA NACIONAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



A Política Nacional de Educação na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), visa assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação nos sistemas de ensino, buscando a garantia do acesso ao ensino regular com participação e aprendizagem.

POLÍTICA NACIONAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva, de acordo com a Política Nacional de Educação é uma ação política que tem como fundamento os direitos humanos, que envolve a compressão de todas as pessoas terem o direito de aprender em instituições educacionais, rompendo com exclusões históricas.

Política Nacional na perspectiva da Educação Inclusiva



Fonte:
<https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> (2025)

1.5 RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009



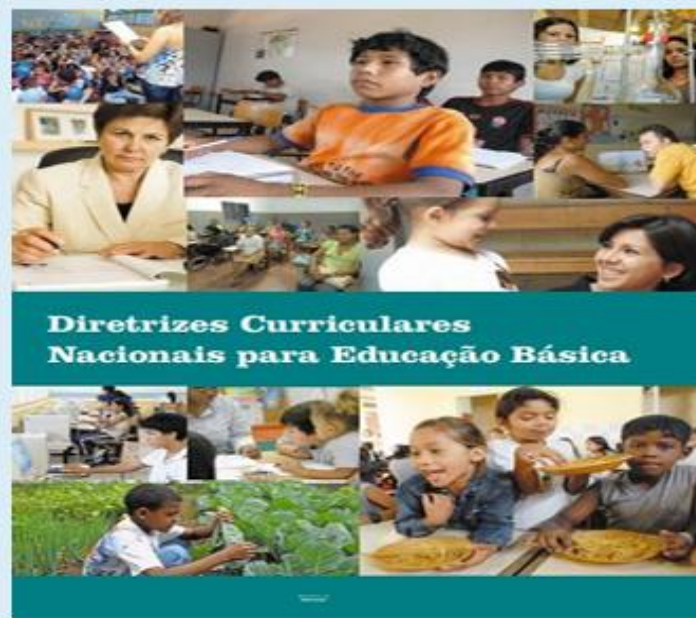
A Resolução nº 4 de outubro de 2009 institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado para que alunos do público alvo da Educação Inclusiva tenham acesso ao atendimento diferenciado com adaptações no currículo, nas atividades para o desenvolvimento de aprendizagens na Educação Básica.

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009



Fonte:
https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf (2025)

1.6 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, BRASIL (2013)



Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasil (2013)



Fonte: <https://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> (2025)

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, BRASIL (2013)



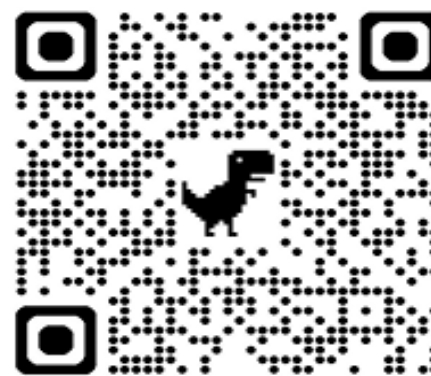
Fundamenta uma educação de qualidade para o desenvolvimento humano e a necessidade do respeito e a valorização das diferenças na formação escolar. Destaca a importância de práticas educativas inclusivas que garantam o acesso, a permanência e a inclusão social.

1.7 LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO



A Lei nº 13.146 (2015) institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência para que sejam garantidos direitos e liberdades fundamentais, como o direito a educação em instituições educacionais inclusivas, com possibilidades de desenvolvimentos de habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais.

Lei Brasileira de Inclusão



Fonte:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm (2025)

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO-LBI



Pessoa com deficiência, conforme a LBI é aquela que tem impedimento de longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que impedem a participação efetiva na sociedade.



Necessitam de um olhar diferenciado, da valorização de interesses e consideração das necessidades de aprendizagem

Vamos conhecer atividades significativas, inclusivas que vêm acontecendo ?
Das atividades apresentadas a seguir, algumas têm sido realizadas individualmente com alunos com deficiência e outras têm sido feitas com toda a turma no Ensino Fundamental.



Fonte: www.freepik.com (2025)

2. ATIVIDADES SIGNIFICATIVAS, INCLUSIVAS QUE VÊM SENDO DESENVOLVIDAS NO ENSINO FUNDAMENTAL-MUNICÍPIO DE SANTA RITA- PB



Fonte: www.freepik.com (2025)

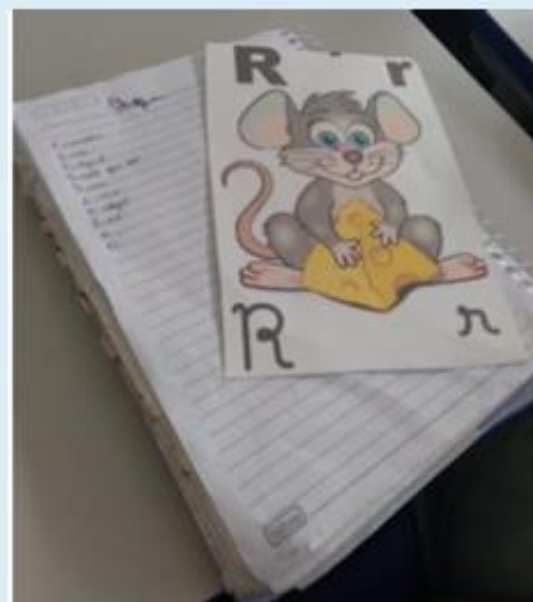
ATIVIDADE: CONSTRUÇÃO DE PALAVRAS

Objetivos: Desenvolver a leitura, a escrita.

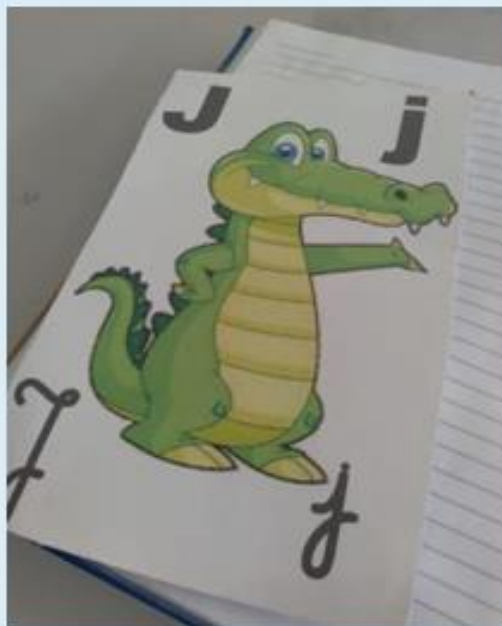
Materiais: Caderno ou folha de ofício, material com imagens e letras.

Atividade:

Construção de lista de palavras a partir de letras e imagens.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: CONFEÇÃO DE FORMAS GEOMÉTRICAS

Objetivos: Conhecer formas geométricas; Desenvolver a escrita.

Materiais: Formas geométricas coloridas impressas.

Atividade:

Recorte, colagem e montagem de formas geométricas, escrita dos nomes das formas montadas.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: LEITURA DELEITE DE LIVROS DE HISTÓRIAS

Objetivos: Desenvolver a leitura, a imaginação, a interpretação oral.

Materiais: Caixa de leitura, livros de histórias ilustrados.

Atividade:

Conversa, apresentação de caixa da leitura e de livros. Escolha de livro pelo estudante para a leitura deleite, diálogos sobre a história lida.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

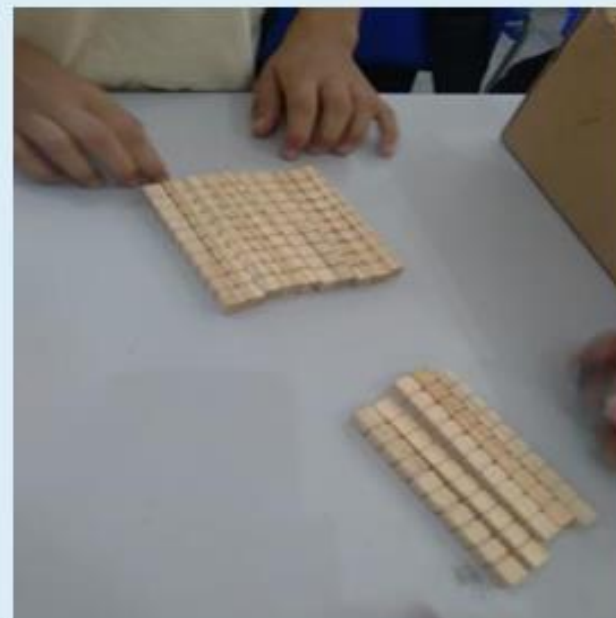
ATIVIDADE: RECONHECIMENTO DE UNIDADE, DEZENA E CENTENA

Objetivos: Compreender unidade, dezena, centena.

Materiais: Material dourado.

Atividade:

Contar, identificar unidade, dezena, centena, registro escrito.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: RECONHECIMENTO DE CORES

Objetivos: Identificar cores; Desenvolver a leitura, a expressão oral.

Materiais: Material impresso com nomes e círculo de cores, caderno ou folha de ofício.

Atividade: Ler, observar círculo com nomes de cores, expressando oralmente as cores conhecidas, desenho e pintura de acordo com a cor pedida.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: RECONHECIMENTO DOS DIAS DA SEMANA

Objetivos: Desenvolver a leitura, a compreensão dos dias da semana, contar e registrar os dias e quantidades.

Materiais: Fichas impressas coloridas com nomes dos dias da semana.

Atividade:

Leitura dos dias da semana em fichas, contagem da quantidade de dias, registro escrito.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: REFLEXÃO SOBRE HISTÓRIAS LIDAS

Objetivos: Desenvolver a leitura, a imaginação, a reflexão, a criatividade.

Materiais: livros de histórias com imagens coloridas. Cantinho aconchegante para a leitura.

Atividade: Leitura em um cantinho especial, acolhedor, conversa e reflexão sobre a história lida.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

CANTINHO DA LEITURA



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: IDENTIFICANDO RIMAS

Objetivos: Identificar rimas;
desenvolver a leitura, a escrita;
Expressar conhecimentos oralmente.

Materiais: Caderno ou folha de ofício,
material impresso com pareamento
de imagens que rimam.

Atividade:

Leitura e identificação de rimas entre
nomes de ilustrações, registro
escrito dos nomes das figuras,
fazendo círculo das sílabas que
rimam.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: CONHECENDO OS NUMERAIS

Objetivos: Desenvolver a leitura, a escrita de numerais.

Materiais: Painel com numerais, folha impressa, caderno, lápis.

Atividade: Leitura de numerais em cartaz, registro escrito dos números até onde alcançar.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: LEITURA VIAJANTE

Objetivos: Desenvolver a leitura, a imaginação, o prazer por ler livros de histórias.

Materiais: Painel da leitura, estante com livros de histórias infantis.

Atividade: Escolher um livro de história que mais tenha gostado, levar o livro para casa, realizar a leitura com autonomia ou com ajuda de um adulto. Expressar para a turma conhecimentos da história lida.
(Projeto Leitura viajante)



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

CAIXA PARA LEITURA DELEITE



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

SACOLA PARA ENCAMINHAMENTO DOS LIVROS PARA LEITURA NO ESPAÇO FAMILIAR



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: LEITURA DE PALAVRAS

Objetivos: Desenvolver a leitura; observar a escrita das palavras; identificar letra inicial, final, quantidade de sílabas das palavras.

Materiais: Material impresso com palavras com cada letra do alfabeto.

Atividade:

Leitura de palavras iniciadas com cada letra do alfabeto, observando letra inicial, letra final, quantidade de sílabas.



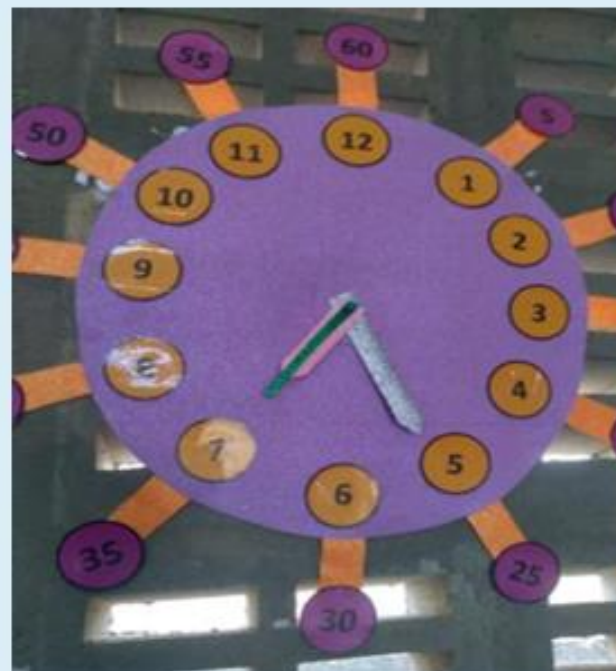
Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: CONHECENDO AS HORAS

Objetivos: Desenvolver a compreensão das horas.

Materiais: Relógio confeccionado com emborrachado.

Atividade: Expressar conhecimentos sobre os horários de acordo com a rotina do estudante. Horário que chega na escola, que realiza as atividades, que lancha, que brinca, que observa a atividade para casa e horário que sai da escola. Preenchimento de tabela com a rotina do estudante.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: CONHECENDO NOVAS PALAVRAS

Objetivos: Desenvolver a leitura, refletir sobre uma palavras importante para o dia, observar a escrita das palavras, identificar letra inicial, final, quantidade de letras e sílabas.

Materiais:

Quadro pequeno , letras do alfabeto.

Atividade:

Conversa sobre a palavra importante do dia, realizando a leitura, observando a escrita, a letra inicial, a quantidade de letras, de sílabas, a letra final .



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: CONHECIMENTO DOS MESES DO ANO

Objetivos: Desenvolver a leitura, a compreensão de meses do ano.

Materiais: Cartaz com meses do ano.

Atividade:

Conversa, leitura dos meses do ano, observando a sequência dos meses, a quantidade de meses existentes no ano., o mês atual, a forma como se escreve em numeral.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: EXPRESSÃO ORAL DE PALAVRAS

Objetivos: Desenvolver a leitura. Conhecer as letras do alfabeto e palavras iniciadas com cada letra.

Materiais

Cartaz com as letras do alfabeto e imagens.

Atividade: Leitura das letras do alfabeto, observação de imagens, expressando oralmente palavras com cada letra do alfabeto.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: CONHECENDO O CALENDÁRIO DO MÊS

Objetivos: Conhecer o calendário do mês, Saber a quantidade de dias, de semanas, o nome do mês; Ler os nomes dos dias da semana. Identificar dia, mês e ano atual.

Materiais: Cartaz com calendário.

Atividade:

Observar o calendário do mês, lendo e Identificando dia, mês e ano atual.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

FLOR CONSTRUÍDA COM OS NOMES DOS ALUNOS



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: CONHECENDO FORMAS GEOMÉTRICAS E CORES

Objetivos: Identificar formas geométricas e cores.

Materiais: Centopeia e formas geométricas coloridas impressas.

Atividade:

Unir as formas geométricas as partes da centopeia, considerando formas e cores.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: CONHECENDO FORMAS GEOMÉTRICAS E CORES

Objetivos: Identificar formas geométricas e cores.

Materiais: Centopeia e formas geométricas coloridas impressas.

Atividade:

Unir as formas geométricas as partes da centopeia, considerando formas e cores.



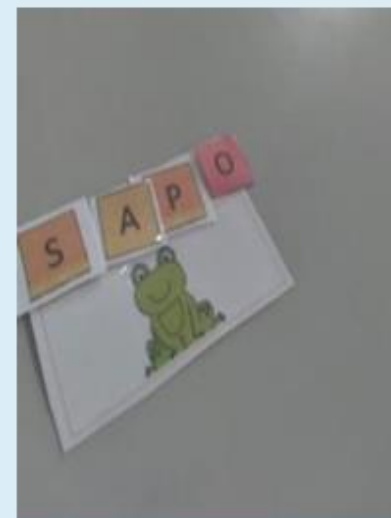
Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: CONSTRUÇÃO DE PALAVRAS

Objetivos: Desenvolver a leitura.

Materiais: Imagens e letras coloridas impressas.

Atividade: Observação da imagem, completando com letras móveis o nome da figura.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: JOGO DE CONSTRUÇÃO DE PALAVRAS

Objetivos: Desenvolver a leitura.

Materiais: Sílabas de palavras impressas coloridas.

Atividade: União de sílabas para construção de palavras, leitura das palavras formadas.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: PAREAMENTO DE IMAGENS E CRIAÇÃO DE HISTÓRIA

Objetivos: Parear imagens e criar histórias.

Materiais: Jogo de pareamento

Atividade: Parear as imagens, expressando oralmente o que acontece em cada quadro montado.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: PAREAMENTO DE IMAGENS E PALAVRAS

Objetivos: Desenvolver a leitura, parear imagens e nomes de figuras.

Materiais: Imagens coloridas com os nomes das figuras impressos.

Atividade: Parear imagens e nomes das figuras, fazendo a leitura.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADES: LISTA DE FRUTAS

Objetivos: Desenvolver a leitura, a escrita de gênero textual: lista de frutas.

Materiais: Imagens coloridas de frutas e seus respectivos nomes.

Atividade: Observação de imagens, leitura dos nomes de frutas, construção escrita de lista de frutas, desenho, pintura.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

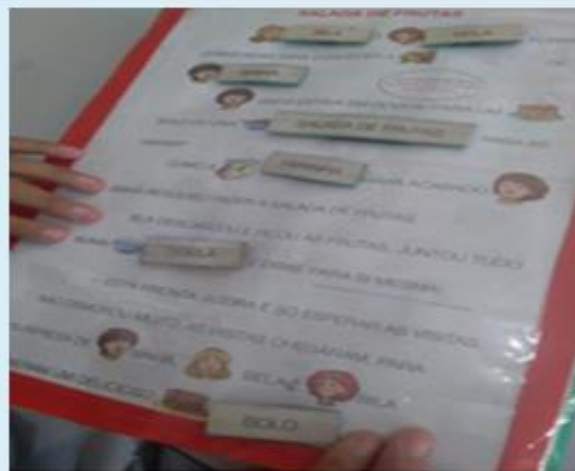
ATIVIDADE: LEITURA DE TEXTO: SALADA DE FRUTAS

Objetivos: Desenvolver a leitura.

Materiais: Texto impresso lacunado com as frases recortadas necessárias para completar o texto.

Atividade:

Leitura de texto: Salada de frutas, completando o texto com as frases que estão faltando. Releitura com o texto montado.



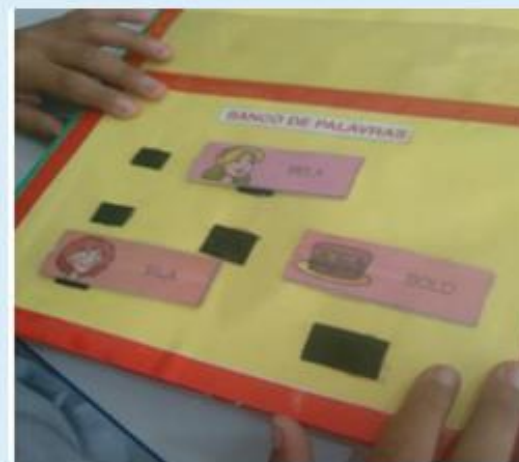
Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

ATIVIDADE: LEITURA DE PALAVRAS

Objetivos: Desenvolver a leitura, a escrita.

Materiais: Fichas com nomes e figuras, folha impressa, caderno.

Atividade: Observação de imagens, leitura das palavras, escrita das palavras lidas.



Fonte: Dados da Pesquisa(2025)

3. LIVROS QUE ESTÃO SENDO TRABALHADOS EM TURMAS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA



Fonte: www.freepik.com (2025)



Fonte
: <https://www.youtube.com/watch?v=QdPI-M02Nxtw> (2025)



<https://cdl-static.s3-sa-east-1.amazonaws.com/trechos/9788574067131.pdf> (2025)



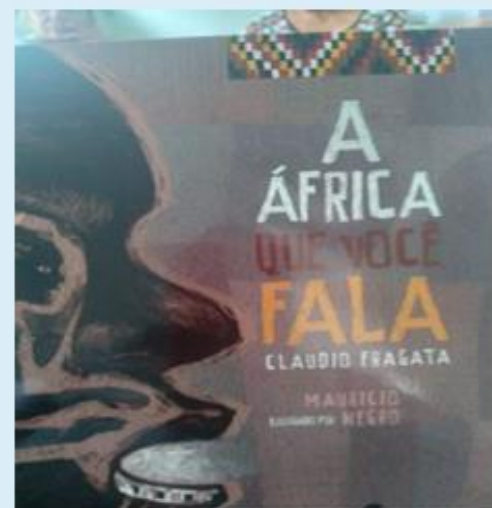
Fonte:
<https://www.calameo.com/read/007100935c47e7f26bbb7> (2025)



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=trdvQ2Blzvg> (2025)



Fonte: https://issuu.com/editorabamboo/docs/curupira_brinca_comigo_issuu (2025)



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=fUXcjkDdbjY> (2025)



Fonte:
<https://www.youtube.com/watch?v=Ws2t-NjzZh8> (2025)



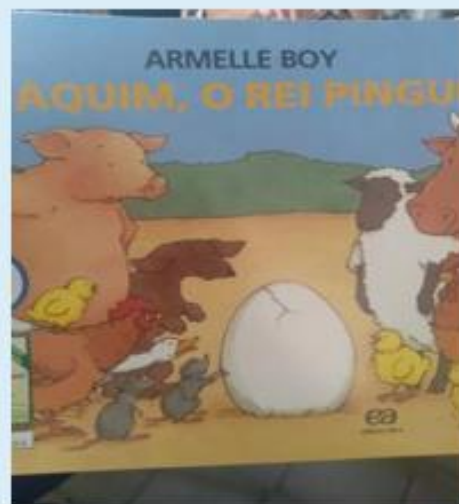
Fonte: https://www.smeducacao.com.br/wp-content/uploads/2021/07/VAMOS-ACORDAR-O-DIA_Degustacaopdf.pdf (2025)



Fonte: https://be44278f-6cc5-42bd-bfc0-5eb5af796900.filesusr.com/ugd/a76b3a_22297d3d5e674d00a85c58931c3191c0.pdf?index=true (2025)



Fonte: https://globaleditora.com.br/pnld2022/Leiatrecho/meu_irmaozinho_me_atrapalha.pdf (2025)



Fonte: https://storage.googleapis.com/edocente-content-production/PNLD/PNLD_2022_OBJETIVO_2/OBRAS/ATICA_oaquim_o_rei_pinguim_MDP.pdf (2025)



Fonte: https://www.doceshistorias.com.br/wp-content/uploads/2023/03/PDLP000202-0249P220203000000_MDP_PDF.pdf (2025)

4. MATERIAL COMPLEMENTAR: SUGESTÕES DE SITES COM LIVROS DE HISTÓRIAS ILUSTRADOS

- <https://cursodecontacaodehistoria.com.br/livro-infantil-ilustrado-pdf-download-gratis-historias-classicas/>



Fonte:
<https://cursodecontacaodehistoria.com.br/livro-infantil-ilustrado-pdf-download-gratis-historias-classicas/> (2025)

A realidade pode ser transformada através da educação. Toda a sociedade pode contribuir, buscando uma educação de qualidade para todos!



Fonte: www.freepik.com (2025)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 abr, 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm Acesso em: 12 abr, 2025.

BRASIL . Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB(1996). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 12 abr. 2025.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei N° 13.146 de 6 de Julho de 2015. Presidência da República, Secretaria Geral-Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm Acesso em 5 mar. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, Janeiro de 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>
Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL Resolução n° 4, de 2 de outubro de 2009. Disponível em:
https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 15 mai. 2025.

FREEPIK. Encontre imagens gratuitas que falam a você. Disponível em:
<https://br.freepik.com/imagens> Acesso em: 15 fev. 2025.